

Fevereiro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Devido a subida dos preços Austeridade poderá causar tensões sociais em Angola	7
1.2 Ano começa com a inflação mais baixa dos últimos 14 meses	7
1.3 ONG defende direitos das populações no Uíge	8
1.4 Uma década da economia angolana em números	9
2. MICROFINANÇAS	10
2.1 Programa de Apoio ao Crédito vai substituir o Angola Investe +	10
2.2 Quem ficou com o dinheiro do Projovem?	11
2.3 Activos da banca em Angola reduziram crescimento de 17% em 2016 para 3% em 2017	11
2.4 BPC disponibiliza “Crédito Salário”	13
2.5 Resultados de BPC, BE, BFA, BMA mais do que duplicaram	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 “Operação Resgate” tenta mudar o cenário	15
3.2 Taxistas condenados por parar em locais proibidos	15
3.3 Pequenos negócios são rentáveis em Cacuaco	16
3.4 Vendedoras ambulantes causam “caos” no Dundo	16
3.5 Vendedoras do Chissindo rejeitam ser transferidas	18
3.6 Falta de água no mercado deixa vendedoras irritadas	18
3.7 «Lotadores já fazem parte do negócio»	19
3.8 «Não há nenhum diploma que regule a nossa actividade»	19
3.9 «Não nos esqueçamos deles»	20
3.10 Candongueiros tiraram do desemprego 152 mil jovens	20
3.11 Mototaxista acusa polícias de lhe terem subtraído 50 mil kwanzas	21
3.12 Patrões arrecadam 3,6 milhões de kwanzas por ano contra 720 mil dos motoristas	22
3.13 Os taxistas e os agentes reguladores	22
3.14 Além do IVA, entra em jogo o imposto para pequenos negócios	23
3.15 Financiamento dos serviços de limpeza urbana	25
3.16 Em busca de concertação e inclusão socioeconómica	26
3.17 Entre a repressão e o consentimento	29
3.18 Formalizar para produzir mais	31
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	33
4.1 Atraso salarial deixa professores apreensivos	33
4.2 Cunene tem apenas 18 médicos para 990 mil habitantes	34
4.3 Governo vai realizar quinta revisão ao OGE em 17 anos	34
4.4 Mais de um milhão de crianças fora do ensino	35
4.5 Milhares de crianças fora do sistema de ensino, falta de escolas e professores e "gasosa" à mistura	36
4.6 Rever OGE é inevitável, mas esperem até Junho sff	37
4.7 Revisão do OGE no II trimestre	38
4.8 O plano de privatizações em Angola	38
4.9 Oposição sugere cortes na Defesa e Segurança	39
4.10 Chega de brincar com a Conta Geral do Estado	40
4.11 Prejuízos das empresas públicas dispararam 52% para 98,6 mil milhões Kz	40

4.12	Quem recebeu quanto do Estado em 2016 e 2017	42
4.13	Rever OGE 2019 pode criar instabilidade social	42
4.14	Corte no orçamento altera as prioridades	43
4.15	Governo anuncia fim dos défices orçamentais	43
4.16	MPLA reconhece fragilidades	44
4.17	Oposição critica atrasos no envio da Conta Geral	45
4.18	Mais de 90% dos alunos do ensino primário ficaram sem merenda	46
4.19	MPLA viabilizou a Conta Geral do Estado 2016 apesar de conter inúmeras irregularidades	46
4.20	Pagamento em kwanzas e em moeda estrangeira	47
4.21	Parlamento aprova “Contas/2016”	48
4.22	Rumos para a prestação de serviço ao Estado	48
4.23	“Saúde prioridade constitui prioridade do Executivo”	49
4.24	Escolas do Panguila com mais de 60 alunos nas salas	51
4.25	Estado obrigado a fazer 25% das compras às pequenas e médias empresas	51
4.26	“Não temos orçamento suficiente”	52

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 54

5.1	Soba grande de Cacuaco conhecido este sábado	54
5.2	PRS garante que não pretende ser um «mero espectador»	54
5.3	Coligação prepara anteprojecto para as autarquias	55
5.4	MPLA quer autarcas próximos dos cidadãos	55

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 57

6.1	Plano Director Geral de Luanda traz mudanças na capital do país	57
6.2	Centralidade do Sumbe recebe moradores em Setembro	58
6.3	Ministra ameaça retirar casas mal distribuídas	58
6.4	Obras da centralidade começam este mês	59
6.5	“Viana tem muito a contribuir para a metrópole de Luanda”	59
6.6	Bairro com destino ligado ao aeroporto	61
6.7	Acessibilidades urbanas	65
6.8	Casas sociais no Zaire podem ser redistribuídas	66
6.9	Desalojados do Baleizão já têm casas no Zango 4	66
6.10	Desalojados do antigo edifício do Baleizão recebem casas no Zango	67
6.11	Lesados preocupados com o «silêncio» da PGR	68
6.12	Forma de realojamento desagradou as famílias	68
6.13	Mais três mil casas disponíveis para venda a partir de Junho	69

7. TERRA 70

7.1	«A nossa lei não tem artigo que defenda despejados»	70
7.2	«Cinco fios é reserva fundiária do Estado»	70
7.3	GPL ainda sem solução para famílias desalojadas do Baleizão	71
7.4	Um EDIL mais preocupado com a kandonga de terrenos	71
7.5	Invasores de terreno acusados de agressão	72
7.6	Majores acusados de burlarem casas ameaçam camponeses de morte	73
7.7	Banco Mundial financia fornecimento de água	74
7.8	Desalojados do Baleizão já têm casas no Zango 4	74
7.9	Desalojados do antigo edifício do Baleizão recebem casas no Zango	75
7.10	Lesados preocupados com o «silêncio» da PGR	75
7.11	PGR promete pôr fim aos invasores de terrenos	76
7.12	Forma de realojamento desagradou as famílias	76

8. SERVIÇOS BÁSICOS	78
8.1 Transformar resíduos orgânicos em energia	78
8.2 Luanda “regada” ontem	79
8.3 Abastecimento de água no Kilamba é deficiente	79
8.4 Abastecimento já está normalizado	80
8.5 Devido a subida dos preços Austeridade poderá causar tensões sociais em Angola	80
8.6 GPL realiza limpeza nas valas de drenagem	80
8.7 Falta de água no mercado deixa vendedoras irritadas	81
8.8 Acesso à água potável ainda é deficitário no Huambo	82
8.9 Epal quer atingir um milhão de clientes cadastrados em 2020	82
8.10 Abastecimento de água reforçado na Lunda-Norte	83
8.11 Cetac preocupado com degradação das nascentes	84
8.12 Aterro sanitário transformado em sala de espectáculos	84
8.13 O fornecimento de água potável	84
8.14 Senhor Ministro, Cadê os resultados do "projecto água para todos?"	85
8.15 Cidade e zonas periféricas registam amontoados de lixo	86
8.16 População de áreas ribeirinhas ainda consome água imprópria	86
8.17 Descarga eléctrica interrompe fornecimento de água potável	87
8.18 Abastecimento de água é reforçado em breve	88
8.19 Financiamento dos serviços de limpeza urbana	88
9. GÉNERO E VIOLENCIA	90
9.1 “Tendência para o crime está a crescer em Angola”	90
9.2 Violência contra mulheres aumentou 19%	90
9.3 Violência contra mulheres aumentou 19%	91
9.4 Desmantelados grupos de supostos marginais	92
9.5 Mulheres lideram denúncias contra a violência doméstica	92
10. AMBIENTE	94
10.1 Seca no Cunene requer soluções imediatas	94
10.2 Administração do Rangel	94
10.3 K-Norte Chuva destrói 153 residências e desaloja mais de 200 famílias	94
10.4 Cetac preocupado com degradação das nascentes	95
10.5 Combate à seca é um desafio	95
10.6 Chuva faz 45 mortos no Bié e destrói 1.700 Residências	96
10.7 Chuva interrompe tráfego no troço Ndalatande/Malanje	97
10.8 Chuvas deixam “camutangres” entre o medo e a ansiedade	97
10.9 Criança morre afogada no Bairro dos Pescadores	98
10.10 16 Famílias alojadas no edifício da Educação	99
10.11 Chuva em Luanda faz um morto e um desaparecido	99
11. MIGRAÇÃO	101
12. EXPLORAÇÃO MINEIRA	101
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	102
13.1 A Geopolítica e Geofinanças da China em África: depois de 218, segue-se 2019 (II)	102
13.2 China anuncia um novo ciclo de investimento em Angola	103
13.3 Dois mil milhões de dólares aguardam novos projectos	104

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Devido a subida dos preços Austeridade poderá causar tensões sociais em Angola

Jornal Visão

8 De Fevereiro de 2019

“Provavelmente vamos enfrentar tensões, mas ao fim de dois anos vamos ver os benefícios”, garantiu a governante, em resposta à audiência após uma palestra no Instituto Real de Relações Internacionais Chatham House, em Londres.

Vera Daves falava das medidas previstas pelo governo para cortar na despesa com o objectivo de reduzir o défice e equilibrar as contas públicas, como a eliminação de subsídios nos combustíveis, electricidade, água e transportes públicos.

Dentro de um ano, admitiu, as pessoas "provavelmente não estarão felizes, provavelmente porque vai mudar a forma como vivemos e vai ser um grande desafio": A falta de cultura do pagamento dos serviços é comum, comentou, ilustrando com um episódio pessoal recente, quando se apercebeu que estavam por pagar vários meses da conta da água.

"Devemos ser mais exigentes na forma como as empresas são geridas, mas também temos de pagar pelos serviços", vincou.

Apesar de estas medidas serem mencionadas no plano de ajuda financeira negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro, a secretária de Estado garante que já faziam parte dos planos de desenvolvimento nacional e macroeconómico do governo.

Vera Daves disse ser importante "proteger o sector social, como a educação, saúde" e mudar o modelo de assistência social, passando de subsídios indirectos a directos para assim ajudar pessoas com necessidades específicas. "A principal preocupação deve ser o impacto destas medidas na população e encontrar formas de mitigar este impacto", acrescentou.

Na proposta de Orçamento para 2019, o Governo reviu em alta a estimativa para o défice público, projectando um excedente de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 e 1,5% do PIB em 2019. Estes números representam uma inversão após

quatro anos consecutivos de défice, de 5,3% em 2017, de 7% em 2016 de 3,3% em 2015 e de 6,6% em 2014, quando se iniciou a crise das receitas petrolíferas.

I.2 Ano começa com a inflação mais baixa dos últimos 14 meses

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2019

Texto: Martins Chambassuco

O ritmo de aumento mensal do custo de vida a nível nacional acelerou 1,1% em Janeiro face a Dezembro de 2018, o valor mais baixo dos últimos 14 meses, influenciado pelas classes da saúde e mobiliário, indicam os dados do relatório sobre o Índice de Preços do Consumidor Nacional (IPCN) referentes ao mês passado.

Este ano, o Expansão passa a adoptar como referência os dados nacionais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ao contrário do que acontecia até agora em que a abordagem era feita à volta da inflação da cidade de Luanda por ser mais a representativa do País.

Segundo o relatório mensal do INE sobre o comportamento dos preços, divulgado esta semana, este registo (1,14%) contrasta com o pico de 2018, entre Setembro e Outubro, período em que os preços em Angola aumentaram 2,7%, logo após o aumento do tarifário da água.

Contas feitas pelo Expansão, é preciso recuar a Novembro de 2017 para encontrar uma taxa de IPCN tão baixo, quando o indicador rondou os 1,0%. O pico da inflação mensal em todo País registou-se em Julho de 2016, quando, no espaço de um mês, segundo o INE, os preços registaram um aumento médio de 4,2%.

Os dados do INE, indicam que a subida dos preços em Janeiro foi influenciada sobretudo pelos aumentos registados nas classes da saúde (0,7%), pelo mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (0,5%), seguindo-se os bens e serviços diversos (1,4%) e pelo lazer, recreação e cultura com 1,4%. No entanto, a alimentação e bebidas alcoólicas foi a que pesou mais para o aumento dos preços, enquanto no sentido inverso, as que menos aumentos registaram foram as classes das comunicações e educação.

Especialistas contactados pelo Expansão admitem que os números não parecem reflectir a realidade do País, como sugere o empresário Galvão Branco.

Já o docente e investigador da Universidade Agostinho Neto, Fernandes Wanda explica ao Expansão que tem "sérias reservas" no que toca à forma como "o INE recolhe esses dados". O académico avança que "se consultarem as donas de casa em Luanda elas vão indicar que os preços subiram, enquanto o Governo divulga dados diferentes".

Contudo e atendendo ao benefício da dúvida, Fernandes Wanda disse que "assumindo que os dados do INE estão correctos, a redução da inflação significa que os consumidores recuperam o poder de compra o que significa um maior consumo beneficiando as empresas. Trata-se "apenas de teoria", porque conhecendo "a situação real do País (nos mercados) sabemos que os preços continuam altos e logo o consumo não aumentou no mês de Janeiro".

Preços subiram mais nas províncias

Os aumentos de preços no primeiro mês do ano foram liderados pelas províncias da Lunda Norte, Moxico e Zaire com 1,6% cada, seguindo-se o Uíge com 1,5%, enquanto o Cuanza Sul com 1,4% ocupou a quinta posição. Luanda, Malanje, Bié e Cunene tiveram a menor variação com a inflação a rondar os 1,1% em cada uma das quatro províncias.

Em termos homólogos, a inflação que compara os preços do mês de um determinado ano com o mesmo mês do ano anterior continua nos dois dígitos e em Janeiro último fixou-se nos 18,2%, registando um decréscimo de 4,5 pontos percentuais com relação à observada em igual período do anterior quanto atingiu 22,7%.

Angola fechou 2018 com uma inflação anual de de 18,6%, seis décimas acima da última previsão do Governo. Para este ano aponta a 15%.

I.3 ONG defende direitos das populações no Uíge

Jornal Hora H

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Simão Ndoze

A Coordenação da rede das organizações da sociedade civil de luta contra a pobreza da região norte, em parceria com o gabinete de acção social família e igualdade do género, na província do Uíge, realizaram uma formação dirigida aos líderes das organizações da sociedade civil sobre advocacia social e capacitação das mulheres sobre o associativismo, participação e desenvolvimento

Um dos principais objectivos visa conceber as organizações da sociedade civil locais para que tenham conhecimentos sobre conceitos, modalidades e processos de advocacia social e melhorara as capacidades das OSC na prática, atitude para a participação nas políticas públicas junto das autoridades locais.

O prelector do tema sobre advocacia social, Guilherme João, falou dos principais objectivos da formação. "Uma das formas que as organizações têm para se defenderem os seus direitos é por via da advocacia social", defendeu o professor.

Por sua vez o supervisor provincial da rede das organizações da sociedade civil no Uíge, Jeremias Maia Mateus, lamentou a falta de apoio para que formações do género sejam aplicadas em outros municípios da província.

Os participantes mostraram-se satisfeitos pela formação que visa defender os direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade.

O coordenador nacional da aliança para promoção do desenvolvimento da comuna de Hoji-ya-Henda, Mbuta Pascoal, falou da importância da formação das mulheres virtuosas na província do Uíge.

FORMAÇÃO PARA MULHERES NO PERÍODO DA MENOPAUSA

A organização da rede das mulheres virtuosas no Uíge, em parceria com a aliança para o desenvolvimento da comuna do Hoji-ya-Henda e a rede de luta contra a pobreza da região norte de Angola, projecto financiado pela União Europeia, está a formar mulheres no domínio de compreensão dos sintomas do período da menopausa na idade adulta, de que muitas delas são vítimas de burla por curandeiros e quimbandeiros por falta de conhecimento.

Ana Graça, representante da organização da rede das mulheres virtuosas no Uíge, disse que a situação tem causado enormes dificuldades nas mulheres em períodos de infertilidade e acrescenta que ainda não foram atingidos os objectivos.

"Nós temos estado a realizar palestras para as mulheres sobre a menopausa, porque algumas mães não têm conhecimento sobre a menopausa e seus sintomas, têm sido ludibriados pelos quimbandeiros e curandeiros, ainda não atingimos os objectivos, pretendemos atingir as comunidades mais longínquas onde são a maioria desenformada" contou a representante da rede das mulheres.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Programa de Apoio ao Crédito vai substituir o Angola Investe +

Jornal Expansão

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Martins Chambassuca

O substituto do Programa Angola Investe (PAI) apresentado no ano passado como o pai grande' da diversificação económica no âmbito do PRODESI morreu à nascença e será substituído pelo Programa de Apoio ao Crédito (PAC), revelou esta semana o ministro da Economia e Planeamento.

De acordo com Pedro Luís da Fonseca, o programa que coloca de parte o PAI + terá, igualmente, um mecanismo de financiamento ao sector privado para estimular a produção nacional.

O Expansão apurou que o PAC está ainda em preparação naquele Ministério e será apresentado dentro de duas semanas à comissão económica do Conselho de Ministros. Este programa surgirá com regras mais rígidas quanto ao financiamento de projectos de investimento economicamente viáveis. As instituições financeiras nacionais e estrangeiras escolhidas pelo Governo para apoiar este programa serão, numa fase inicial, o Banco Angolano de Desenvolvimento (BDA), Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O recuo do Governo na implementação do PAI+, naquela que foi apresentada como uma solução renovada do Programa Angola Investe, lançado em 2012 para financiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME), resulta das constantes reclamações por parte de associações empresariais que ao longo dos anos têm denunciado irregularidades no acesso aos financiamentos através das linhas de crédito criadas no âmbito do PAI. Ao Expansão, vários responsáveis destas associações, admitiram que a versão renovada, no fundo, era apenas uma continuação do programa anterior, com os mesmos problemas.

O PAI+ foi concebido como uma das principais medidas inscritas no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), como objectivo de apoiar o sector privado e diminuir a presença do Estado - na economia, assumindo apenas a função institucional de regulador do processo económico.

Os patrões acreditam que o PAC será uma ferramenta financeira que se ajusta às iniciativas do empresariado para aumentar a produção nacional, e terá novos produtos financeiros, com maior facilidade de acesso por parte do empresariado. Uma das vantagens apontadas é que a gestão financeira será mais monitorizada para evitar a dispersão dos fundos em vários bancos comerciais, como aconteceu com o PAI.

O anúncio da substituição do PAI + pelo PAC foi feito esta semana durante um encontro promovido pelo Ministério da Economia e Planeamento, em Luanda, num evento que contou com a presença de cerca de 500 pessoas.

Patrões mais optimistas

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino diz que o PAC será mais rigoroso que os anteriores programas, especialmente ao nível das linhas de crédito e fundos de garantia, "Depois de avaliadas as dificuldades com o Angola Investe, o Governo tem agora a oportunidade de pôr à disposição das empresas um programa que traga menor risco financeiro e que venha aumentar a eficiência empresarial. O financiamento das linhas de crédito será garantido através do fundo de garantia de crédito e do capital repatriado", disse José Severino. O patrão dos patrões reconhece ser necessário agrupar os fundos criados no âmbito do PAI e evitar que um mesmo empresário tenha acesso a vários fundos para financiar a sua actividade.

José Severino garante que entre as medidas a adoptar consta a remodelação do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), um instrumento financeiro que faz investimentos de longo prazo que permitam às micro, pequenas e médias empresas a concretização de todo seu potencial de negócios.

Ramiro Barreira, da Associação dos Hotéis e Recortes de Angola (AHRA), em declarações ao Expansão disse que o Governo foi de encontro às reclamações dos empresários dos diferentes sectores. "Pensamos que quando o PAC começar a ser implementado as empresas angolanas poderão aumentar a sua produtividade e liquidez porque terão acesso aos juros bonificados".

Por outro lado, o presidente da Associação dos Empresários do Cuanza Norte, Gilberto Simão, saúda o novo programa de financiamento a empresas de menor dimensão, considerando que Governo não pode olhar apenas para as grandes empresas. "Todo o programa de financiamento à economia deve incluir as MPME e um calendário de capacitação dos

empresários para evitar insolvências", disse o empresário.

2.2 Quem ficou com o dinheiro do Projovem?

Jornal Manchete

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Moreira Mário

Várias são as denúncias que envolvem casos de corrupção e outros, males lesivos ao país que, apesar de serem já do domínio público, mas ainda continuam sem merecer um procedimento específico junto da Procuradoria Geral da República (PGR), órgão jurídico que trabalha na averiguação e tratamento de vários processos crime.

Segundo apurou o Manchete, desde que foi tornado público a denúncia sobre o desvio de mais de 400 milhões de dólares do programa de crédito Projovem, em Dezembro passado, pela secretária de Estado da Juventude e Desporto, Guilhermina Fundanga, não se conhece até agora por parte dos órgãos judiciais, sobre o futuro que reserva quanto a este assunto.

Recorda-se aquando dos seus pronunciamentos sobre estes desvios, a secretária de Estado declarou que a maioria dos beneficiários do Projovem lesou o Estado em mais de 400 milhões de dólares. De acordo com a responsável, grande parte do dinheiro disponibilizado não foi investido no país, mas sim, desviado para o estrangeiro. Guilhermina Fundanga que na ocasião falava numa palestra dirigida aos jovens empreendedores, decorrido em Luanda, foi mais a fundo, tendo afirmado que o programa de crédito para os jovens beneficiou sobretudo os "que tinham influência junto daqueles que estavam no governo": dando entender que os desvios dos valores têm nomes e rostos.

"Demos conta disso através de documentos dos jovens que beneficiaram de créditos": declarou a governante, citada pelo Jornal de Angola, sublinhando que se registaram "muitos vícios" na execução do programa pelo anterior Executivo.

Afirmou que o Ministério da Juventude e Desportos, sob orientação do Presidente da República, cancelou a concessão deste crédito e está a trabalhar agora na reorganização do programa para reiniciar todo o processo.

Avaliado em 4 biliões de dólares, o programa de apoio ao empreendedorismo jovem, aprovado na 1.^a reunião ordinária conjunta de 2017 das Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de

Ministros, era viabilizado pelo Regulamento da Linha de Crédito de Apoio ao Empreendedor Jovem (Projovem), instrumento assegurado pelo Banco de Desenvolvimento Angola (BDA).

O Projovem foi apresentado pelo então ministro da Juventude e Desportos, Albino da Conceição, actual administrador municipal do Cazenga, nomeado já no Executivo de João Lourenço, que deu a conhecer que cada projecto aprovado seria financiado com uma verba equivalente a 200 mil dólares.

Há tempos o Fórum Angolano dos Jovens Empreendedores (FAJE) defendeu que as instituições que devem gerir a linha de crédito "Projovem", criada pelo governo angolano, têm de ser credíveis, isto é, entidades competentes que podem ser responsabilizadas em caso de incumprimento ou má gestão dos fundos.

2.3 Activos da banca em Angola reduziram crescimento de 17% em 2016 para 3% em 2017

Novo Jornal

8 De Fevereiro de 2019

Texto: NJ/LUSA

De acordo com o retrato da banca nacional, compilado pela empresa de consultoria Deloitte até o terceiro trimestre do ano passado, com base nos dados divulgados pelos 29 bancos que actuaram no país até Setembro de 2017, mostra ainda que o crédito malparado, ou seja, aquele que os clientes estão a ter dificuldades em pagar, ultrapassou, incluindo todo o universo estatal, os 40%, revelando as dificuldades que a economia atravessa.

"O valor total dos activos dos bancos em análise ascendeu a 10.129.801 milhões de Kwanzas (cerca de 28 mil milhões de euros) no final do exercício de 2017, o que correspondeu a um crescimento de 3% face a 2016, constituindo por conseguinte um ritmo de crescimento bastante inferior ao verificado no ano de 2016, o qual ascendeu a 17 %, lê-se no 13.0º relatório anual da Deloitte sobre a banca angolana.

"O valor total dos activos dos bancos tem vindo a apresentar uma clara tendência de crescimento desde 2012, tendo-se verificado um aumento entre 2012 e 2017 de cerca de 72%, assinala o documento, que dá conta de uma concentração significativa do negócio bancário em cinco bancos, nomeadamente o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimentos (BAI), Banco Millennium Atlântico (ATL) e Banco

BIC, que detêm dois terços dos activos bancários na terceira maior economia da África subsaariana.

Olhando para o crédito concedido durante 2017, os bancos emprestaram 3,1 biliões de kwanzas, correspondente a mais de 10 mil milhões de dólares, o que mostra uma queda de 3% face ao valor de 2016 e comprova a tendência mista de subidas e descidas desde 2012, num aumento acumulado de 32%, explicado essencialmente pelas fortes subidas entre 2012 e 2016, segundo o relatório da Deloitte.

Na análise que fez à banca angolana, a Deloitte prevê que "os bancos angolanos mantenham como objectivo a melhoria dos processos de compliance [cumprimentos das regras e regulamentos], combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo", antecipando também que "mantenham o foco na criação de processos que permitam a gestão integrada e eficiente dos riscos associados à sua actividade, de modo a permitir, entre outros aspectos, a (i) redução dos níveis de incumprimento que se têm vindo a verificar, (ii) gestão equilibrada da sua posição cambial e (iii) melhoria dos seus níveis de liquidez",

A percentagem de crédito malparado no país diminuiu 0,5 pontos, para os 28,3% no final de Dezembro de 2018 face ao homólogo de 2017, de acordo com dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

Segundo os dados das Estatísticas Monetárias do banco central, o total de empréstimos durante o ano passado chegou a 4,16 biliões de kwanzas, o que equivale a 11,7 mil milhões de euros ao câmbio do final do ano passado, dos quais 3,33 mil milhões de euros eram relativos a crédito malparado.

A percentagem de créditos vencidos que os clientes não conseguem pagar aos bancos desceu, assim, 0,5 pontos percentuais entre Dezembro de 2017 e Dezembro do ano passado, mas olhando apenas para os 12 meses de 2018, constata-se que esta percentagem subiu de 27,8%, no final de Janeiro, para 28,3% no final de Dezembro.

Observando a evolução pelos 12 meses do ano passado, constata-se que o crédito mal parado esteve sempre a subir desde o início do ano, com 27,8% em Janeiro e atingiu a percentagem mais alta face ao valor do total dos empréstimos em Maio, com 32,7%, descendo a partir daí.

Há cerca de duas semanas, o vice-governador do Banco Nacional de Angola, Tiago Dias, considerou o valor de quase 30% de crédito malparado "bastante alto", principalmente em comparação com os países

vizinhos que também atravessaram crises económicas nos últimos anos.

Crédito malparado muito alto

"É bastante alto se formos a compará-lo com aquilo que são os indicadores de países próximos de nós, os situados na nossa região [da África austral], que também viveram situações difíceis de crise a um dado momento do seu desenvolvimento económico e social", disse, no final Conferência sobre Financiamento ao Sector Privado, promovida a 23 de Janeiro pelo Banco Nacional de Angola.

"A génese do crédito malparado começa com a degradação dos principais indicadores da actividade económica, principalmente nos últimos anos, que fez com que o sector empresarial conhecesse dificuldades e, por consequência, alguns operadores económicos deixaram de honrar os seus compromissos para com os bancos", argumentou.

Segundo o vice-governador do banco central, as soluções podem passar pelo "saneamento de algumas empresas", pelo "reforço e consolidação dos próprios bancos" e também pela "resolução dos problemas pendentes do Estado para com o sector empresarial.

"Mas esta é uma questão que está a ser resolvida pelo executivo, principalmente no âmbito do programa assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Está previsto que o executivo regularize os atrasados que tem para com sector empresarial", acrescentou.

Sobre as queixas dos empresários relativamente às elevadas taxas de juro apresentadas pelos bancos comerciais em Angola, que variam entre 18 % e 20 %, Tiago Dias referiu que existem soluções "que devem ser encaradas em várias perspectivas".

"Os custos de financiamento, os custos das taxas de juro. Para as baixar, obviamente que temos de continuar os esforços que estão a ser implementados para reduzir a taxa de inflação. Houve uma redução relativamente importante na taxa de inflação em 2018 (18,60%) comparativamente a 2017 (23,67%). Esse esforço deve continuar em 2019", defendeu.

"Paralelamente a isso, há um conjunto de medidas de política monetária que são tomadas pelo banco central, e que consiste também na redução das taxas directoras do BNA, o que, de certa forma, vai acabar por sinalizar o mercado para a redução das taxas de juro. Depois, há ainda questões estruturais que devem ser resolvidas, porque, para que os bancos concedam crédito à economia, é necessário que esses bancos também tenham recursos", argumentou.

Por outro lado, acrescentou Tiago Dias, um dos dois vice-governadores do BNA, o outro é Rui Oliveira Mingueis que nos últimos anos observou-se um agravamento das contas fiscais, o que levou a que o Tesouro a mobilizar recursos para financiamento do défice fiscal.

"Isso contribuiu para que parte substancial dos recursos disponíveis fossem canalizados para o financiamento do défice e não tanto para o financiamento da actividade económica", explicou.

Nesse sentido, Tiago Dias destacou também o "peso do Estado" na economia angolana, salientando que, como consequência das medidas que estão a ser tomadas pelo Governo de Luanda, que visam reduzi-lo através da privatização de 72 empresas, "irá permitir libertar recursos para apoiar o sector produtivo nacional".

2.4 BPC disponibiliza “Crédito Salário”

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2019

Texto: Sampaio Júnior

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) iniciou ontem a concessão do “Crédito Salário” em Benguela, para, numa primeira fase, beneficiar técnicos do sector da Saúde, administrações municipais, militares e polícias, apurou o *Jornal de Angola*.

A vice-governadora de Benguela, Deolinda Valiangula, que participou no acto de lançamento do produto bancário, afirmou que a antecipação do salário contribui para se criar condições de melhoria de alguns problemas pontuais dos funcionários.

Deolinda Valiangula considerou oportuna a disponibilização do produto, manifestando esperança de que venha a dinamizar as aquisições no comércio local e que vitalize a economia.

O “Crédito Salário” foi disponibilizado dias depois de, na semana passada, o presidente do Conselho de Administração do BPC, Alcides Safeca, ter estado em Benguela a anunciar o começo dos empréstimos.

Naquela ocasião, Alcides Safeca declarou que o BPC tem uma oferta de apenas dois produtos, além do “Crédito Salário,” que é disponibilizado em pequenas quantias, uma linha de crédito do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) de 120 milhões de dólares para apoiar projectos empresariais.

2.5 Resultados de BPC, BE, BFA, BMA mais do que duplicaram

Jornal Expansão

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Michel Pedro

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) reduziu em 63,5% os prejuízos para 26,7 mil milhões Kz em 2018 face aos -73,1 mil milhões registados em 2017, enquanto os lucros, em conjunto, do Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Económico (BE) e Millennium Atlântico (BMA) dispararam de 98,9 mil milhões Kz para 272,9 mil milhões.

Contas feitas, o conjunto dos quatro bancos obteve um aumento de 118% nos resultados em 2018 face a 2017, mais cerca de 220 mil milhões Kz, de acordo com os balancetes trimestrais destas instituições bancárias.

O activo do BPC cresceu 13,2% para 2,1 biliões Kz em relação aos 1,9 biliões em 2017, enquanto o passivo cresceu 23,5% para 1,8 biliões Kz face ao período homólogo em que se fixou nos 1,4 biliões.

O banco nacional que mais sofreu com o crédito malparado no País fechou o ano passado com 953,7 mil milhões kz em crédito concedido, abaixo do total dos empréstimos concedidos no exercício anterior, de 1,1 mil milhões Kz. No final de 2017, o BPC tinha em crédito e juros vencidos um valor superior a 1 bilião Kz.

Trata-se então do terceiro exercício em que o BPC apresenta contas no 'vermelho'. O banco, que no âmbito do plano de reestruturação já fechou 74 agências e terminou 550 postos de trabalho, vai receber, este ano, 230 mil milhões Kz do Estado, por via de 180 mil milhões em injeção de capital e 50 mil milhões Kz através da venda de malparado à Recredito Contas feitas, no final deste ano o BPC já recebeu 800 mil milhões Kz do Estado.

Entre os três dos cinco maiores bancos privados em activos que publicaram balancetes esta semana, o principal destaque vai para o Banco Económico cujos lucros passaram de 6,0 mil milhões Kz em 2017 para 70,6 mil milhões Kz em 2018, um crescimento de mais de 1 000%.

Em resposta ao Expansão, aquando da publicação do balanço do terceiro trimestre, o BE justificou a subida nos lucros com a "melhoria significativa da margem financeira, decomposta por dois efeitos: melhoria dos proveitos de créditos e diminuição dos custos com captações de liquidez". A semelhança dos outros bancos, beneficiou também da reavaliação dos seus activos e passivos em USD face à desvalorização do kwanza O ex-BESA tem um activo de 1,3 biliões Kz, sendo que 628 mil milhões são relativos a "outros activos", usualmente referentes a dações de imóveis em pagamento. Quanto ao passivo, cerca de 80% dos 1,2 biliões Kz corresponde a depósitos dos clientes.

Os lucros do BFA quase que triplicaram, deram um salto de 153,4%, saindo de 69,1 mil milhões Kz para 175,1 mil milhões, representando 64,2% do total dos lucros obtidos pelos três dos cinco maiores bancos em activos que publicaram os balancetes esta semana.

Os créditos concedidos pelo BFA aos clientes foram de 295,8 mil milhões kz, acima dos anteriores 194,8 mil milhões Kz. Os activos do primeiro banco, entre os 'big five', a publicar o balancete do IV Trimestre de 2018 cresceram 28,4% para 1,7 biliões Kz, os Títulos e Valores Mobiliários cifram-se em 805,9 mil milhões contra os 826,8 mil milhões em 2017. Quanto ao Passivo, subiu 8,3% para 1,3 bilhões, com os depósitos de clientes a 'valerem' 1,2 biliões Kz.

Já o BMA alcançou um resultado de 27,2 mil milhões Kz em 2018, contra 23,8 mil milhões no período anterior uma subida de 14,3%. O banco fechou o ano passado com 488,4 mil milhões em títulos e valores mobiliários e os activos foram de 1.4 bilhões Kz. Millennium Atlântico aumentou os créditos 8,8% para 430,4 mil milhões Kz.

Sete os bancos ainda não publicaram os balancetes do IV trimestre de 2018, incluindo BIC e BAI, violando o prazo estabelecido pelo BNA, de 45 dias após o fim do trimestre.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 “Operação Resgate” tenta mudar o cenário

Jornal de Angola
2 De Fevereiro de 2019
Texto: Armando Sapalo

Em muitos locais do casco urbano e da periferia da cidade do Dundo surgiram pontos de venda, com improvisadas bancadas, onde as vendedoras ambulantes expõem os seus produtos.

Por causa dessa desordem, a Administração Municipal posiciona-se de forma recorrente contra a sua presença em locais impróprios.

A recente intervenção da “Operação Resgate” terá desagradado as vendedoras ambulantes, que se dizem perseguidas pelas autoridades policiais e pelos serviços de Fiscalização. Bernadete Chitala, 34 anos, vendedora ambulante na zona comercial do Dundo, justificou que a sua permanência naquele local tem a ver com a falta de espaço nos mercados indicados pelas autoridades e com a afluência de clientes.

A venda ambulante, disse, é a sua única fonte de subsistência, uma vez que se for a um dos três mercados indicados corre o risco de não vender, porque os clientes não chegam lá. “ Eu estou desempregada há três anos. Antes trabalhei nos chineses que construíram a centralidade, como trabalhadora de limpeza. Por isso vendo aqui na zona comercial. Nos mercados que nos disseram não há espaço nem consigo clientes”, disse.

Ana Chiri, 43 anos, outra vendedora itinerante, rejeita a ideia de as comerciantes dos mercados ambulantes serem causadoras de desordem na cidade.

Ana Chiri denunciou que os fiscais não conseguem sensibilizar as vendedoras, pois a única coisa que fazem é maltratar e se apropriarem dos seus produtos.

3.2 Taxistas condenados por parar em locais proibidos

Jornal O Crime
2 De Fevereiro de 2019
Texto: Felicidade Kauanda

O julgamento teve lugar naquele tribunal, por volta das 13 horas de terça-feira, 15 de Janeiro, sob condução do juiz João Paulino.

Consta dos autos de notícia que os réus Joaquim António, Samuel Miguel Bul e António Viera Francisco, taxistas de profissão, desobedeceram às regras emitidas pelas autoridades competentes, ao estacionarem suas viaturas em paragens proibidas, cometendo, dessa forma, o crime de desobediência.

Segundo os agentes que actuaram os réus, já foram atribuídas paragens e feitas campanhas de sensibilização, inclusive palestras, no sentido de esclarecer aos utentes da via as devidas paragens, porém, muitos taxistas persistem em desobedecer.

Numa operação de rotina feita pelos agentes reguladores de trânsito, Joaquim António, de apenas 18 anos, foi interpelado no momento em que exercia o serviço de táxi por cima do passeio, com uma motorizada de cor vermelha, com a chapa de matrícula GP 170-318, criando, assim, dificuldades aos peões e constrangimentos na via.

Por sua vez, por volta das 18 horas, no Benfica, precisamente na Avenida Fidel de Castro, Samuel Miguel Bul foi abordado pelo regulador de trânsito Gaspar da Gama, quando, no exercício das suas funções, com a sua viatura Toyota, de cor cinzenta, parou em local com sinalização que proíbe.

Já António Vieira Francisco, de 33 anos, que conduzia um veículo Suzik, de cor verde, com a chapa de matrícula LD 58-31, foi abordado e detido nas mesmas circunstâncias.

Em face da prova produzida em sede de julgamento, e atendendo à confissão e manifesto arrependimento dos réus, deu-se inteiramente procedente e provado o auto de notícia.

Pelo exposto, o tribunal condenou, em nome do povo, os réus ao pagamento de multa, num valor de AKZ 60.000.00 (sessenta mil kwanzas), pela prática do crime de desobediência, previsto e punível pelo artigo 188.º do Código Penal.

Foram ainda condenados ao pagamento de AKZ 40.000.00 (quarenta mil kwanzas) de taxa justiça e AKZ 10.000.00 (dez mil kwanzas) de emolumentos do defensor officioso.

O tribunal vai restituir a pena de prisão efectiva se não cumprirem com as obrigações impostas. Aquela instância também afirmou que vai restituir os documentos e os artigos dos mesmos, apreendidos nos autos, apenas depois do cumprimento das obrigações impostas.

3.3 Pequenos negócios são rentáveis em Cacuaco

Jornal de Angola

2 De Fevereiro de 2019

Texto: Augusto Panço

A prestação de serviços na área de agenciamento de viagens e turismo, tipografia, fotografia, fotocópia, digitalização e impressão de documentos, bem como outros trabalhos ligados ao ramo de informática tem acentuada viralidade na vila de Cacuaco, facto que despertou interesse do *Jornal de Angola*.

Para perceber como evoluem esses negócios em matéria de perdas e ganhos, o *Jornal de Angola* fez uma incursão junto de alguns agentes comerciais ligados a essas actividades e todos coincidiram em considerar que são rentáveis.

Adilson Dias dos Santos, sócio-gerente da Mendes & Dias, empresa que exerce, implantada num quiosque da vila de Cacuaco, vocacionada para o agenciamento de viagens e Turismo, assegurou que este trabalho tem rendimento.

"Para mim este tipo de trabalho de prestação de serviços tem muito rendimento e vale a pena. apostar nele. É claro que Isto varia de um dia para o outro, mas a verdade é que remos tido bons rendimentos", disse.

Indagado sobre o pagamento de impostos ao Estado. Adilson dos Santos avançou que devido à crise financeira em que o país se encontra, a empresa esteve parada e impossibilitada de pagar os impostos.

"Estivemos de mãos atadas por causa da crise económica em que o país anda mergulhado. Isso levou-nos a parar por muito tempo, porque as

pessoas já não viajavam por falta de dinheiro. Quando assim acontece, nós, que vivemos deste tipo de negócio, não conseguimos ter rendimentos e muito menos capacidade para pagar os impostos", esclareceu.

Contudo ressalvou, depois de retomada a actividade a sua empresa entrou em contacto com a Administração Geral Tributária (AGT) de Cacuaco para estabelecer um novo acordo que elimine as multas às empresas que há muito não pagavam a tributação ao Estado.

Na firma CJ Mendes Comercial, o sub-gerente, Paulino Damião, disse haver duas fases distintas neste tipo de negócios: a de rendimento e a de sub-rendimento.

Nesta fase em que nos encontramos, que é de férias, registamos um rendimento baixo, mas quando as aulas estiverem em curso a coisa muda logo, porque há muita procura de material didáctico e informático", afirmou Paulino Damião.

Feliciano António, dono da firma com o mesmo nome, começou a conversa com a velha máxima segundo a qual "onde não há rendimento nada se faz", para ilustrar a ideia de que a prestação de serviços que a sua empresa realiza em Cacuaco tem lucros.

Acho que nada se faz sem rendimento. Se não houvesse rendimento neste negócio, acredito que já teríamos desistido. Felizmente não é isso que acontece connosco. As coisas não andam às mil maravilhas, mas também não estão tão mal", referiu Feliciano António.

Outros quiosques foram percorridos pelo *Jornal de Angola*, tais como a AGM Comercial e a Manuel Tenente & Filhos mas não foi possível ouvir os seus proprietários ou gerentes, porque estes não se encontravam no local.

3.4 Vendedoras ambulantes causam “caos” no Dundo

Jornal de Angola

2 De Fevereiro de 2019

Texto: Armando Sapalo

A actividade comercial exercida pelas vendedoras ambulantes tem estado a provocar desordem em várias zonas da cidade do Dundo, Lunda-Norte, e todas as intervenções no âmbito da “Operação Resgate” ainda não estão a surtir os efeitos desejados.

Numa ronda efectuada pelo Jornal de Angola constatou-se que, não obstante as medidas em curso, que visam a transferência em definitivo de vendedores ambulantes para os três mercados criados pela Administração Municipal do Chitato, um número deles continua espalhado por diferentes zonas do casco urbano e da periferia da cidade do Dundo.

Um dos pontos mais invadidos da capital da Lunda-Norte e que reúne centenas de vendedoras ambulantes, conforme constatou a reportagem do Jornal de Angola, é a zona comercial, bairro Camanquenzo-2, no Distrito Urbano do Dundo.

Na zona comercial em referência estão localizadas as principais superfícies comerciais da cidade, como lojas, armazéns e infra-estruturas de impacto social, particularmente o Estádio de Futebol do Grupo Desportivo do Sagrada Esperança. O local é bastante frequentado por vendedoras, que rejeitam a ideia de serem transferidas para os mercados designados pelas autoridades do município do Chitato.

Além de estabelecer a ligação entre o centro da cidade do Dundo, a partir da Estrada Nacional 180-A em direcção aos bancos comerciais, Museu regional, empresas de telefonia móvel e o edifício do Governo Provincial, a zona comercial é das ruas com maior movimento de automóveis e de motorizadas, que acabou transformada no principal mercado ambulante do Dundo.

Em plena estrada que dá acesso à entrada do Estádio do Sagrada Esperança, centenas de vendedoras instalam os seus pontos de venda, no cruzamento das ruas que dão caminho às principais instituições públicas e privadas da cidade, causando um caos sem precedentes ao trânsito.

Indiferentes aos automobilistas, motociclistas, transeuntes, agentes da Fiscalização e da Polícia Nacional, as vendedoras ambulantes não arredam pé e continuam a vender nas ruas.

Em algumas zonas da cidade do Dundo nota-se que não há limites para o comércio ambulante, questionando-se assim a autoridade do Estado e nível de organização territorial da cidade.

A nossa reportagem constatou que nem a restrição de espaços, de horário e os inúmeros transtornos causados ao trânsito, fazem com que as vendedoras ambulantes, que maioritariamente comercializam bens alimentares, como carne, peixe e produtos agrícolas, aceitem ser transferidas para os mercados indicados pelas autoridades da Administração Municipal.

Mercados criados

Na altura em que a nossa equipa de reportagem efectuava a ronda à zona comercial do Dundo, que devido ao “frenesim” que lhe é característico, tanto da parte das vendedoras como dos clientes, foi apelidado de “Kanunguna” (expressão em língua nacional cokwe que traduzido para o português significa confusão), deparou-se com um agente da Fiscalização da Administração do Chitato que apelava à retirada das senhoras.

Interpelado pelo Jornal de Angola, o agente da Fiscalização que responde pelo nome de Alberto Munguelia disse que a desordem provocada pelas vendedoras ambulantes quase se estende a todo o centro e periferia da cidade do Dundo.

O também chefe de secção da Fiscalização da Administração do Chitato afirmou que as vendedoras ambulantes são praticamente todos os dias sensibilizadas para se retirarem dos locais em que se encontram.

Alberto Munguelia explicou que a Administração Municipal criou três mercados, um dos quais com infra-estruturas modernas, onde devem ser transferidos todos os vendedores do comércio informal.

O responsável disse que foi criado o mercado do Samanhonga, na zona do Carinhenga, bairro Camaquenzo-1, numa área de aproximadamente 45 mil metros quadrados, para albergar mais de 1.200 vendedores, com um espaço específico para 24 armazéns e câmaras frigoríficas destinadas à conservação de produtos perecíveis.

Além do Samanhonga existe também o mercado do Caxinde, o mais antigo dos três, que recebeu recentemente obras de limpeza e ampliação do espaço onde cada feirante solicita um lote que lhe é entregue gratuitamente pela administração, afirmou Alberto Munguelia.

O terceiro mercado, de acordo com a nossa fonte, é do Mussungue, construído em 2012 pelo Governo Provincial, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do exercício económico daquele ano.

Alberto Munguelia disse tratar-se de um mercado novo e moderno com capacidade para receber mais de 2.000 vendedores. A infra-estrutura, erguida numa área total de 4.200 metros quadrados, tem duas naves e 120 bancadas.

O empreendimento, localizado no Distrito Urbano do Mussungue, dispõe de uma área comercial, armazéns, doze casas de banho, um refeitório, escritórios, áreas de segurança e um parque de estacionamento para 100 viaturas, bem como um matadouro bovino, suíno e caprino. O agente da Fiscalização disse que até ao momento apenas cerca de duzentos vendedores estão a vender no mercado do Mussungue.

As acções de sensibilização junto das vendedoras ambulantes, com vista a sua transferência, referiu, vão continuar “porque a nossa intenção é acabar com todos os mercados ambulantes”, disse, para acrescentar que a “Operação Resgate” tem também pendor pedagógico e persuasivo.

3.5 Vendedoras do Chissindo rejeitam ser transferidas

Jornal de Angola

9 De Fevereiro de 2019

Texto: Matias da Costa

Vendedoras do mercado informal do Chissindo, no Cuito, recusam ser transferidas para a localidade do Caúe, que dista a aproximadamente oito quilómetros do centro da cidade, alegando que o espaço indicado não oferece condições para a actividade comercial, por falta de estruturas básicas, como arruamentos, bancadas para exposições dos produtos e saneamento.

A posição foi defendida durante uma manifestação, realizada quarta-feira, no Cuito, em protesto à orientação da administração local, que prevê instalar no novo mercado do Caúe mais de 300 vendedoras.

Felismina Cassova, comerciante, disse ser bastante constrangedora uma transferência do mercado informal do Chissindo, pois o novo mercado fica muito longe.

Um outro aspecto apontado pela vendedora está relacionado com a falta de segurança, tendo afirmado que a localidade do Caúe é propensa à acção dos marginais. “Há um isolamento acentuado no espaço do novo mercado, que remete as vendedoras a um sentimento de insegurança, com realce ao cair do dia”, manifestou a vendedora.

Felismina Cassova ressaltou que a localidade do Caúe ainda é muito desabitada e com uma inconstância da actividade comercial. Entretanto, goraram-se as iniciativas do *Jornal de Angola* no sentido de contactar os responsáveis da Administração

Municipal do Cuito, para se pronunciarem sobre o assunto.

Importa salientar que numa entrevista recente, o administrador do Cuito, Avis Agostinho Vieira, garantiu que a administração continua a trabalhar para criar no novo mercado condições para instalar as vendedoras.

Avis Vieira reconheceu que o actual mercado do Chissindo tornou-se insuficiente para albergar o número sempre crescente de vendedores.

3.6 Falta de água no mercado deixa vendedoras irritadas

Jornal de Angola

11 De Fevereiro de 2019

Texto: Augusto Panço

A falta de água corrente e a existência de apenas uma casa de banho no Mercado Municipal de Cacuaco, em Luanda, está a deixar irritadas muitas vendedoras, sobretudo as que se dedicam ao comércio de comida e de bebida, por estar a dificultar o seu trabalho diário, apurou o *Jornal de Angola*.

As vendedoras contaram que como alternativa têm recorrido à água que jorra numa mangueira proveniente de uma casa de banho da administração do mercado, pagando 50 kwanzas por cada bidão de 20 litros.

"O mais grave é que não sabemos se a água que sai nessa mangueira é mesmo potável", acentuou uma delas.

Quando o líquido falha neste canal, as vendedoras são obrigadas, na maioria das vezes, a recorrer a jovens que cobram 500 kwanzas para fornecer o líquido.

A vendedora Maria Imaculada Tael, mais conhecida por "Tia Chinha", disse que uma outra situação com a qual se debatem tem a ver com a existência de uma única casa de banho no mercado.

No entender da vendedora, uma casa de banho não é suficiente, a julgar pelo número de vendedores que ali desenvolve actividade comercial. Tia Chinha contou que para fazerem uso da mesma, cujas condições higiénicas deixam a desejar, têm de pagar 50 kwanzas.

Elas também reclamam do preço que pagam para o consumo de energia. Para as quitandeiras, mil kwanzas é um valor muito alto. "A administração devia rever isso porque nem sempre temos este

dinheiro", protestou uma delas.

Saturadas com a situação, as vendedoras pedem à Administração do Mercado Municipal de Cacuaco que encontre uma solução para esses problemas, porque, segundo elas, já levam muito tempo. O mesmo problema é verificado no mercado do Club Mamíl, situado à beira-mar da Vila de Cacuaco. Aqui, segundo as vendedoras que se dedicam apenas à venda de comida, também não há água corrente. As vezes, quando não conseguem comprar o líquido, usam mesmo a água do mar para colocar na sanita.

Administração reconhece problema Contactada pelo Jornal de Angola, a administradora do Mercado Municipal de Cacuaco, Nérika Ferraz, admitiu a existência dos problemas levantados pelas vendedoras, tendo argumentado que a falta de água corrente deve-se a um trabalho que a Empresa de Água de Luanda (EPAL) está a levar a cabo em toda a Vila do município.

Nérika Ferraz disse que o referido trabalho consiste na troca da conduta antiga por uma nova. Depois de terminar essa empreitada, prosseguiu, a EPAL vai chegar ao mercado para colocar torneiras em cada sector da praça e não em cada barraca, como defendem as utentes, devido a factores financeiros.

Em relação à existência de apenas uma casa de banho no mercado, Nérika Ferraz disse que não se construiu mais, porque quando se projectou o antigo mercado, as barracas não existiam, razão pela qual não se deixou espaço para construção de casas de banho para cada uma delas, conforme pedem as vendedoras.

3.7 «Lotadores já fazem parte do negócio»

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

Até ao mês de Agosto de 2018, os angariadores de clientes, mais conhecidos como «lotadores», eram considerados intrusos no negócio de táxi. Mas hoje fazem parte do negócio e estão a ser cadastrados, segundo o líder da ANATA.

"Entendemos que a situação do país é muito caricata e que não faz sentido excluirmos os mesmos. Os jovens que, de forma irregular, protagonizavam assaltos e agressões aos cobradores, hoje estão a ser enquadrados na nossa actividade e já conseguem uma renda de mil ou dois mil kwanzas no final de cada dia", explicou o presidente.

Até ao momento, foram cadastrados pela associação cerca de 1.800 lotadores em todas as províncias, um trabalho que já é notório nas conhecidas paragens de Luanda, com destaque para as zonas do Kikolo, São Paulo, Viana, Congolezes, Gamek e Benfica.

As «placas» e a utilidade pública

Os cidadãos mais atentos já se aperceberam da existência das «placas dos taxistas» (lugares ou organizações dos taxistas), nas principais vias de Luanda. Mas o que poucos sabem é do seu real papel nas actividades dos candongueiros. O NJ apurou junto da ANATA as razões que tiveram na base do surgimento das «placas»: utilidade pública, recolha de fundos para apoio à classe, fiscalização da conduta de taxistas, passageiros e lotadores e cadastramento de brigadistas.

Por exemplo, se um cidadão que vive em Viana se deslocar para o Kilamba Kiáxi e necessitar do endereço da administração local, poderá, através de uma «placa» mais próxima, receber esta e outras informações. Essas ajudam igualmente os passageiros no que respeita aos perdidos e achados no interior dos táxis.

Outra função das «placas» é fiscalizar a conduta de taxistas. A fiscalização, feita por mais de 400 brigadistas, visa, de entre outras acções, evitar cargas e descargas em locais perigosos, controlar os excessos de velocidade, evitar segundas filas nas vias e o aumento da tarifa, bem como alertar aos taxistas que evitem andar com as luzes acesas ao longo do dia.

3.8 «Não há nenhum diploma que regule a nossa actividade»

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

O presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) revela que, de entre as principais preocupações daquela organização, está o facto de não haver no país nenhuma lei ou diploma que regule a actividade dos candongueiros. Por conta disso, os taxistas costumam a ser alvos de muitas situações irregulares, conforme afirma Geraldo Wanga.

"Não há nenhum diploma que regula a nossa actividade, trabalhamos 16 horas por dia e 96 horas por semana. É ainda uma actividade que não dá grandes garantias aos profissionais, não há segurança social", frisou.

Com a regularização dos serviços de táxi, o presidente da ANATA espera que os profissionais possam trabalhar por turnos divididos em dois períodos, nomeadamente da manhã (das 06h00 às 15h00) e o outro das 15h00 às 22h. Geraldo Wanga considera urgente e necessário a formalização da actividade dos "azuis e brancos", de modo a pôr-se fim aos vários constrangimentos que os taxistas enfrentam diariamente.

A ANATA acredita que, à semelhança de outras actividades laborais, a formalização dos serviços dos candongueiros virá dar maior dignidade à profissão, regular a carga horária de trabalho, estabelecer direitos e deveres entre patrões e empregados, assim como permitir que tanto o motorista como o cobrador estejam inscritos na Segurança Social e em fundos de pensões.

"Temos recebido solicitações de entidades que pretendem investir no sector e apostar na ANATA, mas a ausência de um diploma legal que regule o exercício da actividade de táxis e que garanta ao empresário o retorno do capital investido tem impedido essas iniciativas", afirmou.

Além da formalização da actividade, o representante dos taxistas defende a uniformização das exigências aos profissionais da condução, quer motorista de transporte de passageiros quer de transporte de mercadorias. E justifica: "É preciso andarmos à mesma velocidade de outros países membros da SADC. O profissional da condução, além da carta, tem de ter uma carteira profissional para lhe diferenciar do condutor doméstico, porque a sua condução deve ser defensiva e ofensiva para transportar vidas humanas em segurança".

Dos 38 mil candongueiros que circulam actualmente pelas estradas de Luanda apenas 28 mil estão legalizados, dos quais 18 mil controlados pela ANATA e três mil pela Associação dos Taxistas de Luanda (ATL).

3.9 «Não nos esquecemos deles»

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

O chefe do Departamento de Transportes do Governo Provincial de Luanda, Carlos Ortet, reconheceu a necessidade de uma legislação específica para o exercício da actividade. Entretanto, explicou que, não obstante a ausência de um diploma, a actividade dos candongueiros obedece a vários procedimentos administrativos e jurídicos.

"Estamos a trabalhar para uma maior autonomia ao exercício desta actividade. Há já um diploma a ser discutido que virá regular melhor a actividade. Não nos esquecemos deles".

Em relação à uniformização das receitas diárias arrecadadas (dinheiro entregue aos patrões), aquele responsável referiu que por se tratar de uma profissão liberal, a flutuação nos preços é inevitável. Contudo, admitiu a possibilidade de, num futuro próximo vir a acontecer.

Para Carlos Ortet, os desafios do sector em Luanda passam pela melhoria das vias principais secundárias e terciárias.

3.10 Candongueiros tiraram do desemprego 152 mil jovens

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

A corrida por passageiros começa muito cedo, logo após o cantar habitual do galo. São, na sua maioria, jovens com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos, grande parte com pouca formação académica ou profissional. O objectivo diário é «fechar os 15 paus» do patrão, pelo menos, até às 17 horas.

É um negócio rentável. Mas, como acontece em gestão de empresas, tem seus pontos fracos e fortes, ameaças e oportunidades, tal como explica a conhecida teoria de Albert Humphrey, Análise SWOT - acrónimo inglês de Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) -, ferramenta utilizada para fazer análise de cenário ou ambiente, usada como base para gestão e planeamento estratégico de uma corporação ou empresa, mas podendo, devido à sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário.

Entre as ameaças e fraquezas dos taxistas estão o congestionamento, o baixo preço dos bilhetes dos autocarros e comboios (menos de 200 Kz). Já o défice dos serviços públicos de transportes e o número elevado de cidadãos que diariamente dependem dos «azuis e brancos» (as cores de que, obrigatoriamente, são pintadas as viaturas de serviço de táxi informal; nome por que são designados estas viaturas) estão entre as forças e oportunidades no negócio dos candongueiros.

A província de Luanda concentra cerca de 27% da população angolana (cerca de 8 milhões de habitantes). E grande parte destes ainda depende dos transportes colectivos de passageiros para se movimentar, nomeadamente comboios, que em média transportam seis mil passageiros por dia; autocarros, com uma média de três mil passageiros/dia; táxis personalizados, ainda os menos concorridos devido à prática de preços considerados elevados; mototáxis e «azuis e brancos», considerados os rostos mais visíveis do transporte público em Luanda, pelo número elevado de pessoas que transportam: mais de 50% da população. Estima-se uma média diária de dez milhões de passageiros em todo o país.

Candongueiros «alimentam» mais de 150 mil famílias

Dados oficiais indicam que, só na capital, circulam mais de 38 mil táxis, entre licenciados pelo Governo provincial" de Luanda (GPL) e ilegais. Cada viatura emprega em média 4 pessoas, nomeadamente um motorista permanente e um suplente, um cobrador efectivo e outro adjunto. Feita as contas, os 38 mil táxis licenciados em Luanda garantem cerca de 152 mil empregos directos. Noutras palavras, mais de 150 mil famílias dependem dos serviços dos «azuis e brancos» para sobreviver na capital.

A actividade dos transportes públicos, cuja história remonta à pré-independência, é ainda um tema a ser resolvido no capítulo da mobilidade em Luanda. São várias as queixas da sociedade quanto à conduta dos candongueiros. Do mesmo modo, os taxistas têm reclamado, há muito, as dificuldades por que passam. As constantes denúncias sobre o mau comportamento de agentes reguladores de trânsito, o preço dos combustíveis e o mau estado das estradas, sobretudo nos bairros periféricos, assim como a definição de paragens, estão entre as principais reivindicações dos taxistas.

Para o alívio destes, o GPL começou, recentemente, a definir novas paragens para transportes colectivos de passageiros em vários pontos da capital. A previsão é que sejam construídas, em toda a província, cerca de mil paragens para o serviço de táxi e 98 para os transportes públicos.

Mais de 100 taxistas ganham bolsas de estudo

Desengane-se quem pensava que um taxista tinha como alvo apenas o lucro. Os «donos das estradas», como também são conhecidos, há muito que mudaram o seu *modus operandi*. Hoje, pretendem servir melhor a sociedade e contribuir para a nova Angola que se perspectiva. Formação profissional, combate à sinistralidade rodoviária, apoio a lares de

acolhimento de crianças e idosos e integração de jovens no mercado de trabalho são apenas algumas das várias actividades organizadas pela Associação Nova Aliança de Taxistas de Angola (ANATA) um pouco por todo o país.

Na conversa que manteve com o NJ, Geraldo Wanga, presidente ANATA, fez saber que cerca de 100 taxistas, associados à organização, beneficiaram de bolsas de estudo para a formação média e superior no presente ano lectivo, fruto de uma parceria com a Universidade de Belas (UNIBELAS) e uma outra instituição de ensino pré-universitário.

Paulo Rosário, de 35 anos, e Mateus Domingos, de 19, são dois jovens taxistas que beneficiaram das referidas bolsas. Os contemplados prometem dar o melhor de si para o sucesso académico. Paulo sonha ser empresário, e por isso vai cursar Gestão de Empresas. Já Mateus, actualmente na função de cobrador, sonha com "mundo da Engenharia de Petróleos".

À semelhança de Paulo e Mateus, estão outros 98 taxistas que beneficiaram da bolsa e aguardam expectantes para o regresso às aulas. Para o ensino superior, as bolsas serão em regime de participação, enquanto para o ensino médio será totalmente gratuita. Segundo Geraldo Wanga, o número de taxistas que pretendem dar continuidade aos estudos é elevado. Por isso, apela à sensibilidade do executivo e demais organizações da sociedade no sentido de se prestar maior atenção à classe.

3.1.1 Moto taxista acusa polícias de lhe terem subtraído 50 mil kwanzas

Jornal Manchete

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Moreira Mário

Na cidade do Huambo, um jovem motoqueiro está acusar dois supostos agentes da Polícia Nacional de lhe terem retirado uma quantia de 50 mil kwanzas, quando tentava escapar de um assalto e pediu auxílio aos polícias. O facto aconteceu por volta das 18 horas do passado dia 14 do mês em curso, no mercado informal da Quissama, vulgarmente chamado de Alemanha. Segundo a vítima que contou a ocorrência a urna rádio local, tinha terminado a sua jornada laboral quando foi abordado por um grupo de meliantes que pretendiam roubar-lhe a motorizada.

O pior só não aconteceu por ter conseguido escapar e pedir auxílio a dois agentes da polícia que se encontravam a poucos metros do local, em missão de

serviço. Mas para o seu espanto, os mesmos agentes fizeram dele como presa: "exigiram dinheiro sobre pretexto de privarem a motorizada":

"Um deles revistou-me nos bolsos e encontrou 50 mil kwanzas que na verdade não me pertence", denunciou o jovem que alega não saber sobre o motivo da abordagem que teria sido alvo, afirmando ter já participado o caso num posto de polícia e aguarda neste momento que sejam identificados os acusados.

Por seu turno, as autoridades policiais não confirmam, nem desmentem podendo, segundo se possível, pronunciar-se caso tenha outros elementos que façam fé a tais acusações.

Consta que na cidade do Huambo um número elevado de jovens é desempregado e tem a actividade de moto táxi a sua fonte de sustento. Este facto acontece numa altura em que o comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Paulo de Almeida, se compromete em combater com medidas disciplinares e criminais as más práticas no seio dos efectivos da corporação.

3.12 Patrões arrecadam 3,6 milhões de kwanzas por ano contra 720 mil dos motoristas

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

Cálculos deste semanário dão conta de que, mensalmente, um proprietário de Hiace em serviço de táxi factura, em média, 300 mil kwanzas, contra os 60 mil kwanzas facturados por um motorista no mesmo período. Para encontrar essa média, tomou-se como referência o valor diário de 15 mil kwanzas - apresentado ao patrão diariamente - multiplicado por 5, referente aos dias da semana, totalizando 75 mil kwanzas. Multiplicado este valor por 4, referente ao número de semanas num mês, obtém-se uma quantia mensal de 300 mil kwanzas. Com esse valor mensal, anualmente o patrão chega a facturar cerca de 3,6 milhões de kwanzas contra os 720 mil do motorista.

Já o cache do cobrador- aquele que tem a responsabilidade de gerir as finanças do «azul e branco» e lidar directamente com os passageiros - está entre cinco e oito mil kwanzas por dia. Oficialmente, o cobrador vem a facturar mais que o motorista, se se considerar o rendimento diário de cinco mil kwanzas, que perfaz um total de 100 mil kwanzas por mês, contra os 60 mil do condutor. Porém, o NJ sabe que, officiosamente, esses números

são mais elevados. Para lucrarem mais, os taxistas começam a corrida por passageiros às 6 horas da manhã e terminam entre 22 e 23 horas. Quinze horas é o deadline definido pelos taxistas, diariamente, para «fechar» o «sagrado» dinheiro do patrão.

O montante dos patrões ainda não está uniformizado. Actualmente cada patrão estipula o valor diário a receber. É também um assunto que a ANATA espera ultrapassar com a formalização da actividade dos taxistas. No entender da associação, com a uniformização das contas, os carros com motor a gasóleo devem ter a conta diária de 17 mil, e para os veículos à gasolina 15 mil kwanzas. Já para os motoristas, a ANATA sugere uma renda mensal de 65 mil kwanzas, com direito a férias, subsídios, seguros de trabalho e doenças profissionais e desconto na Segurança social.

Geraldo Wanga revelou que parte dos acidentes envolvendo taxistas tem como causa a pressão social que estes enfrentam diariamente, motivada pela preocupação de não falhar com a conta do patrão.

"Apesar de circularem numa cidade onde o trânsito é tão caótico, como Luanda, eles têm de 'fazer das tripas coração' para conseguirem os 15 mil Kz do patrão, dez mil do combustível, quatro mil do almoço, mil para a lavagem da viatura e, no final do dia, ter dinheiro para pagar o cobrador e, às vezes, o parque", frisou.

Fundada em 2012, a ANATA está representada em Luanda, Bié, Bengo, Benguela, Cabinda, Kwanza-Sul, Huambo, Huíla, Malanje e Uíge e tem como objectivo desenvolver projectos. de âmbito nacional em benefício dos taxistas e procurar soluções viáveis para os problemas dos associados.

3.13 Os taxistas e os agentes reguladores

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2019

Hoje, é quase impossível conceber a mobilidade humana sem transportes públicos, nas grandes cidades e até nas pequenas vilas. As cidades angolanas e as suas áreas periféricas cresceram a uma velocidade que nem sempre acompanhou a estruturação de planos viáveis de transportação das suas populações. Tratou-se de um espaço em que o Estado sozinho há muito que demonstrou que não está inteiramente à altura dos desafios, razão pela qual sucedeu a natural liberalização do sector. O Estado tem hoje, em milhares de taxistas que operam com viaturas de variadas tipologias, verdadeiros parceiros sociais de

cujos serviços não pode prescindir. É verdade que urge regular o sector e promover formas de auto-regulação, como timidamente tem sido feito, embora nunca de forma organizada, eficiente e útil para todos.

A dada altura, quando se tinha idealizado a criação de paragens obrigatórias para os taxistas, em determinados pontos da cidade de Luanda, todo o mundo foi tentado a pensar que se tinha dado um primeiro e importante passo. Mas, passado algum tempo, quando os taxistas de "hiaces" e de outros turismos são "proibidos" de parar inclusive ali onde não haja placa de proibição, vale a pena questionar se estará alguém interessado em contribuir para o fim dos transportes públicos. Atendendo que o Estado enfrenta numerosas dificuldades para prover uma rede de transportes públicos e, provavelmente, nem se espera que essa realidade suceda sem parceiros privados, não faz sentido que aqueles que por iniciativa própria queiram preencher esse vazio sejam "dificultados" nas suas actividades. Sem pretender fazer advocacia dos operadores de táxi, a partir de viaturas "hiace" e outros turismos, que têm também muito a melhorar, não há dúvidas de que é preciso facilitar as actividades dos taxistas. Na verdade, as instituições do Estado, a começar pela Direcção Nacional de Viação e Trânsito e os agentes reguladores, deviam ser os primeiros a contribuir para facilitar a actividades dos taxistas. Em vez de os agentes reguladores andarem a "correr" com os taxistas e estes a "fugir", com tantos riscos pelo meio, não é mais recomendável que se criem paragens fixas e devidamente ordenadas em determinados pontos da cidade? Como é que se compreende que o taxista que parte do São Paulo em direcção à Mutamba, apenas para dar esse exemplo, não tenha um ponto de paragem fixo e devidamente assinalado, para deixar e levar passageiros? Se alguém ou alguma instituição ganha alguma coisa com este estado de coisas em que os taxistas não tenham propositadamente paragens fixas e devidamente assinaladas nos pontos de maior concentração populacional, é hora de colocar-se um ponto final. Taxistas e reguladores de trânsito não podem coexistir e trabalhar, cada um na sua área, mas tendo por base uma clara relação de vassalagem, que acaba por dificultar a regulação, a criação de paragens e a observância das leis e do Código de Estrada.

3.14 Além do IVA, entra em jogo o imposto para pequenos negócios

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: Pedro Fernandes

PARA ESTE ANO, a implementação do Imposto Único da Micro Actividade Económica (IUMAE), assim como a do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) representa as prioridades da Administração Geral Tributária (AGT), organismo responsável pelas receitas fiscais do país. No seu Plano Estratégico, a que a Economia & Mercado (E&M) teve acesso, o organismo tutelado pelo Ministério das Finanças justifica a implementação do Imposto Único da Micro Actividade Económica com o elevado nível do mercado informal, enquanto se refere ao IVA como "o imposto justo".

Segundo o director do Centro de Estudos Tributários da AGT, Hermenegildo Kosi, tal justiça prende-se ao facto de o IVA impedir a dupla tributação, "contrariamente aos outros impostos, como o de consumo, por exemplo". Ou seja, esclareceu, "o IVA impede esta dupla tributação por ter uma taxa que se aplica apenas ao valor acrescentado em cada fase do processo. Por exemplo, com uma taxa de IVA de 14%, quando um supermercado vende 1.000 Akz em mercadoria entregará ao Estado 140 Akz subtraídos do valor de IVA que suportou na compra das mercadorias ao produtor. O próximo operador na cadeia de valor, por exemplo, um restaurante que venda refeições no valor de 5.000 Akz, irá entregar ao Estado 560 Akz, pois já pagou 140 Akz ao supermercado", explica Hermenegildo Kosi.

Quanto ao Imposto Único da Micro Actividade Económica, o Plano da AGT, que expira em 2020, refere que o mesmo vai tributar negócios de pequena dimensão, apresentando características de simplificação acrescida e substituindo os demais impostos que incidiriam sobre a actividade, nos termos do regime geral. Embora não seja expectável uma contribuição relevante deste imposto, a AGT prevê, com a sua implementação, um acréscimo do número de contribuintes, "atingindo um importante efeito de formalização e consequente ganho fiscal junto dos demais contribuintes".

"Parte significativa da micro e pequena actividade económica, como alfaiataria, comércio, recauchutagem, serviços de táxis e outros dessa ordem, está na informalidade e constitui uma maioria dos potenciais contribuintes, daí a pretensão do Estado em cobrar impostos àquelas classes", considera, por seu lado. Milton Ngunza, técnico da AGT.

Estes tributos, segundo o técnico da AGI, poderão vigorar já este ano, pretendendo-se com eles acabar com a dispersão de impostos.

"Os impostos tributados a uma pessoa colectiva vão ser incluídos num só. É também o caso dos impostos singulares. O Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT), que actualmente se paga, vai ser tributado ao mesmo tempo com o imposto sobre a aplicação de capitais, derivado de participações em sociedade comercial", disse.

Transição pacífica

A implementação de novos modelos de cobrança de impostos tem suscitado discussões a vários estágios da sociedade angolana. Particularmente sobre IVA, a AGT agarra-se ao argumento de a sua cobrança cor responder às melhores práticas internacionais, sendo amplamente utilizado por países com distintas estruturas económicas, estágios de desenvolvimento e capacidade administrativa.

No que à sua implementação respeita, tendo em conta a especial complexidade deste imposto e o seu carácter inovador no panorama tributário angolano, a AGT definiu sete pressupostos para garantir uma transição com sucesso de um regime para o outro (do Imposto de Consumo para o Imposto Sobre o Valor Acresceu todo)

Entre os pressupostos constam: a inclusão obrigatória de um imposto inicialmente elevado, mas progressivamente reduzido, para ir acompanhando o grau crescente de formalização dos agentes económicos; isenções limitadas e bem sustentadas, promovendo a cultura de impostos abrangentes e justos; o período alargado entre publicação e entrando em vigor para permitir a atempada adaptação à nova legislação, nomeadamente na aquisição de programas informáticos de suporte.

No entanto, é sobre este último ponto que incidem as controvérsias entre os que defendem a implementação do IVA já este ano e aqueles que gostavam de o ver implementado somente quando as condições estiverem devidamente criadas.

O presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, é dos que defende o adiamento da

implementação do IVA. Segundo este responsável a introdução deste imposto no sistema fiscal deve ser acompanhada de "outras medidas", sob pena de conduzir a um aumento de preços generalizado.

Ao analisarmos outras realidades, notamos que, em certos países, principalmente os desenvolvidos, levou-se entre quatro a sete anos para ver concluído o processo. Imagine agora numa realidade como a nossa, onde existem certas limitações. Moçambique é um exemplo da necessidade de, em primeiro, organizar-se a casa. A implementação do IVA naquele país decorre há seis anos e mes mo assim continua a enfrentar muitos problemas', considera, em declarações à E&M.

Por seu turno, o economista Lopes Paulo mostra-se céptico com a medida. Na sua opinião, a falta de organização do comércio angolano torna difícil a implementação do IVA. Um dos grandes problemas, aponta, é a falta de informatização do comércio, em que as facturas passadas à mão ainda são uma realidade.

Uma das vozes que se mostra a favor da implementação do IVA já em 2019 é a do Decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (UAN). Redento Maia, que acredita que a implementação deste modelo de tributação vai aumentar as receitas fiscais do Estado, combater a fraude e evasão fiscais, assim como proporcionar maior justiça tributária.

"A criação do IVA constitui uma boa iniciativa, por obrigar à formalização do comércio e da economia no seu todo, O que permitirá um maior alargamento da base tributária do país", defendeu Redento Maia quando intervinha no seminário sobre o assunto, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.

A implementação do IVA esteve agendada para Janeiro deste ano, mas questões técnicas (indisponibilidade de softwares de facturação e contabilidade em boa parte dos agentes comerciais), assim como a ausência de diplomas sobre os regimes jurídicos de facturas e de submissão electrónica "empurraram" a implementação para Julho deste ano. Segundo as projecções da Administração Geral Tributária, o IVA vai representar 4.2% do valor do Produto Interno Bruto (PIB), prevendo-se uma taxa única não inferior a 10% para bens e serviços, e isenções para os sectores da agricultura e pecuária.

Mais quatro impostos na forja

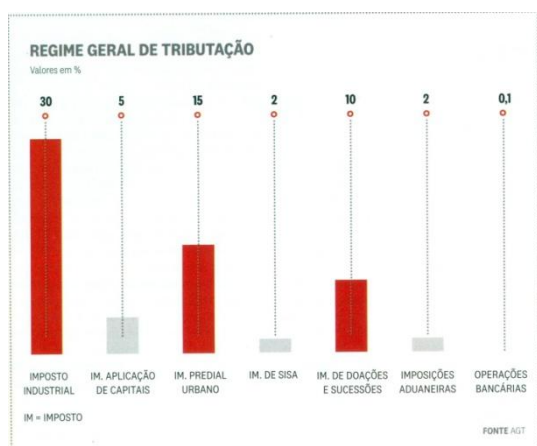
No que respeita ao calendário de efectivação do programa de reforma tributária em Angola, a AGT

prevê a introdução, além do IVA, de mais quatro impostos, ainda em 2019.

Segundo o Plano Estratégico da AGT, o país vai conhecer este ano o Imposto Único sobre a Micro Actividade Económica, que vai tributar negócios de pequena dimensão, apresentando características de simplificação acrescida e substituindo os demais impostos que incidiriam sobre a actividade.

No decurso do ano, entra igualmente em actividade o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, uma modalidade de tributação que pretende instituir um imposto pessoal e universal. Segundo a AGT, este imposto vai alargar a sua base de incidência a rendimentos e a sujeitos actualmente isentos ou até excluídos de tributação, alinhando a abrangência tributária com a de países comparáveis. Outra carga tributária agendada é o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Com este imposto, segundo a AGT, deverá ser dada particular atenção à simplificação das obrigações fiscais e a instituições de regimes fiscais que favoreçam o desenvolvimento das empresas e o investimento dos resultados da actividade empresarial, por razões economicamente válidas.

Por último, será aplicado o Imposto Único sobre o Património, em substituição do Imposto Predial Urbano. A implementação do Imposto Único sobre o Património deverá basear-se na revisão dos modelos de avaliação do património imobiliário, devendo também reconsiderar-se a sua tributação, incluindo a sua transmissão, quer em vida quer em morte. Ainda neste âmbito, pretende-se incluir na lista de bens a tributar prédios rústicos, entre outras realidades tradicionalmente excluídas do espectro tributário, em particular na perspectiva da sua detenção. Os impostos mais comuns no sistema fiscal angolano são o Imposto Industrial (II) Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT). Imposto de Selo (IS) e Imposto Predial Urbano (IPU).



3.15 Financiamento dos serviços de limpeza urbana

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: José Gualberto Matos.

NUMA RECENTE INTERVENÇÃO PÚBLICA, o Secretário de Estado do Ambiente revelou que a gestão dos resíduos sólidos em Luanda consome por ano mais de 200 milhões de dólares, encargo que o Governo pretende reduzir com a aplicação de eco taxas aos produtores e importadores de materiais não degradáveis. Esta iniciativa para mais uma taxa do lixo é o mote para uma reflexão sobre o financiamento dos serviços de limpeza urbana.

Através do Decreto Presidencial 106/2016 de 20 de Maio foi aprovado o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda, que introduziu a cobrança de uma taxa de limpeza urbana para a cidade de Luanda, comumente chamada de taxa do lixo, para compensar os custos públicos dispendiosos com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos. Por Despacho Presidencial mais recente, datado de 8 de Fevereiro de 2018, foi criada uma Comissão de Trabalho Intersectorial para preparar as condições necessárias para a melhoria do modelo de gestão de resíduos urbanos da Província de Luanda.

A questão central da limpeza das cidades angolanas, e que continua por resolver, tem a ver com o financiamento dos serviços urbanos. A grande reflexão que ainda não foi feita é a de saber se estes serviços devem ser financiados com impostos ou com taxas ou com uma combinação destas duas vias.

A gratuidade de certos serviços públicos pode ocultar uma fiscalidade parasitária, em que uma franja da população beneficia de serviços que são financiados por quem não tem condições de os usufruir e para evitar isso há quem defenda a aplicação do princípio do utilizador-pagador, mediante taxas de utilização. Por exemplo, a disponibilização de auto-estradas e aeroportos, sem custos para o utilizador, contribui para que a franja da população que não pode ter automóvel ou andar de avião financie serviços que beneficiam apenas quem tem melhor nível de vida.

Mas esse não é o caso dos serviços de limpeza urbana. E por isso não me parece apropriado que os serviços de limpeza urbana fiquem sujeitos ao princípio do utilizador-pagador, em primeiro lugar porque isso produz um efeito tendencialmente regressivo, pesando mais sobre quem menos tem. Por outro lado, é necessário ter em conta o impacto na saúde pública. Os serviços de saneamento urbano, e

em particular a limpeza urbana, apresentam externalidades positivas importantes. Porque o que não se gasta na limpeza gasta-se nos hospitais. Contudo, é aceitável aplicar o princípio do utilizador-pagador às redes de esgotos porque se trata de uma infra-estrutura limitada a certas partes das cidades, e que se caracteriza por uma ligação física dedicada a cada unidade ou fracção predial. Para abordar a questão de fundo pergunta-se: afinal, para que serve o Imposto Predial Urbano? Não é para financiar os serviços urbanos? O Estado precisa de ter duas cobranças separadas, uma para o imposto urbano e outra para a taxa de limpeza? E se for avante a ecotaxa, então, serão três sistemas de cobrança. Inconveniência para quem paga, custo a dobrar para o Estado.

Recentemente, o GPL deu nota que a arrecadação mensal da taxa do lixo era de apenas 100 milhões de kwanzas, o que atesta a dificuldade em fazer uma cobrança universal. A cobrança da taxa do lixo foi pensada para ser feita conjuntamente com a factura de energia, mas a opção de fornecer energia em regime de pré-pagamento coarta muito essa modalidade, que pressupõe facturação periódica. Acresce que a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) veio a ter o direito de dizer que é ilegal a ENDE condicionar o fornecimento de energia eléctrica à apresentação do comprovativo do pagamento da taxa do lixo.

Na minha opinião, havia que focar o esforço na cobrança do Imposto Predial Urbano, que, na verdade, já se desdobra em dois: um na vertente do rendimento; e outro na vertente do património. Cobrar o imposto sobre o património predial ou cobrar a taxa de limpeza exige a mesma base: o cadastro predial. Investir devidamente na actualização do cadastro predial viabiliza o sistema de cobrança deste imposto, que pode aproveitar, sempre que possível, os meios electrónicos que o país já dispõe, seja na organização dos dados, seja na liquidação.

Em vez de ter um imposto e uma taxa, cobrados separadamente, teríamos apenas um imposto progressivo sobre o património predial urbano, que seria destinado a financiar serviços urbanos. É só uma questão de foco e racionalidade.

3.16 Em busca de concertação e inclusão socioeconómica

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: Cláudio Gomes

O SECTOR INFORMAL em Angola tem tido um papel estratégico em termos de sobrevivência das famílias mais vulneráveis, considerando a reduzida capacidade da economia nacional para produzir empregos formais e condignos. No relatório “A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal”, publicado em 2018, Alexandre Ernesto e Gorete Capilo apontam que a venda nas ruas ocupa 25% das pessoas inquiridas, ao passo que os serviços representam 7%, o sector de produção 3%, os mercados informais 25% e, finalmente, 40% dos inquiridos na sondagem praticam actividades económicas caseiras ou nos arredores das zonas de residência. Perspectivando a reconversão da economia informal para a formal, o Governo angolano começou, em Maio de 2007, a criar as condições para implementar medidas que visam apoiar e fomentar o empreendedorismo, tanto para o mercado formal quanto para o informal, através de incubadoras de empresas, sob a tutela do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS). A iniciativa foi reforçada em Setembro de 2011, com a aprovação da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas que permitiria, entre outras acções, facilitar os mecanismos para criar e fomentar as iniciativas empresariais desse segmento, por meio da simplificação de processos administrativos e de regulamentação que facilitariam o acesso ao mercado de novos intervenientes.

Entretanto, segundo fontes da E&M grande parte dessas acções foram “um fracasso absoluto”. O investigador Alexandre Ernesto afirmou que a problemática do mercado informal no país é antiga. “Nunca se conseguiu identificar o perfil do trabalhador informal do ponto de vista das receitas, condições sociais e das suas aspirações”, salientou.

Se eu não tenho noção exacta daquilo que são os rendimentos médios do trabalhador informal não será possível encetar políticas exactas para a

formalização da sua actividade. Temos de fazer mais e melhor"; defendeu Alexandre Ernesto, que considera que duas das grandes vantagens da formalização são a segurança que os agentes económicos na informalidade podem vir a depositar nos agentes formais e a capacidade que o Governo teria de aumentar a base tributária nacional.

O também professor universitário criticou os programas do Governo elaborados e implementados no período eleitoral pois "dão a ideia de que tais não são sérios" nem duradouros.

Por sua vez, o coordenador do Observatório Nacional Eleitoral Luís Jimbo, disse que é natural em democracia, que tal comportamento ocorra em período eleitoral. "Há uma maior atenção aos projectos económicos e não só, porque para o partido no poder, o essencial é mobilizar os eleitores através da boa imagem que cria de si mesmo", frisou, salientando que as políticas económicas devem beneficiar essencialmente as famílias mais fragilizadas. Mas Luís Jimbo defende que a reconversão económica não se faz apenas num ciclo eleitoral. As políticas macroeconómicas de longo prazo, de transição, duram mais do que um ciclo eleitoral (cinco anos) e, para tal acontecer, é necessário haver um pacto político que permita a identificação do que é prioritário; com base em medidas macro e não em acções isoladas.

Crescimento desajustado

O especialista em gestão e planeamento, Zacarias Samba, afirma que, nos últimos anos, a economia angolana cresceu de forma desajustada e, como consequência, deixou muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica. Para o também professor universitário, tal situação podia ser evitada caso houvesse uma melhor distribuição da renda per capita a nível nacional.

A economia de Angola evoluiu bastante do ponto de vista quantitativo e não de forma qualitativa porque faltou justiça na divisão da renda, o que remeteu a maior parte da população para a miséria", criticou laca rias Samba, que considera que "o mercado informal foi apenas uma porta de fuga encontrada pelas famílias para garantir a própria sobrevivência a partir da aquisição de produtos em grandes superfícies comerciais que sustentam a cadeia de distribuição nacional. Fruto do contexto social e económico, as famílias tiveram de criar pequenos negócios para a sua sobrevivência que, por causa da burocracia e de outras dificuldades, foram permitidos pelo Governo", destacou.

O relatório "A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal" declara que cerca de 66% da amostra dos entrevistados têm conhecimento sobre os principais instrumentos de política económica que o Governo angolano tem utilizado para incentivar os pequenos e médios negócios, como é o caso do Baldio Único do Empreendedor (BUE), Angola Investe, Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), enquanto os restantes 1/3 não conhecem nenhum destes instrumentos.

No que se refere ao conhecimento dos produtos financeiros disponíveis na banca comercial como o microcrédito adequado para os pequenos e médios empreendedores, o estudo revela que cerca de 49% dos inquiridos tem conhecimento deles, contra 51% que afirmaram não conhecerem as instituições bancárias.

De acordo com o presidente da Associação Nacional de Vendedores Ambulantes de Angola (AVAN), José Cassoma, que controla em todo o país cerca de 7.578 agentes, os programas do Governo voltados para o sector social não são suficientemente inclusivos. "Não fomos chamados antes da implementação da Operação Resgate e só ouvimos sobre o PROJOVEM mais tarde. Dada a sua abrangência, não nos beneficiou em nada, por exemplo", criticou, tendo afirmado que as políticas para o sector social deviam merecer comunicação prévia para uma melhor contribuição da sociedade civil. Para o dirigente associativo, há um conflito na forma como se concebeu e foi implementada a Operação Resgate.

"O Estado não deve procurar resolver o problema da venda informal de maneira isolada porque a sociedade civil existe para contribuir e, por isso, deve ser levada em conta", defendeu. Ainda segundo José Cassoma, "o Governo não tem objectivos concretos para resolver o problema da venda informal", daí que sugere que se discuta uma solução consensual para se produzirem "políticas que sejam exequíveis".

Já o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Geraldo Wanga, lamenta a forma como os órgãos do Governo têm olhado para a regulação do serviço de táxis, em particular, e afirma que os seus associados trabalham em regime de trabalho forçado. "Não é aceitável, num Estado de Direito, haver cidadãos a trabalharem 16 horas por dia e 96 por semana", lamentou o líder associativo, que defende que o Estado intervenha de forma directa e indirecta, por meio da criação de normas que regem o comportamento dos utentes numa determinada actividade económica.

Educar para formalizar.

Ainda sobre a consulta aos parceiros sociais na definição de políticas de reconversão da economia informal, o presidente da Rede Angolana da Sociedade Civil e Educação (Rede EPT Angola), Victor Barbosa, disse que é fundamental envolver as organizações não-governamentais, sendo que muitas delas trabalham directamente com agentes da economia informal.

"E preciso ir ao encontro das pessoas nas comunidades e não esperar que as comunidades venham ao encontro das instituições", defendeu, acrescentando que "é necessário promover a inclusão social através da educação".

Victor Barbosa, contudo, defende o respeito da dignidade humana e a observância das leis no sentido de estarem ao serviço da humanidade. "Temos de nos relacionar com as pessoas que estão na informalidade, não por meio da força, mas com políticas de inclusão social. Se não houver excesso de burocracia para legalizar uma actividade económica, como acontece até agora, se houver educação sobre a importância dos impostos e os agentes perceberem que a sua pequena contribuição serve para resolver os problemas colectivos, estaremos a promover uma educação para a cidadania", adiantou.

O presidente da ANATA, Geraldo Wanga, disse que a sua instituição tem procurado manter contactos com o Ministério da Juventude e Desportos, com o Conselho Provincial de Juventude de Luanda (CPJL) e com Instituto Nacional da Juventude, no intuito de encontrar soluções para os problemas que afligem os seus associados. Porém, tem faltado receptividade do outro lado. "Infelizmente, ainda não se tem noção da importância desta actividade [serviço de táxi] para o desenvolvimento do país", lamentou.

Por sua vez, o especialista em gestão e planeamento rias Samba critica a forma como as entidades estatais obrigam os cidadãos a cumprirem a lei, apesar de não terem sido educados para o efeito. "Para haver coacção, é necessário que a lei seja conhecida. Os mercados não estão organizados, não são inspeccionados para permitir que os grupos de vendedores desenvolvam dignamente a sua actividade. O facto de os fiscais se apoderarem dos bens dos vendedores é um desrespeito sério para aqueles que de forma honesta lutam pela vida", sublinhou, deixando claro que a formalização da economia informal é o caminho certo para se reconhecer mérito aos cidadãos que operam neste mercado.

Segundo Zacarias Samba, o Governo deve apostar na educação para a cidadania, por meio de palestras, workshops e grupos de debate que permitam "ir ao encontro das pessoas nos mercados".

Efeitos colaterais da Operação Resgate

A Operação Resgate permitiu, nos primeiros sete dias, maior arrecadação de receitas fiscais para o Estado, maior fluidez e segurança no trânsito rodoviário, além de ter melhorado o saneamento básico em algumas zonas periféricas de Luanda onde era feita venda ambulante, anunciam as autoridades policiais da província. No entanto, os responsáveis de associações que representam dois grupos de agentes que ganham a vida no mercado informal - a Associação de Vendedores Ambulantes de Angola (AVAN) e a Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) -, contactados pela Economia & Mercado, afirmaram que a medida não foi concertada e que as autoridades taparam os "olhos e ouvidos" diante do contexto microeconómico e social do país.

A Operação Resgate resultou no encerramento de vários estabelecimentos comerciais, mercados informais, sendo mais de 30 espaços ilegais. e na detenção de 509 suspeitos de crimes diversos, dos quais foram esclarecidos 471 casos em investigação. Estes dados foram apresentados pelo director do Gabinete de Informação e Comunicação Institucional da Polícia Nacional (PN) comissário Orlando Bernardo, durante o balanço da primeira semana da referida operação em 2018.

Entre as ilegalidades que a medida visa combater, consta o comércio informal desordenado que, segundo as autoridades, potencia o furto de telemóveis, de material eléctrico, de acessórios de viaturas e de bens domésticos diversos.

Contudo, vários agentes da sociedade civil criticam a acção do Governo, por não contemplar estas medidas sem antes elaborar acções prévias de sensibilização e integração no mercado formal.

Para o presidente da AVAN, José Cassoma, há um conflito entre as medidas implementadas e o contexto social e económico dos agentes informais visados pela Operação Resgate. "Por não haver políticas desta natureza, o povo, na tentativa de sobrevivência pessoal e das suas famílias, desloca-se para as capitais provinciais em busca de melhores condições de vida", elucidou.

Por conseguinte. Orlando Bernardo, porta-voz da operação, reconheceu a necessidade de se criarem mais condições para acomodar os vendedores retirados das ruas para que se evite o regresso dos mesmos aos mercados locais desactivados. "A Operação Resgate não visa somente a repressão de práticas abusivas, incivildades e transgressões administrativas. É acompanhada também de uma estratégia de comunicação, para a sensibilização e consciencialização permanente dos cidadãos", informou, salientando que a investida das forças policiais e de fiscalização despertou a compreensão da população em relação às perdas do Estado devido ao não-pagamento de impostos por grande parte dos agentes comerciais.

Orlando Bernardo reconheceu também que, apesar das melhorias alcançadas, há ainda muito por fazer, sobretudo no que diz respeito à coordenação e interacção dos departamentos ministeriais envolvidos na operação, que devem ter maior fluidez na partilha de informação. "Outras correcções necessárias são a vigilância dos preços de bens e serviços, para evitar a especulação face ao encerramento voluntário de um elevado número de estabelecimentos comerciais - alguns deles são comercializados produtos de proveniência ilícita -, e o aumento da capacidade de atendimento das instituições públicas vocacionadas para a legalização das actividades e serviços", admitiu.

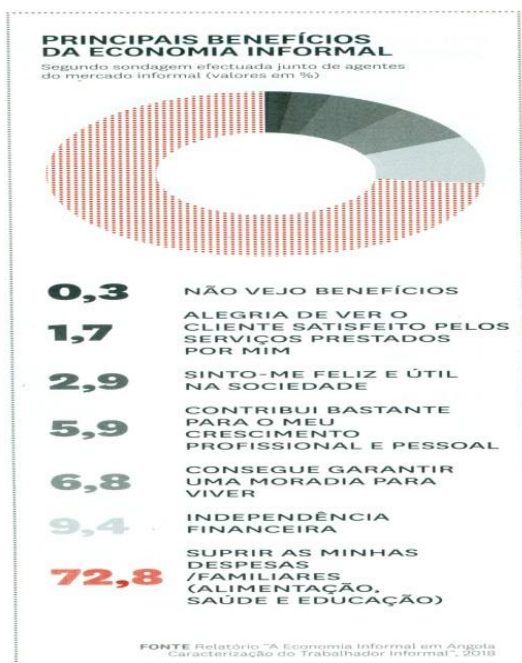


3.17 Entre a repressão e o consentimento

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: Sebastião Vemba



7.758

agentes económicos são membros inscritos na Associação Nacional de Vendedores Ambulantes de Angola (AVAN).

QUANTO MAIORES os níveis de informalidade numa economia, menor pode ser o nível de produtividade, defende o Fundo Monetário Internacional (FMI) no relatório 'A Economia Informal na África Subsariana - Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsariana', de Maio de 2017, onde atesta que 'não é possível adoptar uma política fiscal assente na redução da informalidade, uma vez que as razões do não pagamento de impostos variam entre as empresas informais'. Ou seja, de acordo com FML 'juntar todas as empresas informais numa única categoria pode conduzir a conclusões erróneas de políticas fiscais', pois 'algumas empresas estão abaixo do limiar do pagamento de impostos, enquanto outras estão acima do limiar e sonham impostos'.

Para o FML "o acesso ao financiamento e a eficiência do mercado de produtos são a chave para facilitar a transição" das unidades económicas informais para o

sector formal. Com base em análises da instituição, 'a dimensão da economia informal evolui lentamente ao longo do tempo, mas diminui à medida que a economia cresce', sendo que "existe uma forte correlação entre a eficiência dos mercados financeiros e a redução da informalidade" e, de resto, 'a eficiência do mercado de produtos reduz a proporção do mercado informal'. A evolução da economia informal em Angola nos últimos anos vem confirmar essa tese. De acordo com o investigador Carlos M. Lopes, "antes da independência as actividades informais desempenhavam uma função estritamente subsidiária do sector formal da economia, dominante, estruturante e dotado dos indispensáveis mecanismos de controlo e regulação" sendo que em Luanda, cujo realidade serviu de base para o seu estudo "A Economia Informal em Angola: breve panorama", o sector informal "restringia-se às actividades artesanais tradicionais, à prestação de serviços - nomeadamente serviços domésticos -, ao comércio ambulante, ao comércio à porta de casa, aos mercados dos 'musseques: e às actividades relacionadas com a construção e habitação das populações autóctones que residiam na sua periferia". Entretanto, analisa o pesquisador, "entre 1992 e 2002 registou-se um crescimento generalizado das actividades e práticas informais, que encontraram terreno fértil para a progressão na ambiguidade e indefinição de um processo de liberalização e transição para a economia de mercado, que foi coexistindo com a manutenção de enquadramentos e lógicas administrativas ou monopolistas em alguns sectores de actividade, processo emblematicamente representado numa vasta sucessão de programas de reforma económica que nunca chegaram a ser concluídos e, em alguns casos, sequer accionados".

Já em 2002, "com o advento da paz e com a adopção de políticas de estabilização macroeconómica, em particular no sector cambial e no sector interno, num contexto de evolução conjuntural muito favorável do preço do petróleo no mercado internacional. verificou-se uma significativa retracção de alguns segmentos da economia informal (cambistas. operadores dos mercados)", aponta Carlos M. Lopes, que lamenta o facto de, no período de 1987-1991 "o desmantelamento da maioria dos mecanismos que caracterizaram o centralismo económico, no quadro do processo de transição para uma economia de mercado (1987-1991)", ter possibilitado "a transição entre as actividades paralelas e as actividades informais", mas não ter sido capaz de produzir "alterações substanciais na dinâmica de crescimento acelerado do sector informal luandense que tem vindo a crescer a ritmos elevados, embora sectores como os transportes, mercados urbanos ou mercado cambial se tenham estruturado e complexificado;

Equilíbrio na definição de políticas

O FMI recomenda que as autoridades dos países adoptem uma abordagem equilibrada à formulação de políticas para formalizar o sector informal e aponta como medidas: a criação de um ambiente económico, que aumente a produtividade do sector informal e facilite a transição de recursos do sector informal para o formal; e apoio às empresas familiares, "que proporcionam uma rede de protecção uma vez que o processo de transição pode ser demorado". Por fim, lê-se no relatório "A Economia Informal na África Subsariana - Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsariana", deve-se "implementar boas políticas no sector formal", pois estas também "aumentam a produtividade das empresas familiares".

No que diz respeito à carga fiscal das empresas, o FMI afirma que "uma política fiscal óptima poderia sugerir a elevação do limiar do IVA, para estimular as empresas que optam por operar abaixo para aumentar a sua produção". De resto, acrescenta, "os regulamentos relativos ao regime jurídico e à liberalização do comércio parecem ser especialmente importantes, assim como o acesso à electricidade".

O Programa de Reconversão da Economia Informal, contemplado no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, tem como objectivo principal definir e implementar uma resposta integrada à informalidade da economia, capaz de produzir mudanças estruturais a médio prazo, com base num conhecimento abrangente do fenómeno.

Para Carlos M. Lopes, num artigo publicado na E&M em finais de 2018, "a atitude das autoridades angolanas face à economia informal tem-se caracterizado, ao longo dos tempos, por uma expressiva ambiguidade, oscilando entre períodos de repressão e fases, mais ou menos prolongadas, de consentimento tácito". O investigador do CSG-ISEG-UL e docente do ISPTEC é da opinião que "o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 marcou uma ruptura, assumindo de forma clara a existência, a extensão e o peso socioeconómico das actividades informais e a necessidade de avançar no sentido da formalização".

O pesquisador elogia o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), que considera "uma iniciativa pioneira no sentido de abordar de forma global, integrada e interinstitucional" a questão da economia informal na medida em que o mesmo previa facilitar o acesso ao crédito, a capacitação e a formalização dos agentes económicos do sector informal. Entretanto, paralelamente a essas acções, Carlos M. Lopes lamenta que, "pontualmente, em algumas áreas do país e em alguns segmentos de

actividade, foi dada notícia de acções repressivas por parte dos poderes administrativos", daí que defende ser necessário "um olhar mais atento e mais detalhado para a realidade que é a economia informal em Angola.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) por sua vez, defende acções que promovam o desenvolvimento inclusivo, nomeadamente estratégias integradas para facilitar a transição para a economia formal e a criação de novos empregos formais.

Recorde-se que, na edição de 2018 do relatório "Women and men in the informal economy: a statistical Picture", Angola apresenta uma taxa de participação do emprego informal no emprego total de 94,1%, enquanto a taxa de participação do emprego informal no emprego não-agrícola foi fixada em 89,5%. Relativamente á participação no emprego total o emprego informal em unidades económicas informais cifra-se em 77,1%; o emprego informal no sector formal (incluindo unidades do Governo e instituições sem fins lucrativos) situa-se em 16,5%. Já o emprego informal em domicílios (como trabalhadores domésticos remunerados ou trabalhadores por conta própria que produzem bens exclusivamente para uso final próprio pelas suas famílias) absorve apenas 0,5%. O documento da OIT revela também maior presença das mulheres face aos homens no emprego informal em unidades económicas informais (6,1 % e 68,6%, respectivamente) enquanto os homens prevalecem face às mulheres no emprego informal no sector formal (24.1 % e 8.5%, respectivamente).

O emprego informal em unidades económicas informais ocorre maioritariamente nas áreas rurais (91,6% contra 61,1% em áreas urbanas) enquanto o emprego informal no sector formal é mais relevante no contexto urbano (27,5% contra 6,6% nas áreas rurais) Já o emprego informal nos domicílios emerge

EMPREGO INFORMAL EM % DO EMPREGO TOTAL				EMPREGO FORMAL EM % DO EMPREGO TOTAL			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
AGRICULTURA	45,6	46,9	2,9	4,2	2,9	4,9	
INDÚSTRIA	11,6	16,7	35,0	29,3	35,0	30,5	
SERVIÇOS	42,8	36,4	62,2	66,5	62,2	64,6	

Fonte: Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018)

como uma actividade praticada maioritariamente por mulheres das áreas urbanas.

	EMPREGO INFORMAL NO EMPREGO TOTAL	EMPREGO INFORMAL NAS UNIDADES ECONÓMICAS INFORMAIS	EMPREGO INFORMAL NO SECTOR FORMAL	EMPREGO INFORMAL NOS DOMICÍLIOS
ANGOLA	94,1	77,1	16,5	0,5
ÁFRICA CENTRAL	91,0	83,5	6,9	0,6
SADC	77	64,8	6,1	6,2
ÁFRICA SUBSARIANA	89,2	79,2	5,0	0,6
ÁFRICA	85,8	76,0	5,5	4,3

Fonte: Women and men in the informal economy: a statistical picture (2018)

O emprego informal é a principal fonte de emprego para a África, com uma participação de 85,8% e 71,9% do emprego, excluindo a agricultura.

3.18 Formalizar para produzir mais

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: Sebastião Vemba

EM TEORIA, O PROGRAMA DE RECONVERSÃO DA ECONOMIA INFORMAL (PREI), lançado em 2014 pelo Governo angolano, e tutelado pelo agora Ministério da Economia e Planeamento, visa reduzir os níveis de informalidade na economia, através de políticas e acções que conduzam à integração dos agentes económicos do sector informal no formal, mas, na prática, está-se relativamente aquém desse objectivo, pois o informal ainda é encarado, erradamente, como ilegal.

Através de um esforço conjunto de várias instituições, nomeadamente os ministérios da Economia e Planeamento, das Finanças e do Comércio e o INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) o PREL que volta a estar contemplado no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 - depois de um insucesso no quinquénio anterior, tem como objectivos principais definir e implementar uma resposta integrada à informalidade da economia, capaz de produzir mudanças estruturais a médio prazo, com base num conhecimento abrangente do fenómeno da informalidade. Entre as acções concretas estão a criação de mecanismos de acesso ao crédito e a capacitação multidisciplinar dos agentes do sector informal que, de resto, são apontadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como medidas acertadas, que podem resultar no surgimento de um ambiente económico que aumente a produtividade do

sector informal e facilite a transição de recursos desse para o formal.

Entretanto, recorrentemente, quando se fala sobre a reconversão da economia informal põe-se à frente a tributação dos agentes desse sector, contrariamente ao que alguns especialistas defendem, pois esse ganho - o alargamento da base tributária, importante para economia angolana, ainda muito dependente das receitas petrolíferas - é mera consequência.

Aliás, um exemplo de como as empresas morrem, sufocadas pela carga tributária, entre outros factores, pode ser lido mais à frente nesta edição, num artigo em que empreendedores e economistas defendem, entre outras medidas, a desburocratização dos processos de constituição de empresa, cujo custo financeiro está além das capacidades de muitos que sobrevivem na informalidade, fazendo um pequeno negócio que lhes garanta apenas o que comer.

Nesse sentido, o FMI alerta, no relatório "Economia Informal na África Subsariana - Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsariana", de Maio de 2017, que não é possível adoptar uma política fiscal assente na redução da informalidade, uma vez que as razões do não pagamento de impostos variam entre as empresas informais" e defende que, geralmente, quanto maiores os níveis de informalidade numa economia, menor pode ser o nível de produtividade. Daí que o caminho mais acertado para a reconversão da economia informal seja mostrar aos agentes económicos desse sector o quanto perdem nessa condição", nomeadamente a possibilidade de escalar o seu negócio por via do financiamento (sabe-se o quão problemático é esse assunto) de parcerias e aquisição de tecnologias que permitam o aumento da produção.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Atraso salarial deixa professores apreensivos

Jornal Manchete

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Augusto Manuel

O jornal Manchete saiu às ruas, da cidade para ouvir dos cidadãos, o que pensam sobre o atraso salarial dos professores, se este atraso pode pôr em causa o início das aulas, situação esta que está tirar sono naquela população Benguelense.

Os cidadãos dizem mesmo que o atraso do salário dos professores, podem condicionar o arranque das aulas. A exemplo da senhora Sara Kambinja que o seu marido é professor, disse até ao momento o seu esposo não recebeu, e com este atraso, segundo disse, não só põe em causa o seu próprio marido como professor que precisa de apanhar táxi para se locomover para o trabalho, como também os seus filhos, ficam condicionados a irem as escolas nos primeiros dias porque não têm materiais escolar, disse.

Sara, atira a culpa ao governo, dizendo que, o governo deveria prevenir para que evita-se o atraso de salário, porque, acrescenta, os novos professores que foram inseridos na educação, não fizeram concurso público hoje.

"Os salários dos professores se atrasar, vai criar muitos problemas porque os meus filhos não têm materiais escolares e vão como na escola? Se o próprio pai ainda não recebeu e o meu salário gastei na cozinha": disse reclamando.

Quem também compactua com a mesma ideia é o jovem Ernesto Tchamba, que também teme pela falta dos professores nos primeiros dias nas salas de aulas tudo, segundo disse a este Jornal, os professores não terão meios para se locomover, principalmente aqueles que trabalham nos Municípios.

Com as aulas preste a começar, e os homens do giz a serem capacitados para mais uma empreitada do ano lectivo, a verdade é que, os professores terão de começar a leccionar com os bolsos vazios tudo porquê o salário da educação vai registar um atraso

neste mês de Janeiro, devido a envolvimento de mais de 180 mil novos agentes que serão inseridos na folha de salários.

E o Presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Educação de Angola José Joaquim Laurindo, falando a Rádio Benguela, apela calma aos seus filiados e aconselha os professores à afluírem os locais de trabalho no dia 1 de Fevereiro, data do início das aulas. De acordo com O Presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Educação de Angola, disse que neste processo tem a envolvimento para tratamento de 181 mil agentes mais, a serem inseridos na folha de salário': não se faz de forma automática é individualizada. Portanto é personalizada. A informação que temos é que, o salário do mês de Janeiro vai levar um ligeiro atraso. E nós estamos a passar esta nota porque, isso não condiciona o início do ano lectivo. Para que não condicione, estamos a dizer aos colegas, tal como estão a fazer seminários preparem desde já, que têm que ter uma possibilidade para dia 1 de Fevereiro da próxima semana, esteja nas suas escolas, nas comunidades onde eles leccionam ", apelou.

Aquele responsável reconhece que todo esse processo é um ganho de mais um subsídio para os docentes que é o subsídio de atavio. Joaquim Laurindo na sua abordagem, fez uma retrospectiva lembrando que, Se até ontem os subsídios iam de 13 por cento no total, hoje são 18 por cento para aqueles que têm mais de 5 anos de serviço e vai aumentar 15 por cento para quem tenha menos de 5 anos de serviço.

O subsídio de diuturnidade, de acordo com o representante dos Sindicatos dos trabalhadores da Educação de Angola, só será pago para aqueles que têm mais de 5 anos de serviço.

Conversamos com alguns professores depois de cumprirem mais um dia de seminário, os profissionais da educação, mesmo estando sépticos por causa do atraso das suas remunerações, dizem estarem prontos, mas lamentam apenas pelos seus colegas que leccionam nos municípios, alguns terão que se endividar para conseguirem-se deslocar, disse um dos nossos interlocutor.

4.2 Cunene tem apenas 18 médicos para 990 mil habitantes

Novo Jornal

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Hélder Caculo

A província do Cunene conta apenas com 18 médicos para atender cerca de 990.087 habitantes, ou seja, um rácio de um médico por cada cinquenta e cinco mil habitantes, segundo cálculos do Novo Jornal. Cifra que contraria a Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda um médico para mil habitantes.

De acordo com dados do Gabinete de Recursos Humanos do Ministério da Saúde enviado a este semanário, Cunene é a província com menos médicos no país. Na lista de províncias com maior carência desses profissionais de saúde estão também Namibe, com 38 médicos para 495 mil habitantes; Kwanza-Norte, com 47, para 443.000; tunda-sul, com 58, para 537.000; Lunda-Norte, com 66, para 862.000 e Zaire com 67 para 594 mil.

Recentemente, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, admitiu haver insuficiência de médicos no Serviço Nacional de Saúde, uma realidade que o MINSA prevê corrigir com a inserção de novos médicos na função pública. Entretanto, esse objectivo pode estar «ainda longe» de ser uma realidade, tendo em conta os números do último concurso público para admissão de novos médicos: 2.475 vagas, 622 admitidos e 733 reprovados.

Os números na Saúde indicam que, embora Angola possa aumentar, a partir deste ano o número de médicos nos hospitais públicos (de 2.956 para 3.578), o MINSA não tem distribuído da melhor forma os profissionais de saúde pelo país. Além de estarem concentrados em grande número na capital (cerca de 506 médicos, aproximadamente 25% do total), estão mal distribuídos pelas 18 províncias. Por exemplo, a província do Bengo, que, de acordo com o último senso realizado em 2014, é a região do país com menos habitantes (cerca de 356.641) tem mais médicos (97) que a província do Cunene.

Em Luanda existe um médico para cada 12,8 mil habitantes, se dividirmos o número total da população (6,5 milhões) pelo número de médicos nos hospitais públicos (506).

Outro dado que chama atenção nos números do MINSA tem que ver com as províncias de Benguela e da Huíla. A primeira, com mais de 2,2 milhões de habitantes, tem 213 médicos e 2.807 enfermeiros. Já a segunda, considerada a província com maior taxa de

mortalidade, tem apenas 198 médicos e 1.527 enfermeiros para 2,4 milhões de habitantes.

Em relação ao número de enfermeiros, o país conta com um total de 31.146 profissionais. Kwando Kubango vem em último lugar com 213. Luanda e Huambo são as que têm maior número, com 8.391 e 3.828 enfermeiros respectivamente.

Números oficiais indicam que, juntando-se o sector privado, se contabilizam um total de 6,4 mil médicos no país para uma população de cerca de 28 milhões de habitantes. Em outras palavras, para que o país possa atingir a cifra de um médico por cada mil habitantes, o sector precisará admitir, nos próximos anos, 21,6 mil novos médicos (perfazendo um total de 28.000 médicos, tanto no sector público como no privado). O desafio torna-se ainda maior se se tiver em conta a projecção de crescimento da população para este ano, estimada em 30 milhões de habitantes, e os grandes objectivos do sector para os próximos anos: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.



4.3 Governo vai realizar quinta revisão ao OGE em 17 anos

Novo Jornal

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Maurício Vieira Dias

É a quinta vez, em 17 anos, que o governo avança para revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), tendo a última ocorrido em 2016 e a primeira em 2002, todas causadas, quase sempre, pela "tendência baixista" do preço do petróleo no mercado internacional, constatou o NJ.

Quanto às outras revisões orçamentais realizadas, aconteceram nos anos 2015 e 2009, ambas em período de crise.

Especialistas julgam não ser normal que a revisão do OGE seja recorrente em tão curto espaço de tempo da aprovação, depois de esta semana o governo ter admitido que vai avançar com uma revisão do OGE 2019 no primeiro trimestre, devido à "tendência baixista" do preço do barril do petróleo, que continua abaixo dos 68 dólares do previsto no orçamento.

O economista Wilson Chimoco opina que não concorda que as revisões do OGE sejam feitas em curto espaço de tempo, uma vez que tal intenção podia ser acautelada em Outubro de 2018, no período de discussão parlamentar. Chimoco entende que a alteração pode passar uma mensagem negativa da economia nacional aos investidores, "que é o pior erro que se pode cometer nesta fase da restauração da credibilidade e imagem do país lá fora. Não estou a defender que não se deva rever o OGE, estou sim a defender que se deva evitar tais erros".

O jurista Janeck Bastos julga, por seu turno, que uma rectificação ao instrumento exige maior perícia do que a necessária para a elaboração do mesmo. «A expectável revisão terá como fundamento a reestruturação financeira, a fim de o tornar sustentável para os fins a que se propõe, na medida em que o Estado, eventualmente, possuirá menos liquidez para honrar os seus compromissos de implementação e execução do Plano de Desenvolvimento Nacional", sublinhou o jurista.

Wilson Chimoco alerta que, em função da rigidez das despesas públicas, é bem provável que o executivo proponha novas perspectivas de défice público e de níveis de endividamento para 2019. Ou seja, uma revisão que deverá gerar efeitos em cadeia em outros documentos que sejam, por exemplo, o plano Anual de Endividamento (PAE 2019), e planificação monetária do BNA. "E é isso que é mau, efectivamente. E sem contar, claro, que muito do investimento e despesas previstas para o primeiro semestre do ano, tanto do sector público e privado, podem ser congeladas ou postergadas, porque se está a gera incertezas da capacidade do governo honrar os seus compromissos".

Cotação do barril do crude força revisão do OGE

O anúncio da revisão orçamental foi feito esta semana pelo ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, afirmando que "vamos entrar para o segundo mês do ano, estamos a analisar a situação e estamos numa posição de organizar já um orçamento que tenha um preço de referência do petróleo, que não seja aquele que apresentámos em Dezembro".

Actualmente, a cotação do barril de petróleo no mercado internacional ronda os 60 dólares. De acordo com dados do relatório de fundamentação da proposta de OGE para 2019, o governo estimava a exportação de cada barril de crude a um preço médio a 68 dólares, face aos 50 dólares inscritos nas contas de 2018. O sector petrolífero representa cerca de 80% das receitas do Estado.

De acordo com o governante, a perspectiva da revisão do OGE de 2019, cuja versão em vigor estima receitas e fixa despesas em 11,3 biliões de kwanzas, está expressa numa resolução entregue ao parlamento aquando da discussão da proposta. "onde o executivo deveria continuar a acompanhar a evolução do preço do petróleo no mercado internacional e caso a tendência baixista do preço do petróleo se mantivesse aí sim o executivo deveria aparecer com um Orçamento rectificativo ou revisado", explicou.

"Estamos a estudar um novo preço de referência e a fazer consultas com alguns organismos no mundo que são especializados nesta matéria para que o preço de referência que apresentarmos seja o mais próximo da realidade", argumentou.

Manuel Nunes Júnior falava aos jornalistas no final da visita de constatação ao Entrepósito de Madeira de Luanda, no município do Icolo e Bengo.

Elaborado com o preço médio do barril de 68 dólares - previsão de receitas com a exportação petrolífera -, o Orçamento Geral do Estado foi aprovado pelo Parlamento a 14 de Dezembro de 2018, e, durante as discussões nas comissões especializadas do parlamento, o governo já aventava a possibilidade de avançar com um orçamento rectificativo.

4.4 Mais de um milhão de crianças fora do ensino

Novo Jornal

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Dulcineia Lufua

As aulas no ensino geral começam oficialmente na terça-feira, 5, em todo o território nacional, com dez milhões 608 mil e 415 alunos nos diferentes subsistemas. O número representa uma variação de seis por cento em relação ao ano académico de 2018. Estima-se que mais de um milhão de crianças ficaram fora do sistema escolar por insuficiência de vagas.

O acto de abertura oficial do ano lectivo decorreu na província de Cabinda, sob o lema O direito à Educação é Também um Direito a um Professor de Qualidade.

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, que presidiu o evento, fez saber que, a nível nacional, cerca de nove milhões, 974 mil e 643 alunos frequentaram as aulas em 2018.

O responsável disse ser pretensão do governo acabar com a existência de crianças fora do sistema de ensino até 2022. Referiu que no ano lectivo passado cerca de nove milhões 974.643 alunos frequentaram as aulas, tendo sido registado uma taxa de alfabetização na ordem dos 75%.

Luanda com 3.385 escolas para mais de um milhão de alunos

A capital do país vai contar com um milhão 616.181 alunos nos diferentes níveis de ensino, sendo que 56 mil entraram pela primeira vez. Contudo, estima-se que 100 mil crianças fiquem fora do sistema de ensino. Falando na abertura do novo ano lectivo, que decorreu no Cine Atlântico, em Luanda, o governador Sérgio Luther Rescova disse que a capital contará com 3 mil 385 escolas.

Segundo fez saber, do total de escolas 770 são públicas, 1.392 participadas e 1.224 privadas.

"A nível da província de Luanda há 27 mil e 909 professores, que, ao longo do ano passado, produziram resultados na ordem dos 82%", revelou.

Na ocasião, Rescova observou que só com professores qualificados será possível conferir qualidade à educação.

"Quando os pais confiam os seus filhos a uma escola, é porque eles acreditam que os entregam a cuidados de profissionais competentes e atitudes eticamente aceitáveis", frisou.

4.5 Milhares de crianças fora do sistema de ensino, falta de escolas e professores e "gasosa" à mistura

Jornal Manchete

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Nganga Fula

Em Luanda, no Cine Atlântico, o acto provincial foi dirigido pelo governador provincial de Luanda.

Luther Rescova afirmou, na ocasião, que é preciso, por um lado, "dar a oportunidade às crianças e jovens para usufruir do direito inalienável à educação e ensino, e, por outro lado, o processo de ensino, aprendizagem deve ser realizado por professores qualificados em todas as vertentes. Só com um professor qualificado poderemos ter um ensino de qualidade. É o professor, enquanto mestre e facilitador, que em última instância determina a qualidade da educação entre alunos, a família e a comunidade".

À margem da cerimónia, Agostinho Miguel, activista cívico, afirmou que "os colégios não deverão efectuar cobranças antecipadas das propinas, uma vez que isso viola os direitos do consumidor, pois ninguém é obrigado a pagar um serviço que ainda não consumiu." Por sua vez, o administrador do município do Cazenga, Albino da Conceição sublinhou que "As velhas escolas não vão arrancar já com as novas escolas, que só deverão arrancar na primeira semana de Fevereiro, com 7 mil crianças fora do sistema de ensino. Cazenga vai contar com novos professores. Espera-se que o MED consiga disponibilizar os professores necessários para o Cazenga e os restantes municípios espalhados por Luanda e pelo resto do país". Na Huíla, a solução que foi encontrada para atenuar o problema da falta de professores será o recrutamento dos finalistas do ISCED provincial. O Ministério da Ensino Superior já autorizou, sendo que a medida só será implementada o próximo ano lectivo.

O director geral do ISCED/Huíla afirmou que "Vamos acertar com o Gabinete Provincial da Educação, para termos o número exacto das escolas que precisam de professores e de disciplinas para podermos, então, direccionar os estudantes finalistas" José Luís Alexandre informou que os mesmos "deverão estar sujeitos a um estágio de um ano" conforme recomendação curricular, sendo certo que assim só poderão leccionar em 2020. O responsável disse ainda que "estamos apenas à espera de um documento da parte do Ministério de tutela para que oficialize o referido estágio".

Vale acrescentar que, os finalistas se entrassem em funções este ano lectivo que ora começa, contribuiriam, imediatamente, para que tosem retirados fora do sistema de ensino um número considerável de crianças. Trata-se de 100 mil crianças em idade escolar só na Huíla, que deverão aguardar pelo próximo ano, com todo atraso de vida que isso representa tanto em termos de progressão académica, como numa eventual preparação técnico-profissional, pelo menos, prática ou de base.

O engenheiro agrónomo, Fernando Pacheco, reconhece "o enorme esforço feito pelo Governo angolano depois da independência em termos de ensino que permitiram a explosão escolar": mas critica "as opções posteriores que conduziram à desastrosa situação actual, com largas quantidades de jovens sem condições para ler, escrever e fazer contas com o mínimo de qualidade. O ensino transformou-se num enorme sistema de pessoas que fingem que ensinam e outras que fingem que estudam, sem que a nação ou a sociedade ganhem alguma coisa com isso".

O agrónomo constata que "os professores colocados nas aldeias longínquas o que são serviços públicos não residem nelas e por isso dão aulas apenas duas a três vezes por semana, deslocando-se nos outros dias para as sedes provinciais e assim sucessivamente num ciclo vicioso enfermeado por instituições de ensino de péssima qualidade e que tarda a ser transformado num ciclo virtuoso em que todos, à sua escala, estudam e ensinam", adiantando ainda que "Não constitui surpresa o número elevado de professores que roubam equipamento escolar das escolas públicas para venda, e se o caso dos livros já era corriqueiro, imagine-se o mesmo tipo de negócio com as carteiras destinadas aos alunos". Notícias disponíveis indicam que, no Cunene, por exemplo, várias escolas se encontram sem carteiras e quadros, além de muitas crianças estudarem debaixo das árvores, factores negativos que poderão prejudicar a contento o arranque do ano lectivo a nível local. Na Cahama algumas escolas ficaram sem quadros, devido à vandalização a que foram sujeitas. Das escolas que têm carteiras, estas se encontram antiquadas, carecendo de reparação e mesmo de renovação. Mas, ainda assim, os responsáveis locais acreditam que o ano lectivo vai arrancar sem problemas de maior, estando os professores e alunos preparados para o efeito. Contudo, não será de estranhar que os alunos venham a sentar-se em latas de leite, paus ou pedras, uma vez que existe falta de dinheiro para recuperação das carteiras, construção de novas e a aquisição de quadros e giz's. Como se isso não bastasse, os responsáveis locais continuam a aguardar pela solução do Gabinete Provincial do MED, baseado em Ondjiva. Finalmente, tal número exponencial de crianças fora do sistema de ensino na Huíla, arredores e cercanias, poderá ser replicado, mais por cima ou por baixo, pelas distintas províncias e municípios do interior do país, onde existem maiores problemas com a educação de crianças, adolescentes e jovens, com a falta de professores e instalações escolares adequadas, o que pode ser constatado à medida que embrenhamos pelo interior e formos deixando a atrás o litoral, mesmo apesar da fraca densidade populacional das províncias da faixa intermédia (Huambo, Cunene, Malange, Kwanza-

Norte e Uíge) e do Leste do país (KK, Moxico e Lundas), sem esquecer as províncias do litoral, como Namibe, Benguela, Kwanza Sul e Zaire e Cabinda, em cujas capitais afluíram muitas famílias, gerando muitas crianças, feitas adolescentes e mesmo jovens sem acesso a escola, sobretudo raparigas. (Voltaremos ao tema.).

4.6 Rever OGE é inevitável, mas esperem até Junho sff

Jornal Expansão

1 De Janeiro de 2019

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A eventual revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 voltou ao topo da actualidade com declarações de Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado e da Coordenação Económica, no início desta semana.

Digo voltou porque a questão da revisão do OGE começou por ser colocada durante a discussão da proposta do Governo na Assembleia Nacional (AN), entre meados de Novembro e de Dezembro, na sequência da descida do preço do petróleo.

O documento foi elaborado com base num preço de 68 USD o barril. A época era um preço em linha com as projecções existentes. A título de exemplo, as Perspectivas Económicas de Outono do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicadas em Novembro apontavam para um preço médio do petróleo Brent, que serve de referência para Angola, de 72,2 USD o barril. Ainda assim, eu teria utilizado um preço mais conservador, no máximo, de 60 USD.

Quando o OGE deu entrada na AN, no final de Outubro de 2018, o Brent estava acima dos 70 USD o barril. Quando se iniciou a discussão, em meados de Novembro, o preço rondava os 65 USD. Quando o OGE foi aprovado, em meados de Dezembro, não ultrapassava os 55 USD e no final do ano rondava os 50 USD.

No debate revisa, não revisa, acabou por prevalecer a posição do Governo, expressa por Manuel Nunes Júnior, segundo a qual era mais "seguro" e "prudente" aguardar pela evolução do preço no mercado. "Logicamente, se assistirmos a uma contínua queda do preço do petróleo, seremos forçados a propor um orçamento rectificativo", precisou Archer Mangureira, ministro das Finanças, atirando para depois de Março de 2019 uma eventual revisão.

Por isso foi com alguma surpresa que olhei para os títulos que se fizeram à volta das declarações de Manuel Nunes, as quais não diferem muito das de Dezembro.

O Governo faz bem em não se precipitar com a revisão do OGE. Mas não tenho dúvidas que ela é inevitável. Não tanto por causa do preço, mas mais por causa da produção. O OGE foi elaborado com base numa produção diária de 1,57 milhões de barris dia. Actualmente as projecções apontam para a produção de 1,43 milhões de barris dia.

Em minha opinião, a revisão do OGE deveria ocorrer em Junho. Nesta altura haverá menos incertezas, quer sobre o preço, quer sobre a produção. Mas até lá, para acautelar a derrapagem do défice, é preciso mão-de-ferro na execução. O recurso às cativações orçamentais, com especial incidência nos bens e serviços seria prudente. Quero discutir.

4.7 Revisão do OGE no II trimestre

Jornal Expansão
1 De Fevereiro de 2019

O Governo solicitou às unidades orçamentais para apresentarem propostas de ajustamento às suas despesas com base numa redução de 30%, visando uma eventual revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019 que, a acontecer, só no II trimestre, apurou o Expansão junto de fonte do Ministério das Finanças.

Esta semana, a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves, revelou que o Governo terá que "provavelmente" rever o OGE caso os preços do barril de petróleo nos mercados internacionais se mantenham abaixo dos 68 USD, o valor de referência do barril no orçamento do Estado.

Fonte do MinFin admite que esta revisão é apenas um dos cenários que estão em cima da mesa e que apenas haverá decisão sobre uma eventual revisão depois de Março. "Até ao final do trimestre será possível observar o comportamento dos preços do barril de petróleo. A manter-se os preços actuais, que estão abaixo do preço de referência, haverá uma revisão. Caso se aproximem ou passem esse preço não haverá revisão já que este preço de referência é uma previsão sobre o preço médio do ano", sublinhou.

A mesma fonte revelou que o Ministério das Finanças não cativou as despesas no OGE, como chegou a ser avançado na imprensa: "O que se fez foi passar às unidades orçamentais o desafio de serem

elas a fazer uma proposta de ajustamento até 30% da sua despesa. Se se avançar com o cenário de revisão, terão de ser elas a indicar onde fazer os cortes", disse.

Esta semana, Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, também admitiu a possibilidade de uma revisão ao orçamento, garantindo que a perspectiva da revisão está expressa numa resolução entregue ao parlamento aquando da discussão da proposta. "Onde o Executivo deveria continuar a acompanhar a evolução do preço do petróleo no mercado internacional e caso a tendência baixista do preço do petróleo se mantivesse aí sim o executivo deveria aparecer com um Orçamento rectificativo ou revisado", explicou.

O OGE 2019 foi aprovado pelo parlamento a 14 de Dezembro e estima receitas e fixa despesas em 11,3 biliões Kz.

J.J.R.

4.8 O plano de privatizações em Angola

Jornal Visão
8 De Fevereiro de 2019

O plano já estava previsto antes do acordo de assistência com o Fundo Monetário Internacional (FMI), disse em Londres, numa palestra no Instituto Real de Relações Internacionais Chatham House, a governante angolana.

"O Estado não é bom a gerir empresas e devemos deixar quem tem mais talento a tornar as empresas mais lucrativas para criarem empregos e ajudarem o país crescer mais": justificou.

As empresas estatais que vão ser privatizadas pertencem aos sectores das telecomunicações, petróleo, minas, agricultura, banca e seguros, explicou.

O programa, que está a ser organizado com a Comissão do Mercado de Capitais e o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), deverá ser implementado ao longo de três anos, até 2021, mas por fases.

De acordo com um conjunto de documentos publicados em Dezembro no sítio do FMI na Internet, a propósito da ajuda financeira solicitada pelo Governo de Angola, o Plano Nacional de Desenvolvimento angolano prevê a liquidação de empresas estatais inviáveis até 2019 e a privatização

de pelo menos 20 empresas estatais não estratégicas e a venda de participações accionistas até 2022.

O documento de suporte ao acordo de assistência entre o FMI e o Governo de Angola refere que as autoridades de Luanda assumiram o objectivo de minimizar o envolvimento estatal directo na economia.

Em concreto, o documento refere que o programa o acordo de assistência prevê, do lado do Governo angolano, o encerramento das empresas detidas pelo Estado em situação de insolvência e a privatização de outras 126 empresas, incluindo 52 participações da petrolífera Sonangol em áreas fora do petróleo, e 10% da transportadora aérea angolana TAAG.

"O governo aprovará um novo programa de privatização dentro de 90 dias. Além disso, pretendemos finalizar a privatização de empresas estatais financeiramente viáveis dentro de dois anos após a aprovação da lei pela Assembleia Nacional": lê-se.

4.9 Oposição sugere cortes na Defesa e Segurança

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2019

Texto: Adelina Inácio

Os presidentes dos grupos parlamentares da UNITA, CASA-CE e o representante do PRS propõem ao Executivo a revisão em baixa do Orçamento Geral do Estado deste ano com referência do preço do petróleo no mercado internacional a 50 dólares/barril e um corte nas despesas do sector de Defesa e Segurança.

O Executivo anunciou recentemente a revisão em baixa do Orçamento Geral do Estado (OGE). O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, disse não entender o que se terá passado com o Executivo uma vez que “era mais do que evidente a necessidade de rectificar o preço de referência do barril do petróleo”.

O parlamentar explicou que os indicadores dos meses de Novembro e de Dezembro do ano passado obrigavam a que, na sessão de aprovação final global do OGE, o Executivo tivesse já em conta um preço de referência adequado à realidade.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA afirmou que o seu partido alertou o Governo das consequências sobre o OGE rectificativo.

“Quando temos um orçamento e somos obrigados a elaborar outro, há aqui uma decalagem de tempo que se traduz na espécie de um vazio, com consequências muito grandes”, disse.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA afirmou que os deputados continuam a encontrar no orçamento verbas para associações vinculadas a partidos políticos em quase todos os sectores e ministérios.

O deputado afirmou que no OGE há verbas elevadas para o sector de Defesa e Segurança. “Não é que não seja importante, mas acho excessivo um regimento presidencial com uma presença nacional. Então, para que servem a Polícia e as Forças Armadas se o Presidente está em Luanda e tem a necessidade desse desdobramento todo pelo país, que tem despesas extraordinárias que acabam sendo idênticas ou superiores, em muitos casos, às despesas extraordinárias, como o caso da Saúde e da Educação”, questionou o deputado.

Adalberto Costa Júnior falou também da compra de activos que tinha o OGE anterior em valor igual ao orçamento da Educação. O deputado disse que a UNITA é contra a “carta branca” ao Presidente da República para contrair dívidas sem explicar ao Parlamento. “A Lei do Orçamento Geral do Estado continua a atribuir ao Presidente da República a possibilidade de contrair empréstimos continuamente sem a autorização antecipada da Assembleia Nacional”, disse o parlamentar.

O deputado afirmou que a política fiscal está a punir severamente quem trabalha e a aumentar impostos para compensar o OGE.

CASA-CE considera rectificação tardia

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, reconheceu que a rectificação do Orçamento Geral do Estado é necessária, mas que peca por tardia.

André Mendes de Carvalho lembrou que a CASA-CE votou contra o OGE e uma das razões para o voto contra é a “falta de realismo no preço médio do barril do petróleo que o instrumento financeiro de governação apresenta.” “Já sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, haveria necessidade de fazer essa correcção”, disse. O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE defende que, no orçamento rectificativo, o Executivo reforce as verbas para os sectores da Saúde e Educação e a canalização de dinheiro para o sector produtivo. “Se não se incentivar a produção, estaremos sempre a girar num

círculo vicioso num esforço inglório”, afirmou o político.

Benedito Daniel, deputado do PRS, disse que o Executivo cometeu “graves erros” por não rever o preço de referência do barril de petróleo. “O orçamento devia ser feito na base média de 50 dólares/barril, mas infelizmente não fomos ouvidos”, disse o deputado.

O deputado acredita que, com a revisão do orçamento, o Executivo vai cortar muitos programas básicos e importantes para a população. O parlamentar defende que o Executivo faça corte nas verbas do sector da Defesa e Segurança.

“O dinheiro para a Educação, Saúde e Agricultura não chega. Então, esses sectores não podem sofrer cortes. Mas o sector da Defesa e Segurança sim. Estamos em paz e tudo que se poderia adquirir para a defesa seria apenas para a prevenção”, defendeu o deputado Benedito Daniel.

4.10 Chega de brincar com a Conta Geral do Estado

Jornal Expansão

15 De Fevereiro de 2019

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A Assembleia Nacional (AN) deverá aprovar na próxima quarta-feira dia 20 de Fevereiro de 2019 a Conta Geral do Estado (CGE) de... 2016. Sim, leu bem! A CGE de 2016 será aprovada em... 2019, mais de dois anos depois do fecho do exercício.

Acontece que a CGE é de capital importância para avaliar o uso que o Titular do Poder Executivo (TPE), que coincide com o Presidente da República (PR), faz dos dinheiros públicos inscritos no Orçamento Geral do Estado (OGE).

De acordo com a Lei, anualmente, até 31 de Outubro, o TPE deve submeter à AN o OGE. Até 30 de Setembro do ano seguinte a que diz respeito o OGE, o PR deve submeter à AN a CGE.

Em termos simples, o OGE não passa de um plano de intenções. O governo diz quanto prevê arrecadar no ano seguinte e onde vai gastar. A CGE é (ou pelo menos devia ser) a realidade. O Governo diz quanto arrecadou e onde gastou.

Como os deputados não são propriamente especialistas em finanças públicas, a AN solicita ao Tribunal de Contas (TC) um parecer sobre a legalidade e a correcção financeira da CGE. Parecer que serve de base à aprovação da CGE, o mais tardar

até 30 de Junho do ano seguinte ao ano da recepção da conta.

Ou seja, a aprovação da CGE de 2016 devia ter ocorrido no máximo até 30 de Junho de 2018. Como só será na próxima semana estamos a falar de um atraso de quase oito meses.

Mas ainda que sejam respeitados os prazos previsto na Lei, a CGE é aprovada 18 meses após o término do exercício a que diz respeito.

Isto não é fiscalização. É brincar de fiscalização. A título de exemplo, as contas das empresas são aprovadas em assembleia geral de accionistas até 31 de Março, isto é, três meses depois do término do exercício. Bem sei que o Estado não é uma empresa. Mas 18 meses para aprovar contas parece-me demais. Em minha opinião, os prazos deviam ser encurtados. Por exemplo, em Portugal, a CGE é entregue até 30 de Junho do ano seguinte a que o OGE diz respeito, o Tribunal de Contas dá parecer até 30 de Setembro e o Parlamento aprova até 31 de Dezembro.

Mas a brincadeira com a CGE não se esgota nos prazos. Ao avaliar a legalidade e a correcção financeira da CGE, o TC emite recomendações.

Pois bem, em 2014 o TC fez 20 recomendações, 14 das quais ao Ministério das Finanças (MinFin), nenhuma foi acatada. Em 2015, as recomendações subiram para 40, 26 das quais ao MinFin, e, mais uma vez, nenhuma foi acatada. Afinal, brincadeira não tem hora. Pelo menos com a CGE.

4.11 Prejuízos das empresas públicas disparam 52% para 98,6 mil milhões Kz

Jornal Expansão

15 De Janeiro de 2019

Texto: Nelson Francisco Sul

As empresas do sector empresarial público deram prejuízos ao Estado de 98,6 mil milhões Kz, em 2017, equivalente a 591 milhões USD, um agravamento de 52% dos resultados face aos 65,0 mil milhões negativos de 2016, revela a Conta Geral do Estado (CGE) preliminar de 2017.

Apesar de o relatório não referir em concreto quais foram as empresas do Sector Empresarial Público (SEP) que tiveram maior prejuízo, este revela quais os ministérios a que essas empresas estão agregadas (ver página 4). O Ministério das Finanças (MinFin) é o campeão dos prejuízos, já que o conjunto de empresas públicas sob a sua alçada, no caso o Banco

de Poupança e Crédito (BPC), o Grupo ENSA e o Banco de Comércio e Industrial (BCI) obtiveram em conjunto resultados líquidos na ordem dos 80,1 mil milhões Kz, equivalente a 488 milhões USD. Ou seja, só os prejuízos das empresas "controladas" pelo Minfin representam 82% do total dos prejuízos do Sector Empresarial Público (SEP), segundo cálculos do Expansão. Contribuiu para este valor os -73 mil milhões Kz que o BPC obteve em resultados líquidos em 2017 (que consta no relatório e contas do banco), naquele que é o maior prejuízo da banca nacional. Aliás, este valor equivale a 74% do total dos prejuízos do sector empresarial público em 2017.

A seguir às empresas sob a alçada do ministério de Archer Mangureira estão as empresas do Ministério da Energia e Águas (PRODEL, EPAL e ENDE), com prejuízos de 18,9 mil milhões Kz. As empresas do Ministério dos Transportes completam o top 3 dos prejuízos do SEP com 10,1 mil milhões de resultados líquidos negativos.

Estes resultados das empresas do sector empresarial público reforçam as opiniões de vários especialistas e economistas que defendem a privatização da maior parte destas empresas. "A minha posição é conhecida quanto ao papel do Estado como empresário. É um problema que vem de muito longe, ainda uma herança do socialismo e que foi escamoteada pelas estonteantes receitas do petróleo: havia dinheiro para tudo, corrupção e manter a funcionar empresas públicas manifestamente incompetentes", refere o economista Alves da Rocha.

O Executivo aponta à privatização de várias empresas públicas já a partir deste ano, que envolve sectores como as telecomunicações, petróleo, banca e agricultura, segundo adiantou recentemente a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves. "O Estado não é bom a gerir empresas e devemos deixar quem tem mais talento a tornar as empresas mais lucrativas para criarem empregos e ajudarem o país a crescer mais", justificou. Neste sentido, Alves da Rocha, também coordenador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica questiona: "Quem é que estará disponível para adquirir empresas com enormíssimos prejuízos e algumas delas quase falidas?".

Subsídios operacionais dispararam em 2017

Os subsídios operacionais ao sector empresarial do Estado dispararam 72% de 24,6 mil milhões Kz em 2016 para 42,6 mil milhões em 2017, de acordo com a CGE preliminar de 2017, que não adianta quais as empresas abrangidas. Só é possível apurar 'quem recebeu quanto' em 2016, já que consta na CGE

daquele ano, apreciada esta semana na Assembleia Nacional na Comissão de Economia e Finanças. Assim, há três anos, as empresas estatais de comunicação social foram as que mais receberam subsídios operacionais do Governo (ver página 4). Num total de 18 empresas do Sector Empresarial Público (SEP), a RNA, a TPA, a Angop e as Edições Novembro (que detém a gráfica com o mesmo nome e o Jornal de Angola) receberam no conjunto 16,2 mil milhões Kz em subsídios operacionais. A Rádio Nacional de Angola lidera o ranking da lista das empresas que mais receberam subsídios dos cofres do Estado, ficando com o equivalente a 32,3 milhões USD.

As empresas incumpridoras

O documento refere, por outro lado, que do universo das 113 empresas monitora das pelo Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), 20 não remeteram as suas Prestações de Contas, o que contraria a legislação.

Das 20 empresas que não prestaram contas em 2016, destaque para a empresa de telecomunicações ANGOLA TELECOM, bem como a Empresa Nacional de Pontes (ENP UE.E), a Sociedade de Investimentos e Participações S.A., a Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Industrial de Capanda (SODEPAC), a Empresa de Águas e Saneamento do Bié (EASB E.P.-), a Empresa de Transportes Públicos de Cabinda (ETPC UE.E.) e a Empresa de Águas e Saneamento do Huambo (EASH E.P.).

O relatório enviado pelo ISEP para a composição da CGE de 2016, segundo o órgão responsável pela legalidade das finanças públicas, descreve "que têm sido realizadas privatizações de empresas que não constam do Programa de Privatizações 2001- - 2005, que são, geralmente aprovadas por Decretos Executivos Conjuntos dos Ministros que superintendem o SEP e o sector de actividade", lê-se na página 308 do parecer do Tribunal de Contas.

4.12 Quem recebeu quanto do Estado em 2016 e 2017

Jornal Expansão
15 De Fevereiro de 2019



4.13 Rever OGE 2019 pode criar instabilidade social

Jornal Expansão
15 De Fevereiro de 2019

A Economist Intelligence Unit (EIU) alertou quinta-feira que a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2019 pode criar divisões dentro dos ministérios, instabilidade social e atrasos nos projectos que dependem de financiamento público.

"Alterar a despesa à luz dos preços mais baixos do petróleo é uma iniciativa prudente do Governo, mas como o OGE foi aprovado só em Dezembro, o processo deve criar perturbações significativas nos ministérios e é provável que acrescente mais burocracia e atrase a execução dos projectos", dizem os analistas.

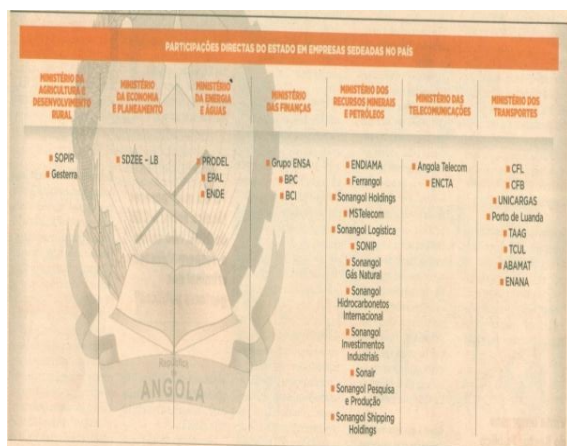
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EMPRESAS DO SEP
Por Ministério, milhões Kz

	2015	2016	2017*
Petróleos	47.169	13.282	25.423
MAPTESS	—	149	232
Pres. da República	—	-110	200
Conselho de Ministros	118	82	90
Telecomunicações TI	-121	56	76
Defesa Nacional	-223	-53	53
Pescas	39	141	-18
Economia	-639	-199	-108
Agricultura	17	473	-313
Comunicação Social	-66	-357	-5.703
Comércio	-618	-161	-8.187
Transportes	-61.684	-22.997	-10.133
Energia e Águas	-20.681	-14.637	-18.909
Finanças	26.691	-40.717	-81.305
Total	-8.049	-65.048	-98.602

* Conta Geral do Estado 2017 preliminar

Num comentário à possível revisão do OGE, já admitida pelo Governo, devido à descida dos preços do petróleo, o principal motor da economia angolana, os peritos económicos da revista britânica 'The Economist' dizem que "cortar a despesa pode ajudar o Governo a equilibrar as contas e 'ganhar crédito' junto do Fundo Monetário Internacional, do qual aceitou um empréstimo de 3,7 mil milhões USD.

No entanto, avisam, "esta iniciativa não vai ser popular junto dos angolanos, que estão a sofrer na pele o impacto da redução do crescimento e os sucessivos orçamentos de austeridade", por isso, salientam, "é importante que as alocações aos serviços essenciais e ao desenvolvimento de infra-estruturas sejam protegidos". O Presidente, que é elogiado por ter aumentado a dotação para a educação e para a saúde, que em conjunto superam pela primeira vez as despesas com a segurança, "tem de gerir cuidadosamente a revisão do orçamento, senão arrisca-se a sofrer retaliações e uma possível instabilidade social", alertam os economistas da EIU.



O anúncio de uma rectificação do OGE para 2019, cuja versão em vigor - aprovada em Dezembro, no parlamento, com os votos a favor do MPLA - estima receitas e fixa despesas em 11,3 biliões Kz, foi feito no final de Janeiro pelo ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social de Angola, Manuel Nunes Júnior.

A revisão do OGE acontecerá "no primeiro trimestre", devido à "tendência baixista" do preço do barril do petróleo, que continua a rondar os 60 USD, abaixo da previsão do Governo, estabelecida nos 68 USD, apesar de a EIU estimar um preço médio do petróleo na casa dos 66 USD este ano.

Lusa

4.14 Corte no orçamento altera as prioridades

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2019

Texto: Matias da Costa

A verba do Orçamento o Geral do Estado (OGE) aprovada para o Bié, no presente exercício económico, é de cerca de 60.981 milhões de kwanzas, menos 30 por cento que o inicialmente previsto, anunciou na sexta - feira o governador provincial na 4º Reunião Técnica entre o Governo e as Administrações Municipais.

Pereira Alfredo advertiu que a redução requer uma redefinição das acções projectadas para este ano, com realce para as que recaem sobre a edificação de infra-estruturas, com as despesas a estarem sujeitas apenas "ao indispensável".

Com a redução, a Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia passa a dispor de uma previsão de despesa de 16.940 milhões de kwanzas, seguida do Governo Provincial com uma fatia de 14.335 milhões.

As administrações municipais de Camacupa, Catabola, Chinguar, Chitembo, Cuemba, Cunhinga e Nharea vão absorver valores superiores a mil milhões de kwanzas, enquanto o Cuito, a capital da província, dispõe de três mil milhões e o Hospital Geral do Bié e o município do Andulo de dois mil milhões.

Segundo o governador, as obras projectadas para a edificação de escolas, postos médicos e infra-estruturas rodoviárias ficam condicionadas, mas deve manter-se o princípio de conferir mais atenção aos sectores da Educação assistência médica e medicamentosa e ao Programa de Combate à Fome e Redução da Pobreza.

O administrador municipal do Cuito, Avis Vieira, considerou que, com o novo quadro macro-económico da província, recai sobre os responsáveis públicos uma gestão mais cuidada.

Avis Vieira disse que a construção das salas de aula para mais de 20 mil crianças que se encontram fora

do sistema de ensino é uma prioridade do seu mandato.

4.15 Governo anuncia fim dos défices orçamentais

Jornal de Angola

20 De Fevereiro de 2019

Texto: Madalena José

O Governo promete pôr fim, a partir deste ano, à trajectória de défices fiscais, que regista desde 2014, altura em que o país começou a ressentir os efeitos da queda brusca do preço do petróleo no mercado internacional.

A garantia foi avançada ontem pelo ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, quando interveio na abertura do Fórum de Investimento Privado Angola-Reino Unido, que decorreu no Anfiteatro Afonso Van-Dúnem Mbinda, em Luanda.

Os défices sistemáticos, de acordo com Manuel Nunes Júnior, resultaram num aumento dos níveis de endividamento do país, tendo a dívida pública passado de menos de 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2013, para mais de 70 por cento em 2017.

Com as medidas tomadas pelo novo Governo, em funções desde Setembro de 2017, assinalou, o défice fiscal de 6,3 por cento verificados naquele ano baixou para 1,00 por cento em 2018.

"Para os anos seguintes, incluindo o presente, o Governo vai trabalhar para que não se incorra mais em défices, devendo os saldos públicos serem neutros ou superavitários", declarou o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social.

Com a medida, explicou, o Governo pretende diminuir os níveis de endividamento do país e, consequentemente, reduzir as taxas de juros que são praticadas no mercado nacional.

O comportamento das taxas de inflação, de acordo com o governante, está também numa trajectória descendente, tendo se situado, no ano passado, em 18,21 por cento, quando o Orçamento Geral do Estado (OGE) previa uma taxa de 28 por cento.

A par disso, afirmou, o mercado cambial caminha para a normalização, com a diferença entre as taxas de câmbio oficial e paralelo a registarem uma redução permanente.

Os pagamentos dos atrasados em divisas, de acordo com Manuel Nunes Júnior, estão a ser regularizados e os compromissos do país em moeda externa começam a ser honrados com regularidade.

Para melhorar o ambiente de negócios no país, afirmou, foi aprovada pela primeira vez uma Lei da Concorrência, para assegurar que os negócios sejam feitos com base na competição entre agentes económicos e não na base de monopólios, oligopólios ou outras formas desleais.

Ainda no quadro da melhoria do ambiente de negócios no país, insistiu, sob proposta do Governo, foi alterada a Lei do Investimento Privado, com o objectivo de conferir aos investidores maior liberdade na condução das suas decisões.

"Numa só palavra, estamos a tomar as medidas necessárias para que a confiança seja restaurada no mercado angolano, o que é bom para o investimento, interno e externo", notou Manuel Nunes Júnior.

O ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social lembrou que Angola é um país aberto a investimentos e, em nome do Governo, pediu ao Reino Unido que ajude o país a edificar uma economia cada vez menos dependente do petróleo e derivados.

O Reino Unido tem um Sistema de educação muito avançado, dos mais avançados do mundo, sobretudo a nível do Ensino Superior, reconheceu, sublinhando que cooperação entre os dois países pode ser aprofundada nesse domínio e alargada, entre outras áreas, na Agricultura, Turismo, Indústria Transformadora, Pecuária e Transportes.

"No mundo moderno o factor produtivo mais importante é o conhecimento, sem o qual o processo de inovação e progresso tecnológico não tem lugar", reconheceu Manuel Nunes Júnior.

Combate à corrupção

O ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social reconheceu que "não é seguro investir num país em que não se tem a certeza de que a lei, sempre que necessário, é aplicada de modo objectivo e de maneira igual para todos".

De há um tempo a esta parte, frisou, várias medidas estão a ser implementadas para que se instale em Angola um verdadeiro Estado de Direito, em que ninguém esteja acima da lei.

A percepção que os angolanos têm sobre a matéria e a que o mundo tem sobre o país, disse referindo-se ao combate à corrupção, co-mença a mudar. "Isto é

bom, quer para nós, quer para os estrangeiros interessados em investir em Angola", sublinhou.

4.16 MPLA reconhece fragilidades

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2019

Texto: Adelina Inácio e Bernardino

Manje

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, reconheceu ontem que a Conta Geral do Estado aprovada ontem revela um conjunto de fragilidades ainda existentes no processo de desenvolvimento do Estado e das suas instituições.

O deputado afirmou que apesar das fragilidades encontradas na Conta Geral do Estado de 2016, várias acções importantes foram realizadas, tendo destacado a taxa de execução financeira para o sector social, que foi de 60 por cento, sector económico, 77 por cento, da Defesa e Segurança, de 93 por cento, e serviços públicos gerais, de 78 por cento.

Para o deputado do MPLA, não é correcto dizer-se que o acórdão do Tribunal Constitucional de 2013 proibiu ou impediu o exercício do controlo e da fiscalização do Parlamento ao Executivo ou entidades que fazem uso de recursos públicos.

O deputado Américo Cuononoca afirmou que ao contrário do que dizem os deputados da oposição, a Assembleia Nacional dispõe de vários poderes e mecanismos de fiscalização.

O deputado citou como exemplo o facto de várias comissões de trabalho especializadas saírem em delegações para visitas de controlo e fiscalização em todas as instituições públicas, como tribunais, hospitais, escolas, universidades e projectos sociais.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse que a luta contra a corrupção em Angola não é apenas do MPLA, mas de toda a sociedade.

"Nenhum deputado aposta na corrupção, é uma luta conjunta tendo em conta que este mal afectou toda a sociedade", afirmou.

Na reunião, a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves, afirmou que em 2016 a economia do país observou uma taxa de crescimento negativa de 0.1 por cento do PIB, contrariamente ao crescimento de 3.2 por cento registado em 2015. Vera Daves, que apresentou o documento, disse que neste ano as despesas e as receitas não foram executadas a 100 por cento.

As receitas arrecadadas pelo sector diamantífero, disse, foram de 116 por cento acima do previsto.

Os deputados voltam a reunir-se hoje para, entre outros assuntos, analisarem na generalidade a proposta de Lei sobre Parcerias Público-Privadas.

4.17 Oposição critica atrasos no envio da Conta Geral

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2019

Texto: Adelina Inácio e Bernardino

Manje

A UNITA e a coligação CASA-CE criticaram ontem a entrega tardia, pelo Executivo, da Conta Geral do Estado para análise e aprovação pela Assembleia Nacional.

Para o presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, na sua declaração política, a demora tem consequências porque não produz efeitos lógicos na preparação dos orçamentos subsequentes.

Ontem os deputados aprovaram a Conta Geral do Estado de 2016 com 128 votos favoráveis do MPLA, 60 contra da UNITA, CASA-CE e PRS e abstenção da FNLA. O documento foi apresentado pela secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves.

Segundo Adalberto da Costa Júnior, que defendeu a alteração da discussão da Conta Geral do Estado, o atraso na entrega do documento “contribui também para uma governação menos eficaz e menos transparente”.

A análise e pareceres sobre a Conta Geral do Estado, argumentou, não podem depender do parecer do Tribunal de Contas. O parlamentar acrescentou que a sociedade deve aceder ao documento na mesma altura que dá entrada no Parlamento.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, considerou que o atraso do Executivo na apresentação da Conta Geral do Estado prejudica “fortemente” a sua utilidade na aprovação dos OGE subsequentes.

“A Conta Geral do Estado de 2016 deveria dar entrada na Assembleia Nacional até 30 de Setembro de 2017, mas chegou apenas em Janeiro de 2019 à Assembleia Nacional e por isso não contribui em nada para os orçamentos de 2018 e 2019, pois é conveniente analisar como executar um Orçamento

Geral do Estado passado para melhorar o novo que se lhe segue”, afirmou o deputado.

Benedito Daniel, do PRS, que votou contra, disse que a desaceleração do sector não petrolífero deveu-se ao que considerou “gestão danosa dos fundos públicos”. O deputado Lucas Ngonda, da FNLA, que se absteve na votação, saudou o facto de o Executivo dar entrada do documento na Assembleia Nacional, embora com atrasos.

Lucas Ngonda disse que com esta regularidade, o Executivo mostra o seu interesse em melhorar as futuras contas Geral do Estado.

O deputado lamentou o facto de a produção agrícola não conseguir retomar os níveis de produção aceitáveis desde que Angola se tornou independente.

Receios da UNITA

A UNITA olha com desconfiança para a Proposta de Lei de Bases das Privatizações que é votada hoje, de forma global, na Assembleia Nacional, devido à corrupção que ainda se regista no país.

O posicionamento do partido foi avançado ontem pelo vice-presidente, Raul Danda, que desconfia que a referida lei venha a beneficiar apenas pessoas próximas ao MPLA.

Pelo que disse ontem o dirigente da UNITA, são de se esperar hoje, no Parlamento, votos contra ou no mínimo abstenções do grupo parlamentar do maior partido da oposição.

Raul Danda, que falava sobre a situação social no país, na qualidade de “primeiro-ministro” do “governo sombra” da UNITA, apontou a privatização da Angoméica, que custa aos cofres do Estado uma renda mensal de 3,5 milhões de kwanzas, à SUNINVEST, ligada à FESA, como um “exemplo flagrante” da corrupção no país.

“Se o MPLA é o mesmo; se o governo é o mesmo, onde é que andaram para apenas agora descobrirem que a Angoméica foi roubada do Estado e arrendada depois ao mesmo Estado? E querem que os angolanos olhem sem desconfianças para a Lei das Privatizações que vai ser levada à votação amanhã (hoje), no Parlamento?! Como nos convencer que ela (a lei) não vai beneficiar os mesmos da mesma mesmice?”, questionou o deputado do grupo parlamentar da UNITA.

4.18 Mais de 90% dos alunos do ensino primário ficaram sem merenda

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Dulcineia Lafua

Dos 419 mil alunos matriculados no ensino primário nos nove municípios de Luanda, no ano lectivo 2018, apenas 44.033 beneficiaram da merenda escolar no primeiro e segundo trimestre do ano escolar. A cifra, segundo cálculos do Novo Jornal, representa uma média de 10 por cento. Por outras palavras, 90% dos alunos não beneficiaram da merenda.

De acordo com um documento da Direcção provincial da Educação de Luanda (DPEL) a que o NJ teve acesso, apenas 82 escolas beneficiaram do programa de merenda escolar.

Algumas repartições municipais da Educação contactadas pelo NJ, que agora têm a responsabilidade de controlar e acompanhar a distribuição da merenda, não conseguiram precisar o orçamento global do programa. Entretanto, revelaram que a distribuição da merenda, a nível da província, registou baixas significativas.

No município de Luanda, segundo Joana Torres, no ano passado a merenda só chegou aos sete distritos, entre Maio e Agosto, com um orçamento de aproximadamente 300 milhões Kz.

"Por conta da crise, deste valor só foi possível usar 62 milhões, 592 mil e 206 kwanzas, que serviram para a aquisição de leite, sumos, bolachas, pães e frutas que compõem a merenda", fez saber a directora da Educação do município de Luanda, Joana Torres.

Com estes valores, que chegaram de forma faseada, explicou a responsável, foi possível distribuir lanches para 4.444 alunos de oito escolas dos sete distritos do município de Luanda.

Para o presente ano lectivo, dos 140 mil matriculados apenas 21 mil e 198 alunos beneficiaram da merenda escolar, uma cifra que, segundo Joana Torres, poderá reduzir ainda mais, devido ao baixo orçamento.

"Pelo que sabemos, o orçamento da merenda para este ano, inicialmente, é de 82 milhões, 305 mil e 609 kwanzas, mas, segundo o Ministério das Finanças, haverá uma retenção de 50% destes valores. Quer dizer que vamos receber cerca de 40 milhões de kwanzas. Comparado ao ano passado, é 'uma gota no oceano'", sublinhou. Por seu turno, Tatiana Tavares, chefe de repartição, acção social e escolar do

município do Talatona, revelou que em 2018 o lanche dos pequenos só lhes foi servido no mês de Novembro, tendo beneficiado 3.532 alunos.

"Para este ano, ainda não recebemos nada, mas pretendemos servir dez escolas, seis nas zonas periféricas e quatro na península do Mussulo", concluiu.

4.19 MPLA viabilizou a Conta Geral do Estado 2016 apesar de conter inúmeras irregularidades

Jornal Expansão

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Nelson Francisco Sul

A Conta Geral do Estado (CGE) de 2016 foi aprovada por maioria de votos do MPLA apesar das várias irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas, relativas à celebração de contratos públicos ou procedimentos na emissão de dívida pública para financiamento do ex-Besa.

O TC considera que o processo que levou à emissão de 47,4 mil milhões Kz em dívida pública que "tiveram como finalidade o 'Saneamento Financeiro do Banco Económico', diferente da inicialmente prevista" ocorreu com algumas irregularidades como o facto do montante das emissões ter sido superior aos 47,0 mil milhões autorizados pelo decreto presidencial n.º 123/16, de 9 de Junho. O parecer acrescenta que "nos moldes em que a operação foi feita, configura uma situação de financiamento não prevista no artigo 4.º da lei do Orçamento Geral do Estado de 2016.

São ainda inúmeras as irregularidades detectadas pelo TC, relativas a questões relacionadas com a execução de obras públicas, ou com a celebração de contratos públicos

Na declaração política de voto, maior partido na oposição, a UNITA, lembra que ao longo das 385 páginas do relatório, "o Tribunal de Contas faz uma eternidade de constatações e deixa uma infinidade de recomendações, por causa dos erros e incongruências, propositados ou não, que o Executivo comete - aliás em ano nenhum foi diferente -", disse Raúl Danda, acrescentando que o Executivo não deixou nenhuma possibilidade à UNITA para votar de outro modo que não seja o voto contra.

Já o MPLA, na voz do seu presidente do grupo parlamentar, Américo Cuononoca, apesar de reconhecer as irregularidades contidas no parecer do

TC, diz que o documento está em condições de ser aprovada, tendo em conta as várias acções realizadas naquele ano, nomeadamente a "reabilitação de infra-estruturas de transportes, expansão da capacidade de energia eléctrica, melhoria da qualidade do ensino superior, desenvolvimento rural e combate à pobreza, reabilitação e expansão de infra-estruturas de águas e saneamento e fomento e desenvolvimento da actividade económica".

No que respeita às recomendações constantes nos pareceres anteriores, o relatório do TC destaca que nenhuma das 20 feitas recomendações de 2014 foi acolhida, e que as 40 de 2015 voltaram a ser ignoradas. Em 2016, o TC fez o mesmo número de recomendações aos diversos organismos do aparelho do Estado. O Ministério das Finanças é o campeão das instituições que mais têm ignorado as recomendações do Tribunal de Contas.

Os deputados aprovaram esta semana a Conta Geral do Estado de 2016 com 128 votos favoráveis do MPLA, 60 contra da UNITA, CASA-CE e PRS e abstenção da FNLA.

4.20 Pagamento em kwanzas e em moeda estrangeira

Jornal Economia e Finanças

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Armando Estrela

Com a verificação de todos os procedimentos contratuais e legais, relativamente ao fornecimento de bens ou serviços, o órgão da administração pública faz o pagamento do acordado, em moeda nacional, cumprindo duas etapas, uma que corresponde à verificação de toda a documentação de suporte e a outra de processamento das facturas mediante a disponibilidade orçamental na natureza a que corresponde a despesa.

No âmbito da verificação documental, cuida-se do contrato, da factura (que obedece todos os requisitos legais para tal), da autorização interna do órgão da administração pública (dependendo do montante em causa), do relatório de prestação de serviços emitido pelo fornecedor, no qual deve contar, minuciosamente, os serviços prestados, e da confirmação da prestação dos bens ou serviços, mediante confirmação da área beneficiou.

Regra geral, o processamento de facturas dos diversos órgãos da administração pública decorre dentro das ferramentas informáticas do próprio Estado, como é por exemplo o Sistema Informático de Gestão Financeira do Estado que emite ordens de

saque, faz a homologação e dá baixa do processo que vai para um determinado banco.

Pagamento em moeda externa Os casos mais complexos decorrem do pagamento de processos em moeda estrangeira. A primeira etapa para o pagamento em moeda externa compreende as cinco fases do pagamento em kwanzas. Já a segunda etapa circunscreve-se na remessa do processo físico (via ofício) para a Direcção Nacional do Tesouro, entidade que procede o processamento das facturas, mediante disponibilidade orçamental e obedecendo três complexos critérios.

O primeiro tem que ver com o envio de um ofício a formalizar a solicitação de pagamento. O segundo critério está ligado ao fornecimento de toda a documentação de suporte e o terceiro com o envio de toda a documentação complementar, conforme as regras de "compliance" do Banco Nacional de Angola (BNA) e em obediência ao número quatro do artigo 12, do Decreto Presidencial nº 11118, de 27 de Abril.

Genericamente, os procedimentos no Banco Nacional de Angola compreendem a apresentação de uma carta de solicitação de pagamento, da factura, do contrato comercial homologado ou visado pelo Tribunal de Contas (caso aplicável), assim como o extracto do banco ou documento equivalente onde consta o nome do beneficiário, o IBAN/conta bancária, o "swift"/ABA e o nome e endereço do banco e da agência em que está domiciliada a conta.

Igualmente, o banco central angolano deve certificar-se da principal actividade da empresa ou do seu objecto social, da documentação legal em que se indica o dono da empresa ou seu representante legal, dando-se aqui conta da estrutura accionista da empresa, da documentação pessoal de identificação dos beneficiários ou sócios, do tempo de relação entre o beneficiário do pagamento e o banco receptor, bem como da relação de negócio entre o ordenante e o beneficiário do pagamento e o endereço físico e website da empresa.

O processamento dos pagamentos em moeda externa é efectuado pela Direcção Nacional do Tesouro que, após a concretização da operação, envia por e-mail o "swift" e o comprovativo de pagamento, para posterior remessa ao beneficiário.

4.21 Parlamento aprova “Contas/2016”

Jornal Economia e Finanças
22 De Fevereiro de 2019

Não obstante a desaceleração e o abrandamento da economia na arena nacional e internacional, provocados pela baixa dos preços do petróleo e as fragilidades encontradas na Conta Geral do Estado (CGE) de 2016, foram realizadas acções importantes. Sob esta perspectiva, os deputados do partido de suporte do Governo aprovaram o documento remetido à aprovação em sessão plenária, na quarta-feira. Em sentido oposto, a oposição votou contra, tendo ainda uma abstenção. O deputado Américo Cuononoca, que chefia a bancada parlamentar do MPLA, informou que a taxa de execução financeira, neste ano, por exemplo, para o sector social, foi de 60 por cento, no sector económico 77, da Defesa e Segurança 93, e Serviços Públicos Gerais 78 por cento. Segundo fez constar, as referidas acções e execuções financeiras permitiram não só manter a funcionalidade das próprias instituições do Estado, mas assegurar os serviços públicos mínimos para garantir a continuidade da Nação e da sociedade com investimentos em infra-estruturas. O partido do Governo reconhece o quão difícil foi o exercício fiscal de 2016, mas sublinha que a CGE foi formulada conforme as disposições legais previstas, quer na Constituição quer na legislação ordinária.

Já Adalberto da Costa Júnior, líder da bancada parlamentar do maior partido da oposição, diz terem sido detectados "problemas graves e recorrentes de transparência ao nível do Estado", citando como exemplo números divergentes da Dívida Pública de 2016 no programa de Estabilização Macroeconómica do Executivo e no parecer do Tribunal de Contas (TC).

"Para o TC, em 2016 o valor da Dívida Pública externa ronda os 7,3 bilhões de kwanzas, quando o Governo, no seu Programa de Estabilização Macroeconómica fala em 4,4 bilhões de kwanzas", disse o deputado. O mesmo realçou que o BNA apresenta um outro valor para a Dívida Pública, justificou a sua decisão.

4.22 Rumos para a prestação de serviço ao Estado

Jornal Economia e Finanças
22 De Fevereiro de 2019
Texto: Armando Estrela

Os órgãos da administração pública angolana são obrigados a celebrar contratos de prestação de serviços, locação e aquisição de bens imóveis, apenas no âmbito das normas constantes da Lei dos Contratos Públicos (LCP), de 16 de Junho de 2016.

No quadro da Lei nº 9116, os órgãos da administração pública devem orientar-se, para a aquisição de qualquer serviço ou procedimento de formação de contratos, pelos pressupostos das alíneas a), b), c) e d), do número um do artigo 22º. Esse artigo prevê a realização de concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, concurso limitado por convite ou contratação simplificada, que deve ser adoptado em função do valor do contrato.

A Lei dos Contratos Públicos permite a escolha do procedimento de contratação simplificada para a celebração de contratos de qualquer valor, com base no "critério material", desde que devidamente fundamentado, como pode-se ter como exemplo a contratação de serviços de natureza intelectual, como os de consultoria, no qual a entidade adjudicante pode adoptar o procedimento simplificado, independentemente do valor do contrato, nos casos em que não é possível a elaboração de especificações contratuais precisas para determinar os atributos qualificativos da proposta.

Em linhas gerais, para a contratação de serviços por parte dos órgãos da administração pública exige-se que para contratos no valor igual ou superior a 182 milhões de kwanzas o procedimento de contratação seja por via de um concurso público, o mesmo requisito para que seja realizado um concurso público por prévia qualificação, para valores inferiores a 182 milhões o procedimento é um concurso limitado por convite e para valores inferiores a 5 milhões de kwanzas o mecanismo para contratação pode ser simplificado.

Limite das competências

Acima de tudo, o limite de competência para autorização de despesas, isto é, a competência para a autorização das despesas inerentes à formação e execução dos contratos é escolhido em função do "critério valor" e "critério material". Relativamente aos dois critérios, às prerrogativas do Titular do Poder Executivo são ilimitados. Porém, as limitações começam com o vice-presidente, que deve autorizar montantes que vão de até 182 milhões no "critério material" e até 1,5 mil milhões de kwanzas no "critério valor".

Os ministros de Estado têm privilégio de autorizar no "critério valor" um total de mil milhões de kwanzas e no "critério material" valores até 91 milhões. Os demais ministros e governadores provinciais podem autorizar até mil milhões de kwanzas no primeiro caso e até 36 milhões de kwanzas no segundo. Já os presidentes do Conselho de Administração (PCA's) podem autorizar até 500 milhões de kwanzas no "critério valor" e até 36 milhões no "critério material".

Já os responsáveis a quem são delegadas competências por um PCA, estão desautorizados a emitir qualquer montante no "critério valor", mas o podem fazer, até pelo menos 5 milhões de kwanzas, no "critério material".

Isto é, após a análise pormenorizada da necessidade do serviço, o órgão da administração pública determina a competência para autorizar a despesa, o critério a adoptar e o tipo de procedimento. Em sequência, elaboram-se as peças do procedimento, a constituição da "Comissão de Avaliação", normalmente constituída por um número ímpar de pessoas), que deve exercer a sua actividade com independência e imparcialidade.

No final, procede-se o lançamento do concurso, a "Comissão de Avaliação" aprecia as propostas e depois propõe a adjudicação e, no final, realiza-se a assinatura do contrato. De referir que em função do valor a celebrar, alguns contratos devem ser enviados para o Tribunal de Contas, para serem previamente fiscalizados. Processos desta natureza só entram em execução após parecer favorável do Tribunal de Contas.

Com a entrada em execução do contrato, o seu pagamento depende exclusivamente do que está vinculado no teor do clausulado entre as partes. Para já, o processo de pagamento de facturas a fornecedores de bens e serviços em moeda nacional ou estrangeira obedece às regras anuais de execução orçamental plasmadas no Decreto Presidencial nº

111/18, de 27 de Abril, e também de toda a legislação suporte para tal.

4.23 “Saúde prioridade constitui prioridade do Executivo”

Jornal Visão

22 De Fevereiro de 2019

Texto: N'goma Pedro João

A posição do Chefe de Estado surge na sequência das visitas realizadas ao Centro de Depósito de Medicamentos e aos hospitais Geral de Luanda e Josina Machel, onde se inteirou das dificuldades e dos projectos em curso.

Segundo o Presidente, o contacto com essas instituições permitiu reforçar a ideia de que a luta por um sistema de Saúde mais humanizado é um desafio de todos, ou seja, da família, escola, universidade, das igrejas e até do próprio hospital. Desafio desde 1975?

Por outro lado, o Titular do Poder Executivo (que acompanha sempre o Presidente da República...) manifestou-se animado depois de constatar que os profissionais desses locais de cura estão engajados em fazer dos hospitais um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país.

O Governo - recorde-se - aumentou este ano as verbas do orçamento destinadas à Saúde. Apesar da crise financeira herdada do governo anterior, as verbas para o sector dos elefantes brancos, perdão para a Educação ultrapassaram pela primeira vez os gastos com a Defesa e Segurança.

No Orçamento Geral do Estado de 2019, houve incremento na área de saúde, passando de 3.6 por cento, em 2018, para 6.6 por cento.

A. Angop não registou as declarações do Presidente do MPLA, que nunca falta às deslocações onde está o Presidente da República, mas é fácil presumir que terá dito a mesma coisa...

Promessas acasalam com as mentiras A criação de pelo menos (pelo menos, note-se, anote-se e lembre-se) meio milhão de empregos, reduzir um quinto à taxa de desemprego e instituir o rendimento mínimo social para as famílias em pobreza extrema (temos apenas e graças à divina actuação do regime do MPLA 20 milhões de pobres) foram propostas solenemente apresentadas e subscritas por João Lourenço.

Mas o MPLA está no poder desde 1975 e nos últimos 17 anos o país está em paz total, dirão os mais atentos e, por isso, cépticos. Mas o que é que isso

interessa? Desta vez é que vai ser. A montanha nem um rato (made in China) vai parir. Mas o que realmente conta é continuar a ser dono do país. E disso o MPLA não abdica.

Estas medidas, entre várias dezenas, integraram o manifesto eleitoral do partido no poder desde 1975.

Os discursos de João Lourenço são (já foram mais, é verdade) marcados por uma insistente propaganda de combate à corrupção (onde Angola está no top mundial dos mais corruptos), que diz colocar em causa "a reputação" de Angola no plano internacional.

"Se tivermos a coragem, a determinação, de combatermos a impunidade, com certeza que conseguiremos combater a batalha da luta contra a corrupção", apontou João Lourenço que, aliás, ainda não explicou (nem vai explicar) como é que era antes de ser eleito o 210 homem mais rico de Angola.

Reduzir a taxa de incidência da pobreza de 36% (segundo as deficientes contas do regime) para 25% da população, do índice de concentração da riqueza de 42,7 para 38, e "criar e implementar o Rendimento Social Mínimo para famílias em situação extrema de pobreza" são - repete João Lourenço - objectivos. Como é que isso se consegue? JLo não explica. Nem precisa de explicar. Aos escravos basta saber que "o MPLA é Angola e que Angola é o MPLA".

"Erradicar a fome em Angola", aumentar em cinco anos a esperança de vida à nascença, elevando-a para 65 anos, reduzir a taxa de mortalidade infantil (uma das maiores do mundo segundo organizações internacionais que não leram o manifesto do regime) de 44 para 35 por cada mil nados-vivos e de crianças menores de cinco anos de 68 para 50 por cada mil nados-vivos, são outras metas do MPLA de João Lourenço.

Como vai fazer isso?

Isso não interessa saber. Aliás, as promessas não carecem de justificação nem de explicações sobre a forma de serem cumpridas.

No plano económico, e com o país a tentar recuperar da crise financeira, económica e cambial de 2015 e 2016 (que só atingiu os angolanos de segunda categoria), João Lourenço avisou que as empresas públicas deficitárias serão entregues à gestão privada, para que deixem de "sugar os recursos do erário público".

Não fosse apenas mais um capítulo do anedotário do regime e, certamente, os angolanos até ficariam

sensibilizados com essa de "sugar os recursos do erário público".

Por outras palavras, promete acabar com aquilo que, ao longo de quase 44 anos, foi a única estratégia do seu MPLA: "sugar os recursos do erário público".

Entre os fundamentos macroeconómicos, JLo promete "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal", assume o compromisso de atingir uma média de crescimento anual "não inferior a 3,1 %" do Produto Interno Bruto (PIB), reduzir a taxa de inflação a um dígito ou duplicar a receita tributária não-petrolífera.

Tudo isto já não são bem promessas do MPLA de João Lourenço. São, antes, um atentado à inteligência dos angolanos e a passagem de um atestado de matumbez também às organizações internacionais que dão cobertura ao regime, mostrando que preferem trabalhar com um governo corrupto e ditatorial do que com um sério e democrata.

Sobre a criação de 500 mil novos empregos em cinco anos, João Lourenço diz que será concretizada pela capacitação do empresariado privado, mas sem apresentar uma medida concreta. Ele bem perguntou aos seus assessores políticos, nomeadamente portugueses e brasileiros, como é que isso se alcançaria. Mas eles apenas responderam: "Não se preocupe, os escravos são maturnbos"

Aumentar em 150% a capacidade de produção de electricidade, de 3.334 MegaWatts (MW) para 7.500 MW, e ligar um milhão de novos clientes à rede pública, são outras propostas do partido, bem como levar água potável a mais de 80% da população e um sistema de saneamento "considerado apropriado" a pelo menos 70% dos angolanos. É mais um capítulo do anedotário.

O manifesto de promessas demagógicas e populistas assume o compromisso de construir 1.100 quilómetros de novas estradas e a reabilitar mais de 7.000 quilómetros de outras vias, por todo país.

Hoje, no plano da transformação da economia, ainda assente nas exportações de petróleo, é definido pelo MPLA o objectivo de, em cinco anos, elevar a produção anual de cereais em Angola de dois milhões para cinco milhões de toneladas ou a de leguminosas para um milhão de toneladas anuais, "criando excedentes para a reserva alimentar nacional", e reduzindo em 15% as importações de leite. O oásis está mesmo aí.

No sector da indústria extractiva, além da produção diamantífera, com a perspectiva de 13,8 milhões de quilates por ano, a presente legislatura, segundo o MPLA, ficará marcada pela estreia na extracção de ferro (1,7 milhões de toneladas/ano), de ouro (25,6 mil onças/ano) ou de fosfato (1,3 milhões de toneladas/ano).

4.24 Escolas do Panguila com mais de 60 alunos nas salas

Jornal Hora H

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Francisco Mwana Úta

As salas de aulas da escola do primeiro e primeiro ciclo localizado no sector nove, "Te to Vermelho" estão abarrotadas e cada sala comporta mais de sessenta alunos, não há carteiras, nem mínimas condições para se leccionar, afirmaram os encarregados de educação do Panguila, município do Dande, província do Bengo

Os pais denunciaram ainda que foram obrigados a pagar as confirmações das matrículas e forçados a dar mais três mil Kwanzas por cada aluno para a compra de carteiras, sem falar das contribuições mensais para se fazer o pagamento do seguros e a manutenção da escola.

Neste momento em que falamos, as crianças que não levarem cadeiras são obrigadas a sentar nas pedras e outras acabam por não assistir às aulas porque não aguentam, o terror que se constata no interior das salas de aulas.

Os professores não têm domínio da sala de aulas, porque com mais de sessenta alunos, como é que eles vão poder corrigir as tarefas e exercícios e como orientar a matéria aos seus formandos? Portanto, é uma vergonha o que estamos a constatar aqui no Panguila, salientou o encarregado Manuel Pacavira.

Não há condições para o funcionamento desta escola, os livros nunca chegam, mas a ministra da Educação todos os anos afirma que haverá distribuição gratuita de manuais, onde é que param estes livros? E apenas charme político que os dirigentes têm feito para garantir os seus lugares, porque na realidade não há livros nas escolas.

Estes governantes não têm compromisso com o povo. A Educação que é um pilar para o desenvolvimento do país, é banalizado por estes senhores que não metem os seus filhos a estudar nas escolas publicas, disse João Tomás, encarregado de educação do sector sete.

O encarregado que alega ser pai de quatro filhos, salientou que não há escolas suficientes para aguentar a demanda estudantil do Panguila todo, e uma das escolas construídas com fundos públicos foi privatizada por elementos que dirigiam o ministério das obras públicas estamos aqui a falar do colégio Josswana. Gostaríamos que o Estado viesse investigar os gestores desta escola para saber como é que a gestão passou para eles.

"Não podemos admitir, que dirigentes gatunos continuem a distribuir os pacatos cidadãos que até para comer é preciso humilhar-se diante daqueles que têm o poder económico ou mesmo fazer biscate para dar o pão aos filhos, vocês acham que as condições que estão submetidas as crianças é boa?" questionou o interlocutor.

Que qualidade de ensino teremos com esta pouca vergonha deste ministério da educação que só se preocupa com as escolas do seu interesse e as outras encontram-se nesta aberração tremenda.

E não é só esta escola que está nestas condições, das três escolas que existem aqui todas são mediócras porque não sai daí formandos com a qualidade desejada que o país necessita para o desenvolvimento de Angola e, muitos encarregados que têm as mínimas condições preferem colocar os seus filhos nos colégios no município de Cacuaco, afirmou o encarregado.

Este semanário procurou entrar em contacto com o director da referida escola, mas o mesmo não se encontrava na instituição e fizemos o mesmo com o Director Provincial da Educação do Bengo, António Quina, mas sem sucesso.

4.25 Estado obrigado a fazer 25% das compras às pequenas e médias empresas

Jornal Manchete

22 De Fevereiro de 2019

A nova Lei do Fomento do Empresariado Nacional de Angola exige que o Estado angolano e as instituições públicas "devem destinar, no mínimo, 25% do seu orçamento" relativo à aquisição de bens e serviços para as micros, pequenas e médias empresas.

De acordo com o diploma legal, cuja proposta de anteprojecto começou a ser discutida pela classe empresarial angolana, a medida consta dos "privilégios especiais" para o incentivo à promoção das micro, pequenas e médias empresas.

O esboço da nova legislação foi apresentado pelo presidente do conselho de administração do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Arnito José Agostinho, em cerimónia que decorreu no Instituto Nacional de Estatística (INE), em Luanda.

No domínio dos pagamentos a efectuar pelo Estado ou outras entidades públicas às micros, pequenas e médias empresas, pelos bens ou serviços fornecidos, o diploma refere que devem ser pagos no prazo máximo de 30 dias a contar da data da recessão da factura. A consulta pública da proposta de anteprojecto de Lei Fomento do Empresariado Nacional está a ser promovida pelo INAPEM, órgão tutelado pelo ministério da Economia e Planeamento angolano e vai decorrer até Março, noutras províncias angolanas.

4.26 “Não temos orçamento suficiente”

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Texto: Jaime Azulay

Quais os principais problemas económicos, sociais, demográficos e de saneamento no Lobito?

Os problemas económicos traduzem-se num Orçamento Geral do Estado insuficiente para as necessidades do município, tendo em conta as suas especificidades, o nível de desenvolvimento que possui, o alto índice de desemprego e o empobrecimento da classe empresarial. Nas questões sociais, posso referir um défice no abastecimento de água na zona alta da cidade, onde estão os bairros mais recentes, de energia eléctrica, também na rede escolar e sanitária. Os nossos problemas demográficos derivam de um elevado índice de natalidade e zonas de expansão urbana que foram ocupadas anarquicamente. Posso salientar, igualmente, o saneamento.

Temos um sistema de macro-drenagem obstruído e de limpeza e recolha de lixo insuficiente, por falta de meios materiais e humanos e de um aterro sanitário.

No âmbito do ordenamento do território e urbanismo, ainda existe um plano director para o município do Lobito?

Existe um Plano Director Municipal (PDM), que foi aprovado e remetido recentemente ao Ministério do Urbanismo.

Constatamos que a parte da Restinga está totalmente ocupada por construções, sendo uma zona considerada sensível. Como está a questão da manutenção dos esporões de protecção da costa? Quantos são e quando foram colocados?

A zona habitacional da Restinga está totalmente ocupada, estando livre a balnear. Os 21 esporões da costa já foram colocados nos anos de 1980 e tem havido uma manutenção pontual.

Fala-se no aterro massivo dos mangais e lagoas interiores para a construção imobiliária. Existe um estudo de impacto ambiental? Se sim, foi realizado por quem?

Os mangais do Lobito não têm sido aterrados e, às vezes, confundem -se com as antigas salinas. Na perspectiva da Administração Municipal, os mangais continuarão a ser preservados e foram encomendados estudos de impacto ambiental a serem feitos por duas empresas de renome, um das quais de nível internacional. Mas cabe ao Governo Provincial revelar o nome delas.

Como é que a Administração lida com a questão ambiental no município?

É política desta Administração a preservação do meio ambiente, particularmente o mundo animal, sobretudo, dos flamingos, realizando campanhas de sensibilização e de limpeza nas margens dos mangais, proibindo a pesca e a deposição de lixo.

Ultimamente, houve a questão dos que habitavam a lixeira na zona da britadeira. Como resolveu o alojamento dessas pessoas?

Está em curso o processo de transferência dos populares que habitam a grande lixeira do Lobito, para uma zona provisória, previamente preparada por esta Administração.

Que recursos tem à disposição para o presente ano?

É prematuro falar de recursos à disposição da Administração para o presente ano, em virtude do Orçamento para 2019 estar a ser revisto e não haver ainda definição sobre a atribuição ou não da consignação especial e dos recursos locais.

Lobito deverá ser dos municípios abrangidos pelo gradualismo das autarquias. Está preparado para isso?

Lobito, pelo nível de desenvolvimento que apresenta, está preparado para as autarquias que se avizinham.

Fala-se muito da existência de uma "máfia" que domina os negócios de vendas de terrenos, a partir da própria Administração Municipal...

A existência de uma "máfia" na venda de terrenos no Lobito não é verdadeira, mas existirão alguns prevaricadores, que o fazem à margem da lei, como é o caso de dois funcionários da Administração que se encontram a contas com a justiça.

Tendo em conta as enxurradas ocorridas no passado, como está a cidade, para o caso de ocorrerem fortes chuvas?

As insuficiências do OGE, de recursos técnicos e humanos impedem - nos de criar as condições reais para receber as chuvas de Março de forma serena. Isto só seria possível se o projecto de desassoreamento das valas de drenagem do Lobito e Catumbela e a reabilitação do troço rodoviário (Bar Africano/ Catumbela), vulgo via rápida, incluindo as comportas anti-marés, aprovadas para o Programa de Investimento Publico de 2018, fosse implementado. Entretanto, têm estado a ser feitas algumas intervenções pontuais para minorar a situação.

Como se encontra a situação das pessoas que vivem na lixeira da cidade? Algumas delas eram desalojadas das enxurradas...

Alguns desalojados de 2015 possuem já habitação própria na "Urbanização dos Cabrais", estando os restantes a aguardar pela, implementação e conclusão do projecto de edificação das 950 casas e da conclusão das construções iniciadas nesta zona.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Soba grande de Cacuo conhecido este sábado

Jornal de Angola
8 De Fevereiro de 2019
Texto: Avelino Umba

O nome do soba grande do município do Cacuo, em Luanda, é conhecido sábado, após contactos efectuados junto da família e das autoridades administrativas da circunscrição, no sentido de realizar o acto para oficializar a figura que vai substituir o ancião Manuel António Falcão, falecido em Abril.

Fontes contactadas pelo Jornal de Angola garantiram que o novo soba grande de Cacuo poderá sair da linhagem materna da família Falcão ou ser alguém indicado pelo falecido responsável tradicional da zona litoral norte de Luanda.

Paixão Kuxixima, membro da família, disse que a designação do soba grande “deve seguir os hábitos e costumes da região”, realçando que Cacuo tem muitos mais velhos com mais de 80 anos e muito para dizer a respeito da sucessão da figura.

O soba grande poderá ser um membro da família Falcão (filho, sobrinho ou neto) da linhagem materna, disse o nosso interlocutor, alertando que têm surgido alguns indivíduos que reclamam direitos de sucessão, mas sem legitimidade e qualquer requisito cívico, cultural e capacidade para conduzir os povos da comunidade.

Caso não se encontre um substituto membro da linhagem, a indicação pode vir a ser feita através de um abaixo-assinado pela população (anciãos) residentes naquela circunscrição.

O soba é uma autoridade tradicional, responsável pela organização da comunidade na resolução dos seus problemas, desempenhando o papel de juiz, em caso de qualquer litígio, e de ligação às autoridades governamentais.

5.2 PRS garante que não pretende ser um «mero espectador»

Novo Jornal
15 De Fevereiro de 2019
Texto: António Gaspar

O Partido de Renovação Social (PRS) não pretende ser um "mero espectador" nas eleições: autárquicas do próximo ano e "vai disputá-las em pé de igualdade" com as restantes forças políticas. A garantia é do seu presidente, Benedito Daniel, que, em entrevista ao NJ, disse antever uma tarefa "nada fácil" para aquele partido com assento parlamentar.

"Sabemos que não vai ser fácil devido a questões financeiras, mas isso não vai fazer com que fiquemos de braços cruzados a assistir ao 'bailado' das outras organizações políticas durante as eleições autárquicas", garantiu, acrescentando que "estão a ser envidados esforços para criarmos equilíbrios".

Com "investimentos e muito trabalho", o líder dos renovadores assegurou que "o PRS vai avançar, sem medo, para um processo que sempre defendeu". Esse trabalho inclui a intensificação da sua preparação a todos os níveis e a escolha dos nomes dos candidatos que deverão concorrer às autarquias de 2020.

Fez questão de salientar que o PRS tem estado a intensificar a sua preparação a todos os níveis e que neste momento já tem registado os nomes dos candidatos que deverão concorrer às autarquias do próximo ano, o que, para o responsável, prova que o seu partido está preparado.

"O partido já seleccionou os candidatos que vão disputar as autarquias. Estamos prontos para fazer frente aos outros", disse, acrescentando que o partido "está preparado".

Benedito Daniel deposita expectativas positivas nas autarquias, fazendo votos para que "não se diminua o entusiasmo por parte dos seus militantes no processo", acrescentando que o PRS ambiciona também "conquistar cada vez mais a simpatia de outros cidadãos", vincando que nas eleições gerais o partido foi exemplo disso.

"Não basta só depender das condições financeiras para se fazer uma boa campanha, é necessário também conquistar o afecto da população", disse. Partido quer base de dados diferente das eleições gerais Para a votação nas eleições autárquicas, o líder do PRS disse que não se deve utilizar a base de dados utilizada nas eleições gerais por serem dispersivas, sendo que se deveria usar uma base de dados própria para as eleições autárquicas.

"Era necessário que houvesse uma reactualização de base de dados para eleições autárquicas para se ter ideia concreta do número de habitantes existentes em cada município, sob pena de não ficarmos surpreendidos com o surgimento de cidadãos que não saibam em que zona poderão votar", disse o líder, salientando que "a oposição está a par da situação e que o assunto será discutido a qualquer momento na Assembleia Nacional quando se discutir o pacote autárquico".

Questionado sobre uma possível fraude caso se adopte o mesmo modelo utilizado nas legislativas, o responsável referiu que "é prematuro falar de fraude eleitoral, pois nada ainda indica que poderá haver fraude".

"É necessário apenas que haja clareza e a mesma tem de partir no acto da preparação do processo de votação. O que a oposição quer é que o pleito ocorra com maior transparência e objectividade", explicou.

Saliente-se que o PRS levou a cabo esta semana uma formação intensiva dos militantes, no Kwando Kubango, para ajudar o sucesso nas eleições autárquicas. A estratégia prevê acções de capacitação sobre o processo e a sua importância na vida das comunidades do país.

5.3 Coligação prepara anteprojecto para as autarquias

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2019

O grupo parlamentar da CASA-CE deve remeter nos próximos dias, à Assembleia Nacional, um anteprojecto de Lei das Autarquias Locais, informou uma fonte da coligação.

De acordo com a fonte, o anteprojecto foi alvo de apreciação na última segunda-feira pelos deputados da CASA-CE, numa reunião orientada pelo presidente do grupo parlamentar, André Mendes de Carvalho.

A fonte não avança quais são os aspectos estruturantes do anteprojecto de Lei das Autarquias Locais da CASA-CE, mas os mesmos terão sido

expostos na reunião pelo secretário executivo nacional para os Assuntos Eleitorais, Nelson Pestana Bonavena.

A reunião de segunda-feira, que consumiu cerca de duas horas, contou com a presença de nove dos 16 deputados da coligação, nomeadamente André Mendes de Carvalho, Cesinanda de Kerlan Xavier, Manuel Fernandes, Alexandre Sebastião, André, Síkonda Alexandre, Felé António, Makuta Nkondo, Sampaio Mukanda e Lourenço Lumingo.

Ontem, o grupo parlamentar da CASA-CE voltou a reunir-se para a preparação das reuniões plenárias de hoje e amanhã, que têm no centro da agenda a apreciação e votação da Conta Geral do Estado referente ao Exercício Fiscal de 2016.

5.4 MPLA quer autarcas próximos dos cidadãos

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2019

O MPLA quer para autarcas pessoas conhecedoras da realidade dos municípios e capazes de criar um ambiente de proximidade aos cidadãos, afirmou ontem, em Luanda, a vice-presidente do partido, Luísa Damião.

A dirigente discursava na abertura do encontro nacional de formação de formadores do MPLA, enquadrado no processo de institucionalização das autarquias locais, previsto para o próximo ano.

Luísa Damião disse que pesa sobre os ombros do partido a responsabilidade de apresentar candidaturas de peso, de referência social e moral, dotados de competências que lhes permite liderar com sucesso a administração local. Defendeu uma selecção criteriosa para que o MPLA esteja preparado para disputar as eleições autárquicas com uma competente reserva de quadros com perfil vencedor.

A "número três" na hierarquia do MPLA propõe para candidatos a presidente de câmara pessoas com idoneidade e que tenham aceitação junto dos munícipes. Disse que está previsto para o próximo ano o processo de selecção interna dos candidatos, que gozam do apoio interno e das estruturas do MPLA, desafio que, para ela, deve ser vencido.

Luísa Damião espera que os candidatos que forem apurados para representar o MPLA tenham o apoio da maioria esmagadora dos militantes e do povo.

A vice-presidente do MPLA augura que as eleições internas preconizadas para o primeiro trimestre de

2020 sejam uma efectiva tradução dos princípios da democracia no seio do partido e um contributo para o reforço da unidade e coesão internas.

Segundo a dirigente, as autarquias constituem o expoente máximo da democracia no município, a primeira instância da expressão da voz do povo, um espaço de participação democrática e cívica.

Com duração de um dia, a acção formativa juntou membros do Bureau Político e do Comité Central do MPLA, directores e chefes de divisões e gabinetes do Comité Central, secretariado das comissões executivas dos comités provinciais, da OMA e da JMPLA.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Plano Director Geral de Luanda traz mudanças na capital do país

Jornal de Angola
2 De Fevereiro de 2019
Texto: João Dias

Com o crescimento da população e face às dificuldades de mobilidade que se registam diariamente em Luanda, com filas intermináveis de trânsito e reduzida oferta de transportes públicos como alternativa, o plano de intervenção prevê obras em 446 quilómetros de estradas primárias e 676 quilómetros de vias secundárias. O plano envolve igualmente um sistema de comboio suburbano com 210 quilómetros e 142 quilómetros de corredor para trânsito exclusivo de transportes públicos.

O Plano Director Geral de Luanda (PDGL) trará uma mudança real à capital do país, do ponto de vista das condições sociais, saúde, economia e na preservação do ambiente, afirmou ontem a ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula Carvalho, que falava na abertura da cerimónia de apresentação do referido plano, disse que a ideia é tornar o instrumento numa lei, com o respectivo regulamento, para orientar à risca o futuro crescimento de Luanda.

Durante a sua intervenção, a ministra falou das vantagens do instrumento, realçando que o mesmo resume os princípios orientadores que irão sustentar o crescimento da cidade de Luanda e servir de base às principais acções e objectivos a atingir pelas instituições engajadas neste processo.

Ao falar do Plano Director Geral de Luanda, três anos depois de ter sido indicado, ao abrigo do Despacho Presidencial 37/18, de 2 de Abril, como responsável pela coordenação da implementação deste plano, Ana Paula Carvalho lembrou que o primeiro plano tinha sido elaborado em 2015, à data designado Plano Director Geral Metropolitano de Luanda.

Segundo a ministra, o Plano Director Geral de Luanda, enquanto instrumento legal, previsto na Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, pretende garantir que o desenvolvimento ordenado da cidade capital decorra de modo sustentável. “Este plano é de todos nós e prova disso, é o facto de

estarmos todos reunidos em torno de uma mesma mesa para aprofundarmos os conhecimentos e uniformizarmos a sua interpretação sobre ele”, referiu Ana Paula Carvalho, que terá como coadjutor na implementação do plano o governador provincial, Sérgio Luther Rescova.

Para a ministra, é necessário que os órgãos locais da administração pública, como as administrações municipais, distritais e comunais, conheçam com alguma profundidade o plano, já que devem ser eles os grandes fiscalizadores do cumprimento deste instrumento. Ao dirigir-se aos administradores municipais, a ministra precisou que o plano estabelece as balizas para a elaboração de planos de escalas mais abaixo, como é o caso dos planos directores municipais e planos urbanísticos.

Na sua opinião, é agora fundamental apostar na divulgação do plano e na formação, para que seja possível reflectir com profundidade sobre o estágio de desenvolvimento do ordenamento do território da capital do país.

Para a apresentação do Plano Director Geral de Luanda, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação convidou especialistas em engenharia e arquitectura para se debruçarem sobre os temas que constam do PDGL. Os temas incidem sobre questões ligadas à situação actual e futura de Luanda, distribuição da população, plano de uso dos solos, a distribuição de emprego, estrutura de espaços verdes, de conectividade provincial e a rede rodoviária metropolitana, bem como um sistema de transportes públicos forte e integrado.

Além destes, no PDGL constam temas como as estratégias fundamentais de infra-estruturas integradas, património edificado, objectivos estratégicos e visão económica para a província, com a criação de um “hub regional de transporte e logística”, um centro financeiro e institucional, pólo industrial e uma zona de elevado interesse turístico e de lazer. O PDGL deve ser submetido em breve a uma revisão. O anterior previa revisões quinquenais.

Luanda bonita e habitável.

A directora de projectos da Urbinveste, Neusa Inglês, falou ao detalhe do PDGL com três pilares de mudanças, que pretende “uma Luanda habitável, bonita e uma cidade internacional”. Para Neusa Inglês, tudo isso deve configurar-se no quadro de uma estratégia de renascimento urbano de Luanda.

O arquitecto Hélder José, especialista em tecnologias de arquitectura, falou da situação actual e futura da cidade de Luanda, que actualmente tem 49 por cento

de área urbana a ser “invadida” por desenvolvimento de musseques. Em 2015, existiam 1.1 milhões de agregados familiares, cujo crescimento, em 2030, pode chegar aos 2.5 milhões. Até 2030, para alojar a população crescente de Luanda, serão necessárias 1,4 milhões de casas. Do instrumento consta um plano de uso do solo metropolitano e um programa urbano para os próximos 15 anos. O plano prevê a instalação de nós e corredores, com realce para os de desenvolvimento de alta densidade, o que induz a uma maior desconcentração e promove uma regeneração integral.

Quanto à distribuição da população, o Plano Director Geral de Luanda refere-se à regeneração dos musseques do interior da via expressa, prevendo, também, novos padrões capazes de estimular investimentos privados.

O PDGL tem em vista sectores de aposta por município, uma forma de explorar as potencialidades de cada um deles, com realce para os municípios de Luanda, Cazenga, Viana, Cacuaco, Icolo Bengo e Belas.

6.2 Centralidade do Sumbe recebe moradores em Setembro

Jornal Visão

8 De Fevereiro de 2019

Texto: José Ricardo

Em declaração à imprensa Crispim Raúl Costa, coordenador comercial e de marketing da empresa Kora Angola, sustentou que as obras estão na fase de conclusão de algumas infra-estruturas, faltando apenas resolver as questões da água, energia e esgotos que terminam já em Junho, Crispim Costa, disse que a central idade possui dois mil e 10 imóveis, 213 moradias simples, 393 moradias duplex, com dois pisos, e mil e 404 apartamentos de tipologia T3.

"Para ter acesso a uma moradia, o cidadão terá que ter um salário mensal de 98 mil kwanzas e a renda resolúvel será de 38 mil kz mês, que o cidadão vai pagar durante 25 anos. O preço de cada apartamento está avaliado em 11 milhões e 800 mil kzs", explicou Crispim, para mais adiante dizer que a central idade possui lojas, hospital, creches, escolas e áreas de lazer.

Jovens aguardam ansiosos

Mário Domingos, 27 anos de idade, é casado funcionário público. Com um salário aceitável, diz que vai concorrer para conseguir um apartamento na

central idade, pois as casas foram construídas para todos sem excepção.

"Estamos todos a espera do mês de Setembro para termos cada um a sua casa", disse Mário.

Carla Paulino, 30 anos, diz estar segura que vai conseguir um apartamento na centralidade, mas teme a burocracia que se pode verificar nesse processo.

"Sempre foi assim na nossa província", denunciou a professora realçando que os que já têm casa acabam por ser os mesmos que poderão novamente ser contemplados.

"E quando assim acontece, os menos protegidos não são contemplados e acabam sempre por ficar sem ter onde morar", frisou para mais adiante afirmar que o governador deve chamar atenção a quem está em frente desse processo para não discriminarem os jovens que muito precisam de uma casa.

Contrariamente a professora, o comerciante Lentino Manuel, de 40 anos de idade, está optimista a centralidade um apartamento na centralidade, pois viver num condómino foi sempre seu sonho. Por esta razão, já tem preparado o valor para arrendar o seu apartamento.

"Pela natureza do meu trabalho, tive que preparar o meu dinheiro para não encontrar dificuldades de pagar os meus primeiros meses de renda, já que o valor que cada um vai ter que pagar está ao meu alcance", garantiu, para depois concluir que espera que não hajam esquemas que possam dificultar a vida de quem não tem "padrinho na cozinha".

6.3 Ministra ameaça retirar casas mal distribuídas

Jornal de Angola

8 De Fevereiro de 2019

As casas inseridas no projecto "200 fogos habitacionais", na província do Zaire. que foram distribuídas de forma incorrecta e algumas agora em estado de abandono, vão ser desapropriadas e redistribuídas a famílias necessitadas.

De acordo com a Angop, a medida foi anunciada ontem, em Mbanza Kongo, pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, no final de uma visita de trabalho de 48 horas à província.

Segundo a ministra, muitos beneficiários das referidas residências nem sequer vivem nos quatro municípios contemplados com os projectos, nomeadamente Nzeto, Cuimba, Tomboco e Noqui. Em declaração à imprensa, Ana Paula de Carvalho disse ter solicitado ao governo local o relatório do grau de execução física deste projecto, que começou a ser implementado em 2012 e previa a construção de 800 casas, 200 em cada município.

A ministra declarou que as informações preliminares recebidas das autoridades locais apontam para cima dos 50 por cento o grau de execução deste projecto nos municípios do Nzeto, Cuimba, Nóquí e Tomboco.

Ana Paula de Carvalho prometeu enviar, em breve, uma equipa técnica ao Zaire para trabalhar com as autoridades governamentais locais no levantamento do número de casas.

6.4 Obras da centralidade começam este mês

Jornal de Angola
9 De Fevereiro de 2019
Texto: Victor Mayala

As obras da centralidade Mbanza Kongo, na província do Zaire, arrancam este mês, depois de dois anos de atraso (consignadas em 2017), por falta de condições financeiras.

O encarregado da construtora OMATAPALO, Artur Almeida, referiu que numa primeira fase vão ser construídos 200 apartamentos T3, além de outras infra-estruturas como lojas, creches, vias de circulação, redes técnicas e estação de tratamento de águas residuais.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que trabalhou em Mbanza Kongo, quarta e quinta-feira, visitou o terreno onde vai ser construída a centralidade, tendo orientado a construtora para primeiro construir as infra-estruturas e depois os edifícios residenciais, para se evitarem situações ocorridas noutras centralidades do país, em que o acesso por parte dos moradores estava condicionado à ausência de serviços básicos.

Durante a sua estadia na região, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação orientou um encontro com os membros do Governo Provincial do Zaire e do Comité de Gestão do Património Mundial da Humanidade, onde foram discutidos aspectos relacionados com o plano urbanístico da

cidade de Mbanza Kongo, no sentido de conformá-lo com as orientações da UNESCO.

A ministra Ana Paula de Carvalho, na companhia do governador da província do Zaire, Pedro Makita, visitou os gabinetes provinciais do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), Instituto Nacional de Ordenamento do Território (INOT) e do Instituto Nacional de Habitação (INH), além de alguns sítios de interesse histórico-cultural da região.

6.5 “Viana tem muito a contribuir para a metrópole de Luanda”

Jornal O PAÍS
8 De Fevereiro de 2019
Entrevista de N. Talapaxi S. São Paulo (Brasil)

Em Angola, Lerner, desembarcou em 2007 e, desde então, vários projectos com a sua marca têm sido materializados. Ele é o autor do Projecto Vias de Luanda, levado a cabo pela empreiteira Odebrecht. E elaborou as plantas arquitectónicas de centralidades construídas pela Kora Angola, uma empresa público-privada que actua no mercado imobiliário nacional. Nesta breve entrevista que nos concedeu, o urbanista passa em revista o seu olhar sobre a cidade capital angolana.

E, traçando uma linha entre Luanda e São Paulo – duas urbes que segundo a história, foram fundadas na mesma data, mas em anos diferentes – opina sobre o que uma tem a aprender com a outra. Embora tenha sido perguntado, Lerner só não revelou sobre os custos do Projecto Vias de Luanda. Também não respondeu se o facto de a empreiteira Odebrecht estar envolvida em vários processos de corrupção no Brasil e no exterior teria impacto sobre o trabalho dele em Angola; se isso comprometeria a materialização dos seus projectos em Luanda.

Data de 2007 que Jaime Lerner produz projectos para Luanda, a serviço da Odebrecht. Quantos projectos fez, quantos foram implementados?

Fomos procurados para elaborar projectos de paisagismo visando a requalificação urbana de alguns espaços públicos de Luanda, ruas, praças e largos. Alguns dos projectos implantados: trecho da Av. Deolinda Rodrigues, pequeno trecho da Orla da Ilha, praça da Radio Nacional, Alameda Van Dunen, largo Rio de Janeiro... são alguns exemplos.

Hoje, mais de 10 anos depois, considera-se satisfeito com o resultado do seu trabalho em Luanda? Ou

existe alguma coisa que não tenha sido feita (ou ainda não foi feita) como o senhor traçou?

As cidades têm necessidades constantes de melhoria, o planeamento deve acontecer todos os dias, sempre há trabalho a fazer, em especial uma cidade que está se reconstruindo. As cidades mudam todos os dias, Luanda tem feito muito, mas tem muito a ser feito nas áreas de mobilidade, macrodrenagem, saneamento e estruturação urbana.

Não sei quando foi a última vez que estive em Luanda, mas sei que em 2009 estive lá e até elogiou o desenvolvimento da cidade. Quais as principais diferenças que vê entre a Luanda de 2007 e a Luanda de hoje, depois de materializados os seus projectos?

Quando estive em Luanda, vi um movimento de mudança, vi as coisas começarem a acontecer, que é o início de um caminho de inovação. Sempre acreditei que inovar é começar. Nesses últimos anos, contudo, tenho poucas informações.

E quais os principais problemas que observou?

Pude ver que Luanda apresentava os problemas urbanos mais recorrentes nas cidades em desenvolvimento, vi problemas nas áreas de mobilidade, saneamento, habitação.

O senhor tem afirmado que os três grandes problemas das cidades ainda são os mesmos: mobilidade, sustentabilidade e a coexistência. Como é que Luanda – assim como qualquer cidade actualmente – pode conjugar esses factores?

Costumo dizer que todo o problema pode ser resolvido a partir de equações de corresponsabilidade. Devemos apresentar cenários à população para que ela possa contribuir e avaliar, e se ela entende como um caminho desejável, todos se empenharão para que aquilo que foi apresentado se torne uma realidade. O sector público e a sociedade podem, juntos, trabalhar para as soluções de diferentes problemas.

As grandes cidades do mundo são cada vez mais tecnológicas, em busca de uma urbanidade mais inteligente. A realidade angolana e africana, em geral, está longe disso. As soluções de urbanidade passam necessariamente pelo uso de tecnologias modernas?

Tecnologia é importante, mas deve ser um acessório. Fundamental é o Conceito de Ocupação, é o Desenho da Cidade. Um desenho de crescimento que vise integrar a população, criar um sentido de pertença, um desenho que busque garantir qualidade de vida nas cidades, menos necessidade de deslocamentos, mais acesso às demandas diárias da população, Vida e Trabalho juntos.

Conhecendo Luanda (em Angola) e São Paulo (no Brasil), o que é que uma poderia aprender com a outra? Que troca de experiências o senhor faria entre as duas?

As duas cidades ainda têm muito a fazer mesmo nas questões básicas – moradia, transporte, saneamento. Mas, também, são pólos económicos muito dinâmicos que podem oferecer muito às suas populações. Tendo trabalhado com a cidade de São Paulo, diria que ela tem muito a ensinar sobre o papel da iniciativa privada, que é muito dinâmica e actuante no papel que lhe cabe. E Luanda tem muito a ensinar sobre a actuação do poder público na requalificação urbana, na rapidez das decisões e na velocidade das intervenções; ao contrário do Brasil, onde a burocracia e as indecisões travam o desenvolvimento urbano.

Além de Luanda, o senhor foi chamado também a intervir na urbanidade do município de Viana. O que é que está previsto?

Viana tem muito a contribuir para a metrópole de Luanda. Viana é parte de um território que se dinamiza todos os dias e para lá estão reservados alguns elementos fundamentais para a qualidade de vida da metrópole, logística, abastecimento de água, pólos industriais, entre outros.

Por outras cidades de Angola há os projectos da Kora, que levam a assinatura de Jaime Lerner. Pode-se dizer que esses trabalhos são o mais próximo possível do que socialmente se espera de um espaço urbano?

Os trabalhos que fizemos na elaboração das Comunidades Urbanas foram carregados de diversos conceitos que desenvolvemos ao longo das nossas experiências. As localidades foram implantadas a partir de uma leitura particular do território para dali buscar referências que pudessem contribuir para o desenho do lugar. Foram inseridas diferentes tipologias de arquitectura, espaços de comércio, de serviços como educação e saúde; foram previstos e reservados terrenos para outras actividades comerciais e de serviços geradoras de renda, actividades culturais e de lazer, sempre visando – trabalho e moradia juntos.

Tem-se mostrado não ser a favor do separatismo urbano por renda ou por classe. Então como é que vê a implantação de bairros para pessoas de renda baixa e a construção de condomínios fechados que servem para pessoas mais abastadas?

Continuo sendo contra a criação de guetos, tanto para ricos como para pobres. Isso é a anti-cidade. A

cidade é o lugar da troca, é o lugar do conviver dos diferentes, é nesse encontro que ocorrem as maiores sinergias. Defendo a cidade dos serviços e espaços públicos de qualidade, do convívio pleno e da cultura como “pertencimento” de um lugar. Uma cidade mais diversa socialmente e integrada é certamente mais humana.

Um dos grandes problemas que os países em desenvolvimento enfrentam está ligado à capacitação e valorização dos seus quadros. Além de dar corpo aos seus projectos de urbanismo e arquitectura, o senhor tem acções no sentido da qualificação de profissionais locais?

O fazer acontecer já é criar uma oportunidade de qualificação dos profissionais locais, é um começo, mesmo sabendo que isso não basta, aprender é sempre necessário.

Quais foram as dificuldades e facilidades, sejam das instâncias públicas ou das privadas, que encontrou em Angola para a implementação dos seus projectos?

Encontramos profissionais qualificados por todas as instâncias que passamos, sempre pessoas engajadas nas causas urbanas.

Qual dever ser o papel dos governos e das políticas públicas para promover mais urbanidade entre os moradores?

Sempre que os gestores urbanos contribuírem para a qualidade de vida nas cidades, promoverem o encontro das pessoas de forma que as diferentes trocas possam ocorrer com naturalidade, a cidadania estará presente. Usufruir da colectividade é parte da vida urbana.

Além dos conceitos propriamente ditos da condição de ser urbano, a urbanidade é entendida como civilidade, pressupondo uma convivência saudável entre os habitantes do espaço urbano. Mas o facto é que a urbanização tem sido acompanhada de muitos actos selvagens. Isso não deixa subentendido um preconceito de que ruralidade seja sinónimo de falta de civilidade?

Seja no campo ou na cidade, o que posso dizer sobre isso, a partir da minha experiência como gestor, é que sempre que oferecemos equipamentos e serviços urbanos de qualidade, a população reconhece, valoriza e respeita.

Acompanhou o caso da Build Brasil que depois virou Build Angola – em que o Pelé foi o garoto propaganda, que acabou se consumando como uma grande burla de empresários brasileiros. Que

repercussão teve esse caso no seio da vossa classe de profissionais?

Creio que, se podemos tirar uma lição de tudo isso, é a necessidade de um aperfeiçoamento constante e transparente nas relações entre o poder público e grandes agentes económicos, avançando em práticas de compliance que no médio prazo beneficiarão a sociedade no seu todo.

Para terminar, há uma palavra a dizer aos luandenses?

No pouco convívio que tive com os luandenses, vi uma sociedade gentil, alegre, esperançosa. Que esses atributos humanos acompanhem essa cidade por toda a vida.

Perfil

Jaime Lerner é arquitecto, urbanista e político. Tem sido intitulado também como humanista, dado que os seus projectos buscam facilitar a urbanidade. Nasceu em Curitiba, no estado brasileiro do Paraná, a 17 de Dezembro de 1937; é formado em engenharia civil (UFPR-1960) e arquitectura e Urbanismo (UFPR-1964). Foi Prefeito/ administrador de Curitiba (1971/79/89) e governador do Paraná (1994 e 1998). Exerceu o cargo de presidente da União Internacional dos arquitectos – UIA (2002 a 2005), é membro honorário do Instituto americano de arquitectos (AIA) e do Instituto Real de arquitectos Britânicos (RIBA). Autor do livro *Acupuntura Urbana*, no qual conceitua o seu trabalho, tem sido palestrante sobre urbanismo. O modelo de urbanização de Curitiba levou-o a dar aulas de urbanismo na Universidade Berkeley (Califórnia, estados Unidos). Ele também tem em projecto um mini-carro eléctrico, o dock dock.

6.6 Bairro com destino ligado ao aeroporto

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2019

Texto: César André

O Cassequel sempre ocupou uma posição estratégica na vertente económica e política no antigo Distrito de Luanda, devido a implantação na circunscrição do aeroporto Presidente Craveiro Lopes, depois denominado de Belas e hoje 4 de Fevereiro.

As obras de construção do aeroporto tiveram início em 1951, sendo concluídas em 1954 e inauguradas nesse mesmo ano pelo então Presidente da República Portuguesa General Craveiro Lopes.

A circunscrição que sempre teve a designação de Cassequel foi posteriormente baptizada Rebocho Vaz, um general que nos anos 1960 foi mobilizado para trabalhar em Angola, onde, dentre várias funções, exerceu os cargos de Governador Distrital de Carmona (Uíge) e Governador Geral da Província e do Estado de Angola.

O bairro Cassequel surgiu nos anos 40 do século passado. Na época, era um grande matagal onde as populações ia cultivar a terra e organizavam pequenas lavras nas clareiras.

Só a partir dos anos 60, no âmbito de um projecto social do governo português, foram construídas habitações para receber as populações que viviam em alguns musseques existentes na zona urbana de Luanda.

Beneficiaram desse processo de realojamento as populações do Prenda e Bairro Indígena (zona da Cacimba), que foram instaladas em residências “condignas”, no âmbito do projecto “Um Lar Para Cada Família”, promovido pela Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola. Elementos fornecidos pelo Censo de Setembro de 1964 indicavam que o Cassequel, naquela época, possuía dois mil e 419 habitantes.

Reza a historia que as primeiras casas do Cassequel a serem habitadas foram as construídas nas três primeiras ruas, nomeadamente 17, 19 e 21, que receberam as populações provenientes do bairro Prenda, desalojadas nas áreas onde foram construídas a actual rua Comandante Argueles e a Clínica D. João II (hoje Hospital do Prenda).

As populações provenientes do bairro Indígena e que viviam em casas degradadas na zona da Cacimba, foram realojadas numa primeira fase nas casas construídas na rua onde hoje está a funcionar o posto dos SME, que dá acesso ao antigo Supermercado Lourenço. Contam os moradores mais antigos que a cerimónia formal de realojamento foi orientada pelo Governador Rebocho Vaz.

Construções de raiz

Mário Eduardo “Marito”, antigo morador, diz que as autoridades coloniais escolheram para fazer o protocolo uma jovem modesta que ainda está em vida. Trata-se da Dona Dinó, que pertence à família Tavares, que carregou a bandeja com a fita e as tesouras.

As habitações, construídas de raiz, foram projectadas por um proeminente engenheiro de construção civil. “O bairro está urbanizado, feito com todos os

detalhes das suas redes técnicas e com espaços para construção de quintais”, conta Marito.

No tempo colonial havia no bairro uma secção da Junta da Habitação, onde os moradores se dirigiam para fazer os contratos das casas e pagar as rendas. Essa instituição situava-se na rua 17 e, lá, para além das populações indígenas, afluíam também famílias de raça branca.

A construção das casas no Cassequel deu maior visibilidade ao bairro, devido à sua arte arquitectónica. As paredes não eram rebocadas, mas as casas atraíam as atenções de quem fosse ao bairro. As casas, mesmo não rebocadas, eram pintadas com as três seguintes cores: amarela, verde e cor de rosa.

As casas atribuídas aos moradores antigos possuíam o tecto de chapa de zinco, cozinha, casa de banho e não tinham janelas, apenas uns orifícios de respiração, e as portas eram de madeira maciça.

Depois de construídas as moradias das ruas 17, 19 e 21 o processo estendeu-se até a rua 1 e de seguida à zona que vai até ao chamado Cassequel das 40, onde as casas foram pintadas com a cor rosa.

O nome do bairro

Em relação à designação Cassequel antigos moradores dizem não saber de concreto a sua origem. “Não sabemos muito bem de onde surgiu o nome do bairro. Já procedemos a várias investigações mas, nada. Uns dizem que é pelo facto de o bairro, naquela época, possuir muita areia, mas eu discordo, porque essa área nunca teve muito areal”, diz Júlio Guilherme, que tem 50 anos de vivência no bairro.

Alfredo Pinheiro Luguenda, outro morador antigo, proveniente do processo de realojamento do Prenda (zona do Margoso) diz que os primeiros habitantes eram proprietários de lavras, que, “segundo relatos, quando se dirigiam às lavras falavam ‘tuyeto ku sequele’, que em português significa ‘vamos à areia ou ao areal’. Depois incluíram o prefixo ‘ca’ e passou a ser Cassequel”.

Pesquisas aturadas feitas pela nossa reportagem não conseguiram descortinar a origem do nome desse antigo bairro, que no tempo colonial tinha, concretamente na rua 7, um dispensário da tuberculose.

No que concerne à educação, os garotos que residiam no bairro recebiam aulas numa instituição denominada Escola do Só Padre, ligada a Igreja Católica. Esse estabelecimento de ensino veio mais tarde chamar-se Escola Branca. Além dessa instituição de ensino havia outra que se chamava

Escola 24, que se situava na esquina entre as ruas 19 e 21 e que ficou também conhecida por Escola Nova.

Naquele tempo (colonial) os garotos gostavam de ir assistir às corridas de motocross onde hoje está o Terminal de Passageiros Domésticos. Além desse entretenimento, os jovens tinham como divertimento ir brincar na lagoa do “Tchubum Tchubum”, lá para os arredores do hoje conhecido Bairro do Catinton. Conta um ilustre ex-morador do Cassequel, que insistiu em manter o anonimato, que o nome da lagoa deveu-se ao facto de que quando alguém atirasse uma pedra à água ela entrava e saía com o som característico: Tchubum Tchubum.

Outra nota curiosa: há quem diga que a designação Catinton veio do som que saía das manilhas, quando os garotos arremessavam pedras sobre elas. “O eco produzido nessas manilhas dava o som de “tim tom” e ao aumentarmos o prefixo “ca” dá literalmente “pequeno tim tom”, disse Marito, filho do finado Rabo Azul, que era alvo de muita estiga (bullying) da criançada.

Além de irem à lagoa do “Tchubum Tchubum”, os adolescentes gostavam de caçar pássaros nas “kisasas” (matagal) do Catinton, sempre com o desconforto de saberem que quando regressassem a casa a surra “já estava programada” pelos progenitores.

Havia também o cinema volante que acontecia quinzenalmente no largo adjacente à antiga loja do senhor Fernandes Gonçalves, junto ao ex-Supermercado Lourenço. O cinema volante era uma produção da Igreja Católica, com os filmes a serem exibidos numa mini camioneta adaptada com equipamentos de projecção. A tela era implantada em dois tubos fixos de quase dois metros de altura.

Para assistir aos filmes, os habitantes levavam obrigatoriamente as suas cadeiras para melhor acomodação. Os filmes mais aguardados eram as coboiadas (famosos banguê banguê), sobretudo os que envolviam os “peles vermelhas” e os “caras pálidas”.

Ilustres figuras

Em termos de entretenimento não era tudo. Os habitantes do Cassequel tinham também o Kutonoca, para onde eram convidados músicos de renome, como David Zé, Urbano de Castro, Sofia Rosa, António Paulino e Vum Vum, só para citar esses. Os garotos saíam de lá satisfeitos, pois amealhavam algumas moedas.

“Como o palco era de madeira, quando os fãs de determinados músicos em atuação atirassem as

moedas, algumas delas passavam pelas fissuras nas madeiras do palco e nós, por baixo, apanhávamos as moedas”, conta Marito.

Com essas moedas (cinco tostões, dois, um e meio escudos) já dava para comprar qualquer coisa para enganar o estômago. Os “mata fome” da altura eram o bolo rocha, a queijada, o pé de moloque, a quifufutila e outras iguarias.

O complexo do Clube Desportivo ASA era outro local ideal de diversão, muito frequentado pela rapaziada. Nesse estabelecimento desportivo era possível assistir a filmes em matinés e soirés. O local tinha como porteiro o senhor Sardinha, que era coadjuvado por um jovem chamado Geremias, que morava na Calemba.

O bairro Cassequel contava com uma agremiação desportiva denominada Clube Desportivo Os Dilangue, no qual pontificaram grandes craques como Carlos Queiroz, ex-treinador do Petro de Luanda, Kudiangonguenha e Pedrito, este que jogou a ponta de lança no ASA, entre outros. O clube tinha como presidente o senhor Lourenço Gonçalves.

Mais figuras ilustres

No tempo colonial, o bairro tinha alguns comerciantes lusos, como foi o caso do senhor Fernando Gonçalves, (antigo proprietário do Supermercado Lourenço), senhor Rodrigues e Só Martins, que foi dono da Loja Verde, Só Fernando e senhor Braga. Este último sofria de asma e tinha plantado um jardim particular em frente da sua residência, na curva onde hoje está implantado o Hotel Término.

Além destes comerciantes, a circunscrição tinha outros moradores de referência. Tratam-se, por exemplo, dos cotas Maninho, velho Zangungu (ex-rei do carnaval, no grupo Kabocomeu, do Sambizanga), Luís Eduardo “Rabo Azul”, Velho Balão, Cota Lena, Cota Cristóvão “Waiawaia” nacionalista do 4 de Fevereiro, tio Cristo, pai do Féfé, o pai do Man Cue, o Tio Guigui, o Man Pelé da rua 15, Manuel Guilherme, pai do Beto Spará, Viriato, pai do Zeca Dilangue, Miguel da Taag, tio Joaquim, tio Raimundo, Dona Berta, Dona Sarita, Isabel Martins, e Isabel Charuto, os Piedade. Enfim, a menção de todos os moradores ilustres do Cassequel ocuparia uma edição inteira do jornal.

Dos cotas daquele tempo destacam-se ainda (só para acrescentar mais alguns) o tio Lemos, o velho Menezes, Netinho, Antoninho da Belita, Só Trosso, pai do Honorato Trosso, Jacinto Lemos, Afonso Silva (topógrafo), cota Matias o grande sapateiro do

bairro, Dona Esperança mãe do Lubas e Dona Augusta, esposa do cota Santo António.

Dona Esperança, que é mãe do Jacó, tinha naquela época uma mão de causar inveja quando produzia as deliciosas iguarias como o pé de moleque, o pirlito, o doce de coco e outros biscoitos. Mais tarde, ela enveredou pelo negócio da kissangua e do kimbombo.

Na circunscrição também residiam, no tempo colonial, renomados músicos da nossa praça. São os casos do Rei Elias Dia Kimuezo, Santocas, Lito Graça (filho da Dona Andreza), Cirineu Bastos e Xabanu. Esses dois últimos ainda permanecem no bairro.

Existiam ainda no Cassequel outras figuras proeminentes como o Rui Zé, Manecas e Russo (do motocross), Madocas, São Polaco, Romualdo, que jogou no ASA, Pedrito Lukombo, Zé Dilangue, Chiquitinho, Dédé, que jogou futebol no Atlético e mais tarde foi para Portugal, Cota Nandinho, Manzenas, Rui Sovaco, Mitó e Luís Cão, antigo guarda-redes do Progresso do Sambizanga.

Importa salientar que o cota Santo António era o grande discotequeiro do bairro, uma vocação que trazia já desde os tempos em que morou no Bairro Indígena. O cota tinha um arsenal de discos de vinil com canções de grandes músicos da época. Era de causar inveja. O seu filho seguiu-lhe as pegadas e hoje é um dos Djs de referência em Luanda.

No Cassequel do tempo colonial havia também um grande lutador das bassulas. Tratava-se do Lubas, homem muito temido por causa da sua agressividade. O indivíduo lutava muito, tinha o hábito de bater todos, chegou a uma certa altura que ninguém ousava enfrentá-lo em contendias.

Pós-independência

Já no pós-independência destacam-se o Chikinho, Luís Matias, Morais, Tininho, Lula, Nekito, senhor Barbosa, soba do bairro que vive actualmente no Cassequel do Buraco, Marito, Joãozinho Melingo e Kinkim. Este último era um promissor basquetebolista que teve o infortúnio de perder um braço num acidente de viação.

Contam alguns moradores que atingiram a maioridade no pós-independência que o quintal do aeroporto era um dos lugares predilectos para as suas brincadeiras de infância e adolescência. Iam brincar nos aviões estragados do tempo colonial e subiam e desciam às corridas nas montanhas artificiais que abrigavam aviões de guerra. Uma das brincadeiras favoritas do pessoal dessa geração era desafiar a

ventania que saía das turbinas dos aviões que iam ganhar balanço no princípio da pista. “Xê, estou xenenê, estou xenenê”, gritavam os garotos, no cúmulo da irresponsabilidade.

O pós-independência revelou outras grandes figuras. Aliás, o Cassequel é o viveiro de muito boa gente que hoje singra em vários campos da vida nacional. No bairro moraram grandes figuras da política, do desporto, do jornalismo e da cultura. Houve uma altura em que o bairro tinha uma vida tão intensa, com torneios de futebol e basquete infanto-juvenil, organizados pelo Duducho, as competições que envolviam os moradores do Cassequel do Buraco, Mártires de Kifangondo, Calemba, Bairro da Polícia e Cassenda. Os intercâmbios com o pessoal do Bairro Popular...

Som ensurdecedor

O barulho ensurdecedor dos aviões que levantavam voo e dos caça-bombardeiros da Força Aérea que voavam baixinho eram uma marca registada do Bairro Cassequel. Aliás, a maioria das casas acabaram por ficar rachadas (lembrem-se dos lamentos de Santocas na canção “Rebocho Vaz?”).

“Era tanto o barulho que mal conseguíamos dormir. Houve casos de moradores que devido ao barulho das aeronaves contraíram problemas de audição. Havia momentos em que os aviões levantavam voo aqui, nessa cabeceira da pista que próxima às nossas casas. Como o tecto das residências era de zinco, o barulho tornava-se mesmo insuportável”, disse Júlio Guilherme.

Mas isso não foi motivo suficiente para afugentar os moradores, que a dada altura começaram a habituar-se e a controlar essa situação delicada.

Episódio trágico

Relatos sobre a justificação do nome Cassequel do Lourenço, atribuído na década de ‘80, indicam que tem a ver com um trágico episódio. O Supermercado Lourenço era um dos estabelecimentos comerciais de referência em Luanda. Lá vendia-se de tudo um pouco, incluindo pacotes de leite da Lactiangol. Não é que num belo dia o motorista de um camião militar de marca “Ural” perdeu a direcção e atropelou mortalmente dezenas de cidadãos, a maioria crianças, que estavam na bicha do peixe e do leite? A tragédia deixou marcas tão profundas que alterou a toponímia do bairro para Cassequel do Lourenço, que até então se chamava Cassequel Um.

Impôs-se de tal maneira esse nome que as autoridades não tiveram outro remédio senão adoptá-lo oficialmente. Até hoje a população continua a

diferenciar o Cassequel do Lourenço do Cassequel das 40 e do Cassequel do Buraco.

Outros Cassequés

O governo colonial português, depois de ter construído o bloco de casas cor-de-rosa no Cassequel das 40, partiu para a construção de moradias num declive circundado por ravinas. Essa zona viria a chamar-se Cassequel do Buraco. Nos anos '70 o Cassequel do Buraco era quase desabitado.

Segundo projectos de construção de moradias sociais deixados pela administração colonial, as obras evoluiriam depois em direcção ao actual Bairro Catinton. Ainda hoje são visíveis as manilhas para o saneamento básico implantadas para dar continuidade à empreitada, com o fito de albergar populações que residiam nas zonas de risco da cidade de Luanda.

Na famosa avenida Dom Moisés Alves de Pinho circulavam os machimbombos números 25 e 34, saídos do Largo da Mutamba ao Cassequel do Lourenço e ao Cassequel do Buraco (e vice-versa). O trajecto foi depois desviado devido à construção de uma unidade militar dos cubanos na área adjacente ao Supermercado Lourenço.

O Cassequel do Lourenço faz fronteira com as localidades da Calemba, Mártires de Kifangondo e Bairro Popular.

6.7 Acessibilidades urbanas

Jornal Economia e Finanças

15 De Fevereiro de 2019

Texto: Paulo Pina

Um país próspero tem nas redes de transportes territoriais e acessibilidades urbanas um precioso factor de desenvolvimento económico e social. Delas depende a livre circulação de pessoas e mercadorias por todo o território nacional e tanto melhor se as ligações internacionais facilitarem o comércio e o turismo.

Em 1961, antes da eclosão da luta armada de libertação nacional, o potencial económico do território angolano estava extremamente subaproveitado. As precárias ligações rodoviárias criavam enormes transtornos aos poucos automobilistas e camionistas que se aventuravam pelas estradas fora, na maioria de terra batida, com dificuldades agravadas na época da chuva, quando se transformavam em lamaçal.

A necessidade de transferir em pouco tempo para o teatro de guerra, a partir do Porto de Luanda,

contingentes militares em perseguição aos nacionalistas, levou o governo português a investir em infra-estruturas, designada mente estradas e pontes, sem descurar os serviços sociais, com destaque para a saúde e o ensino, também com fins propagandísticos.

O "boom" económico traduziu-se até 1974 na criação de uma vasta malha de estradas asfaltadas, com planos de extensão até aos pontos mais afastados da capital, como Mbanza Kongo e Soyo, no Norte, e as fronteiras do Sul. Os confrontos armados que antecederam a proclamação da Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975 impediram a concretização das obras planeadas.

Noutro contexto, com desígnios expansionistas, a Alemanha desenvolveu a passo de corrida as redes rodoviárias e ferroviárias, designada mente com a construção acelerada de auto-estradas. O regime implantado pelos nazis calculou e confirmou que os militares e o equipamento bélico podiam ser deslocados em pouco tempo para as fronteiras, de onde desencadearam invasões aos países vizinhos, dando origem à II Guerra Mundial.

Actualmente, em período de paz absoluta, pelas antigas e novas auto-estradas e sobre a ferrovia reconstruída, modernizada e ampliada, circulam diariamente camiões de longo-curso e comboios carregados de mercadorias entre o Ocidente e o Leste da Europa. Esse movimento incessante dinamiza o comércio e fomenta o emprego em larga escala.

Em países desenvolvidos como a Alemanha, os transportes são um dos principais pilares da economia, seja por terra, seja por mar e ar. Ao contrário, um governo que negligenciar esta realidade está a condenar o respectivo país ao atraso económico e social.

Consciente da importância vital dos transportes em geral e das acessibilidades urbanas, o Governo angolano investiu enormes fatias do Orçamento Geral do Estado, depois de 2002, na reabilitação e extensão das redes de transportes rodoviários e ferroviários, duramente castigadas pela guerra civil, sem descurar a modernização da frota da companhia aérea de bandeira. Por enquanto, o transporte marítimo de cabotagem e longo curso parece estar mergulhado no marasmo, mesmo se a extensa costa angolana justifica investimentos públicos nesta área importante do desenvolvimento económico e social.

Actualmente, dentro do território nacional, é por estrada e caminhos-de-ferro que circula maior número de pessoas e de mercadorias de todo o género, com destaque para os produtos agrícolas e

bens de consumo importados. Todavia, o estado precário das estradas municipais e até mesmo culta as viagens. Daqui resultam muitas dificuldades pessoais, para além dos inevitáveis prejuízos que afectam os produtores e os comerciantes.

É certo que a situação financeira do país condiciona os investimentos na área dos transportes rodoviários, apesar das iniciativas do Governo em curso para reabilitar as estradas principais, algumas delas reconstruídas apressadamente por empreiteiros sem escrúpulos que deixaram obras de má qualidade. O "barato sai caro", segundo um ditado popular, pelo que agora o Estado tem de abrir os "cordões à bolsa" para refazer o que foi mal feito.

Outro problema que causa prejuízos económicos e enormes transtornos à população está nas más ou inexistentes acessibilidades urbanas, de que Luanda é o maior exemplo. Numa cidade onde a maioria da população vive na periferia e desloca-se ao centro para trabalhar ou tratar de assuntos pessoais, é incompreensível que muitas das vias secundárias e terciárias estejam em condições lastimáveis e algumas intransitáveis.

Também não é com impedimentos ao estacionamento na baixa, como acontece desde a semana passada na Rua Rainha Ginga, que as acessibilidades urbanas e a fluidez do trânsito melhoram. Esse condicionalismo idealizado no "Palácio da Mutamba" por alguém que, claramente, confunde areia da praia com farinha do musseque, fez aumentar os atrasos no trânsito automóvel com consequências para a produtividade laboral.

Ora, nas cidades desenvolvidas, grande parte dos serviços administrativos e as principais empresas estão deslocalizados do centro, precisamente para evitar a enorme afluência de funcionários e de outros cidadãos a uma área limitada. Não é este o caso de Luanda, uma cidade caótica, desordenada e decrépita, onde as restrições ao estacionamento na Baixa não resolveram nenhum problema estrutural das acessibilidades. Pelo contrário, só agravaram. Até quando?

6.8 Casas sociais no Zaire podem ser redistribuídas

Jornal Economia e Finanças
15 De Fevereiro de 2019

As casas sociais inseridas no projecto "200 fogos habitacionais", que ao nível da província do Zaire foram distribuídas de forma incorrecta e algumas em

estado de abandono serão desapropriadas e redistribuídas a famílias necessitadas.

Segundo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que visitou a província, muitos beneficiários destas residências nem sequer vivem nos quatro municípios contemplados com estes projectos, nomeadamente Nzeto, Cuimba, Tomboco e Nóqui.

Em declarações à imprensa, a ministra disse ter solicitado ao governo local a apresentação do relatório do grau de execução física deste projecto de âmbito nacional.

Este plano começou a ser implementado no Zaire em 2012 e previa a construção de 800 fogos habitacionais, 200 em cada um dos quatro municípios contemplados.

Segundo a ministra, informações preliminares recebidas das autoridades locais apontam para acima dos 50 por cento o grau de execução deste projecto nos municípios do Nzeto, Cuimba, Nóqui e Tomboco.

Prometeu enviar, em breve, uma equipa técnica ao Zaire para trabalhar com as autoridades governamentais locais no levantamento do número de casas já concluídas

e distribuídas a eventuais beneficiários, assim como outras sem contrato, inacabadas e em estado de abandono.

Avançou que, as casas inacabadas poderão ser comercializadas a cidadãos interessados que as poderão concluir com fundos próprios, devendo, o sector, encarregar-se na colocação de infra-estruturas de água e energia eléctrica e arruamentos.

6.9 Desalojados do Baleizão já têm casas no Zango 4

Jornal de Angola
21 De Fevereiro de 2019
Texto: Nilza Massango

As famílias desalojadas do edifício Seiscentista do Baleizão receberam casas definitivas ontem no Zango 4, no município de Viana, em Luanda, quase 60 dias depois de permanecerem na rua e terem rejeitado as tendas inicialmente postos à disposição no Bairro da Paz, Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, município do Sambizanga.

Uma fonte ligada ao processo de transferência dos desalojados não garantiu se as casas serão entregues na totalidade das 16 famílias, número avançado pelas autoridades (mas os moradores diziam ser 24) que residiam naquele edifício, ou não, mas afirmou que o acto "é o culminar de um longo processo" que opunha aqueles cidadãos e a Administração do Distrito Urbano da Ingombota, a responsável pelo desalojamento.

Durante cerca de 60 dias, os moradores fizeram um finca pé, tendo rejeitado categoricamente as três tendas postas à disposição, onde deviam ser albergadas 190 pessoas, do conjunto de 16 famílias desalojadas que alegavam tratar-se de "condições desumanas" o local escolhido que não "tem água potável" saneamento básico e segurança".

Até ontem às 17 horas, quatro dos seis camiões disponibilizados pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda estavam carregados de haveres pertencentes às 16 famílias rumo ao Zango 4 e havia também disponível um autocarro para o transporte das pessoas.

Um dos ex-moradores do Baleizão disse ao Jornal de Angola que os contemplados "só viram as futuras moradias pelas fotografias", tendo referido que alguns acharam "as casas do tipo T2 pequenas, sem cozinhas".

Entre os contemplados, alguns mostram alegria por ganharem um teto novo, mas outros reclamavam. É o caso de Alberto Madeira que achou injusto a sua família, de seis membros, receber apenas uma casa, "quando cada um devia beneficiar da sua".

"Somos da mesma família, vivíamos no mesmo edifício, mas cada um com o seu teto", disse o jovem, que acrescentou que um vizinho que tinha apenas uma família recebeu duas casas.

A transferência para o Zango 4 foi acompanhada pela Polícia Nacional, Bombeiros, directores e funcionários da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda que se recusaram a prestar declarações.

6.10 Desalojados do antigo edifício do Baleizão recebem casas no Zango

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

Depois de mais de 60 dias ao relento, as 16 famílias desalojadas do edifício seiscentista do Baleizão, em

Luanda, receberam no final da tarde de quarta-feira, 20, casas definitivas do tipo T2. Contudo, alguns moradores reclamam das residências por as considerarem demasiado pequenas.

As 16 famílias foram transferidas para o Zango 4 depois de terem rejeitado habitar provisoriamente em tendas no bairro da Paz, distrito urbano do Ngola Kiluanje, no município do Sambizanga.

O porta-voz da Comissão administrativa da cidade de Luanda, Francisco Alexandre, garantiu ao Novo Jornal que as moradias oferecem melhores condições para albergar as famílias.

"As casas são do tipo T2 e todas as famílias receberam cada uma residência. E no Zango não há riscos", frisou.

Francisco Alexandre disse, por outro lado, que a transferência das 16 famílias para o zango 4 não foi feita apenas pelos funcionários da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, contou também com apoio de efectivos da Polícia Nacional e dos Bombeiros.

Entre os contemplados não há consenso. Um grupo mostrava-se satisfeito por deixar de viver ao relento e outro não, porque alega que as moradias recebidas são muito pequenas. É o caso de Alberto Madeira, que se diz injustiçado pelo facto de a sua família, com mais de seis membros, receber uma casa "muito pequena".

"Somos da mesma família, vivíamos no mesmo edifício, mas cada uma com sua casa e agora aqui estão a dar-nos uma residência para os seis. Vai ser mesmo complicado viver assim, não estou satisfeito com tudo isso", disse o jovem, descontente.

Edifício do Baleizão sem destino certo

O Governo provincial de Luanda (GPL) não informou sobre o destino que se vai dar ao antigo «prédio do Baleizão», onde residiam as 16 famílias.

Com 24 apartamentos e dois andares, é um dos primeiros edifícios construídos na zona baixa da cidade de Luanda, no século XVII. Localizado no Largo Infante D. Henriques, o edifício foi considerado Património Histórico do Infante Cultural pelo decreto n.º 86 do Boletim Oficial n.º 222, de 23 de Setembro de 1947, em Luanda.

Desde a sua fundação até aos dias actuais, o conhecido edifício do Baleizão não sofreu obras de manutenção, razão pela qual começou a degradar-se.

6.11 Lesados preocupados com o «silêncio» da PGR

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Dulcineia Lufua.

Mais de mil cidadãos angolanos que há cerca de dez anos esperam receber as suas habitações, adquiridas à construtora brasileira Build num valor global de 94 milhões USD, lamentam o «silêncio» da Procuradoria-Geral da República (PGR), que, em Junho último, decidiu "ressuscitar" o caso da «gigantesca burla». Recorde-se que os cidadãos em causa procederam ao pagamento total e/ou parcial dos imóveis em oito projectos da construtora, mas não chegaram a receber as respectivas habitações.

Após o pronunciamento da PGR sobre assunto, foi criada uma comissão para dar sequência ao caso. Volvidos mais de cinco meses, os lesados disseram ao Novo Jornal que não sabem em que pé se encontra o processo.

"Esperávamos que a instituição desse sequência ao processo, mas até ao momento não se pronunciou. Já passaram seis meses e não recebemos qualquer informação sobre o caso. A procuradoria não nos notificou, e por essa razão pretendemos nos próximos dias realizar uma marcha junto à PGR, exigindo explicações sobre o processo", contaram ao NJ.

Os lesados referiram ainda que já fizeram várias tentativas, mas não obtiveram qualquer resposta, e por isso mesmo se sentem «abandonados» e «atirados ao esquecimento».

Revelaram' que grande parte deles fez crédito para adquirir as respectivas habitações e alguns continuam a pagar o empréstimo.

Recorde-se que esta situação começou no ano de 2008, quando seis empreendedores brasileiros da Build lançavam, em Angola, um projecto para a construção de luxuosos imóveis habitacionais nos projectos Bem-Morar, Quintas do Rio Bengo, Copacabana Palace, Nossa Vila, The One e Vila Gongga. Projectos, esses, que foram publicitados pela antiga estrela do futebol brasileiro e mundial Edson Arantes do Nascimento «Pelé», que há alguns anos negou qualquer envolvimento no "esquema", tendo afirmado que só actuou como "garoto-propaganda" da construtora.

6.12 Forma de realojamento desagradou as famílias

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Texto: Roque Silva

O realojamento não está a ser um "mar de rosas" para seis das 17 famílias desalojadas há cerca de 60 dias, por risco de desabamento, de um antigo edifício do Baleizão, e transferidas, quarta-feira, para o Zango IV, município de Viana, província de Luanda. Uma das seis famílias está a viver ao relento, por não ter sido contemplada com uma moradia no Zango, enquanto membros de cinco das outras são obrigados a repartir duas casas que receberam, uma realidade com a qual não esperavam.

Ao relento está Constância Luvunga, 36 anos, mãe de três filhos, de 10,13 e 18 anos, respectivamente. No edifício evacuado, vivia num espaço que desabou há anos, razão pela qual foi acolhida por uma vizinha, em cuja casa viveu até ao dia em que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda decidiu retirar as famílias por risco de desabamento do imóvel.

A tristeza era visível no rosto de Constância Luvunga, quando o Jornal de Angola chegou ao Zango IV e encontrou-a junto aos pertences, entre mobiliário, electrodomésticos e roupas, tomados pela chuva, um dia depois de terem estado expostos ao sol ardente e à poeira.

Enquanto chovia, a mulher foi amparada por vizinhos, mas contra a sua vontade, uma vez que não quis ficar distante dos bens.

Constância Luvunga disse estar "muito triste" por ter sido abandonada à sorte, apesar de a sua situação ser do conhecimento da equipa ligada ao processo de registo e transferência para o Zango IV. Por não querer que o sofrimento que vive seja extensivo aos filhos, enviou os três para a casa de parentes.

A moradia onde Constância Luvunga vivia com o pai e a madrasta desabou, tendo sido acolhida por uma vizinha, enquanto o pai e a esposa abandonaram o imóvel.

O pai Daniel Luvunga, actualmente com problemas de saúde e a viver em casa de um familiar, também não recebeu casa no Zango, embora seja um dos mais antigos moradores do edifício, além de ter integrado a comissão que participou nas negociações com a Administração do Distrito Urbano da Ingombota,

que culminaram com a entrega de moradias no Zango IV

"Reparti uma casa com o meu pai durante 14 anos", conta Constância Luvunga, que disse ter abandonado a moradia por ter ficado inabitável. "O nosso espaço continuou inabitável", prossegue a senhora, que admite ter sido afastada do processo de realojamento por má-fé. Segundo ela, é do conhecimento dos técnicos que estiveram à frente do processo de realojamento que é herdeira de um apartamento no antigo edifício do Baleizão.

Constância Luvunga revelou ter recebido garantias de um membro ligado ao processo que o seu problema tinha solução. "Já no Zango, pedi explicações ao engenheiro e ele não sabia o que me dizer. As colegas ficaram a gritar com ele quando se aperceberam da minha situação", descreveu a senhora, que disse não saber para onde ir.

Famílias descontentes

As irmãs Lima, uma de 56 anos e outra de 46, são obrigadas a repartir a mesma moradia por terem vivido debaixo do mesmo tecto, no Baleizão, um argumento invocado pela Administração do Distrito Urbano da Ingombota e reprovado por ambas.

Cada uma das irmãs tem a sua própria mobília e não cabe na casa que receberam por ser pequena, razão pela qual alguns haveres permanecem na rua. Isabel Lima e Paula Lima estão insatisfeitas porque acham que mereciam receber duas moradias. "A nossa casa era grande, foi dividida em vários compartimentos", contou Isabel Lima, confirmando que a sala era o único espaço partilhado, porque "as nossas famílias são numerosas."

Adelina Madureira, outra moradora, afirmou que foi "praticamente obrigada a assinar um documento de transferência e, com isso, aceitar que o meu filho, que vive em regime de união de facto, e um outro vivessem comigo na moradia que recebi no Zango IV".

No total, vivem na mesma moradia oito pessoas, entre quais uma irmã de Adelina Madureira, duas sobrinhas e um neto.

6.13 Mais três mil casas disponíveis para venda a partir de Junho

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2019

Um total de três mil e 91 moradias construídas nas centralidades do 5 de Abril e Praia. Amélia, no

município de Moçâmedes, província do Namibe, começa a ser vendida em Junho deste ano, anunciou, ontem, o assessor do vice-governador para Área Técnica e Infra-estrutura, Dumilde Pombal.

Falando num encontro que reuniu vários jovens de diferentes organizações, o responsável salientou que, por enquanto, a venda das moradias está virada para os funcionários de empresas públicas, só mais tarde para outros candidatos.

Indicou que nem todas as áreas estão habitadas devido algumas obras que estão a ser feitas, pois o projecto está na fase conclusiva, faltando apenas a construção dos sistemas de esgoto e de água.

Sobre as modalidades de acesso às residências, o assessor disse que as pessoas que se habilitarem à compra de residências têm de ter um rendimento mensal de, pelo menos, 100 mil kwanzas, sendo que para cada moradia o interessado deve pagar mensalmente de 38 a 45 mil kwanzas durante um período de 20 anos.

A população está satisfeita com as modalidades criadas para a comercialização, porém apela à entidade responsável para acelerar o processo.

No Namibe, os candidatos do sector da Educação obtiveram seis mil residências na primeira fase, liderando a lista dos sectores que mais beneficiaram neste processo de vendas. O município de Moçâmedes possui duas mil casas construídas na centralidade 5 de Abril e igual número na Praia Amélia.

Projecto integrado da Baía do Namibe

Seiscentos milhões de dólares foram concedidos pela Agência Japonesa de Crédito à exportação e bancos privados para a construção do novo terminal de contentores do Porto Comercial do Namibe e reabilitação do Porto Mineiro do Saco-Mar nesta província.

O projecto apresentado às entidades governamentais, empresários e à sociedade civil, vai gerar mil e 500 postos de trabalho, num período de três anos e será executado pelo consórcio Toyota Tsusho Corporation e pela empresa Japonesa TOA Corporation".

7. TERRA

7.1 «A nossa lei não tem artigo que defenda despejados»

Novo Jornal

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

Em conversa com o NJ, o jurista José Carlos disse que, à luz do Código Penal angolano ainda em vigor, não existe nenhum artigo que proteja as pessoas que são vítimas de desalojamentos por parte do governo, excepto em situações em que o facto ocorre por expropriação (quando o Estado, enquanto o verdadeiro dono, pede para sair de suas terras).

José Carlos explicou que a situação dos ex-moradores do edifício Seiscentista resultou de uma acção preventiva por parte do Estado que teve a perspectiva de proteger um bem maior, que é a vida.

"Pelo que ouvi, um dos apartamentos do edifício ruiu parcialmente e os moradores tiveram que abandonar as residências. Mas o que me deixa triste é a forma como o governo da província de Luanda tem tratado os seus cidadãos", observou.

O jurista entende que, sendo o Estado uma pessoa de bem, não pode tirar as pessoas de uma zona de risco e colocá-las noutra pior.

José Carlos lamenta a forma demorada como o Governo provincial de Luanda tem resolvido problemas do género.

"É pena que a nossa lei não tem nenhum artigo que defenda os cidadãos que são vítimas de despejos", reparou o jurista José Carlos, tendo acrescentado que, "se houvesse usurpação de bens com violência ou sob ameaças, aí sim, os moradores recorreriam ao Código Penal, mas não é o caso".

O jurista aconselha, no entanto, os moradores a manterem a calma enquanto aguardam notícias. • I.J.

7.2 «Cinco fios é reserva fundiária do Estado»

Jornal Hora H

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Kabenguele Munanga

Este semanário contactou o administrador, Cândido Manuel Domingos, via telefone na última quarta-feira 23, nos disse: «nós somos funcionários públicos e não podemos ser expostos de diversas maneiras. Acho que, quando recebem denúncias do género devem vir ao local, e depois divulgarem aquilo que constataram. "Vocês divulgaram que se demoliram mil casas, e morreram-se pessoas e estamos a vender terrenos que arruinamos, isto seria muito grave. E isto daria muito alarido», lamentou.

Esclarece que, «a zona do Cinco Fios. Não sei de que local está a falar, porque uma parte pertence ao Kilamba e a outra parte é a administração do Quenguela. Se for a zona que foi alvo de uma demolição há um mês, protagonizada pelo município de Belas do qual nós fizemos parte, é uma zona que é uma reserva fundiária do Estado. Quem tem mas dado relativamente o histórico do bairro é o distrito Urbano do Kilamba», disse.

«Está não foi a primeira demolição é a terceira. Quando se começou a trabalhar neste processo não existia o Distrito do Quenguela.

Apareceu agora a quase dois anos. A zona toda é uma reserva fundiária do Estado. Eles têm estado a trabalhar com administração do Kilamba e já foram cadastrados e aconselhados a abandonar a zona. E sei que existe um projecto do GPL para estes serem realojados numa outra zona. É um processo que não começou hoje nem ontem», assegura.

Questionado de que o anterior governador de Luanda Adriano Mendes de Carvalho mandou documentos a administração de Belas e do Kilamba a dizer que não existe nenhuma zona fundiária do Estado, Cândido Manuel Domingos refere que, «o meu amigo vai fazer um esforço e faz parte do jornalismo, e quem tem este dossier todo é o Kilamba e tem inclusive o Decreto Presidencial que aprova a zona como reserva fundiária do Estado.... », e depois o telefone desligou-se.

Alguns segundos depois administrador voltou a ligar a nos dizer que não tinha carga no telefone, e voltamos a perder comunicação. Por sua vez, contactamos o capitão Contente do PCU para nos esclarecer a sua versão, mas o seu telefone está desligado. Sobre o assunto mais dados na próxima edição.

7.3 GPL ainda sem solução para famílias desalojadas do Baleizão

Novo Jornal

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), afecta ao Governo provincial de Luanda (GPL), ainda não encontrou solução para responder «ao grito de socorro» dos ex-moradores do edifício Seiscentista, no Baleizão, que há cerca de um mês pernoitam em frente às antigas residências.

O porta-voz do CACL, Francisco Alexandre, disse que o processo "não está parado" e que a instituição que representa, em conjunto com o GPL, está a estudar uma alternativa para os ex-moradores do referido edifício, desocupado no início deste ano por apresentar sinais avançados de degradação.

Francisco Alexandre não adiantou para quando nem para onde os ex-moradores do edifício serão transferidos, depois de a CACL ter tentado, sem sucesso, transferi-los para as tendas montadas no bairro da Paz, no distrito do Ngola Kiluanje, no município de Luanda.

"Não posso adiantar qual é a medida nem quando será implementada. A verdade é que se estão a criar as condições para conferir aos moradores mais dignidade", garantiu o porta-voz da CACL.

Moradores falam em doenças e temem que filhos percam aulas. Por sua vez, o responsável pela comissão dos moradores do edifício Seiscentista lamentou "a forma desumana" como a Comissão Administrativa de Luanda está a conduzir o processo de desalojamento.

"É muito triste [a forma] como estão a encarar essa situação. Nós já estamos aqui há mais de 30 dias, a Administração Municipal da Ingombota mandou aqui um representante para negociar com os ex-moradores, [mas] até à data presente nunca mais alguém voltou para nos dizer alguma coisa", lamentou ex-morador.

De 62 anos, 30 dos quais habitados no edifício Seiscentista, o morador teme que as crianças e jovens que moravam no edifício percam o ano lectivo.

"As aulas começam no dia 1 de Fevereiro, e até agora o governo não diz para onde vamos. Isso significa que os nossos filhos e netos vão perder o ano lectivo. Devido a esta situação precária que passamos, muitos dos nossos vizinhos se encontram hospitalizados", contou.

Maria Lima, outra ex-moradora, mostrou-se igualmente preocupada com o arranque do ano lectivo.

"Se na primeira semana resolvessem processo, os meus filhos não ficariam sem estudar", lamentou.

Em relação ao local preparado pela CACL para albergar àquelas famílias, Dala Custódio afirmou que até ao momento nenhum morador cedeu à proposta das autoridades de Luanda.

Os moradores sentem-se «abandonados» pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e pedem pela intervenção do novo governador provincial de Luanda, que no seu primeiro discurso prometeu reforçar a atenção aos subúrbios e demais zonas periféricas.

Sobre a mesa de Sérgio Luther Rescova estão ainda outros dossiers que aguardam resposta, nomeadamente dos antigos moradores da Ilha do Cabo, da Boavista e da Chicala, que há dez anos habitam em casebres de chapas no Zango e Kissama.

7.4 Um EDIL mais preocupado com a kandonga de terrenos

Jornal Hora H

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Kabenguele Munanga

A informação foi prestada ao Jornal a Hora - H por moradores bem identificados e que falaram na condição de anonimato, dizendo que, no passado dia 18 de Dezembro do ano transacto, por volta das 10 horas, o administrador Cândido Manuel Domingos, acompanhado por um cidadão de nacionalidade portuguesa, e escoltado por elementos da polícia, começou por medir um espaço de trezentos por trezentos metros para entregar aquele expatriado, e depois de ser aperceberem de que estava se aproximar pessoas estranhas ao negócio, e foram-se embora.

A fonte refere ainda que, é prática do administrador do distrito destruir bairros para depois comercializarem a outras pessoas, e existe um esquema bem arquitectado e protegido a nível do Governo Provincial de Luanda estes crimes e que ficam impunes.

Neste esquema estão metidos procuradores, polícias, militares afectos a Região Militar Luanda, os casos quando vão parar nesta instância não avançam.

Os moradores dizem que, bairro Cinco Fio foi demolido algumas residências para depois serem comercializadas tem sido coordenado por alguém que vive na zona que é o Celestino, o Armando Miguel, Manuel Cardoso «Manico» e o Sebastião Macuzalo «Chiló», tem participado nestas negociatas, e preferem que os seus concidadãos vivam ao relento.

Desde a última demolição as mais de mil famílias continuam ao relento, sem uma solução por parte da administração do Quenguela, que se furta em receber os seus munícipes.

Este jornal circulou pelo bairro é apurou que existem grandes muros de vedações e são protegidos pela empresa de segurança denominada Maquiela, e que os guardas passam fome e sede, e não tem condições de serviço.

Os lesados dizem que, existe uma unidade afecto a Região Militar Luanda, que é o Posto de Comando Unificado (PCU), que se encontra numa área de moradia, e que não existe nenhuma reserva fundiária do Estado. O responsável do posto identificado apenas de capitão Contente tem criado terror nas populações, e quando não têm dinheiro para satisfazer os seus vícios obrigam os moradores que tem de desembolsar algum valor monetário.

7.5 Invasores de terreno acusados de agressão

Jornal de Angola

9 De Fevereiro de 2019

Texto: Roque Silva

Dois jovens dizem ter sido agredidos há dias por 15 supostos invasores de um terreno, no Zango IV, município de Viana, em Luanda, quando, colhiam fruta na quinta da tia de um deles.

O relato da agressão, que terá ocorrido a 29 de Janeiro, foi contado por uma das vítimas, de 27 anos, que disse ter sido também vandalizada a viatura que usavam.

O jovem que relatou a agressão ainda tinha uma tala num dos braços e escoriações já a cicatrizar em várias partes do corpo.

“Fomos surpreendidos por 15 indivíduos desconhecidos, que nos atacaram com catanas, barras de ferro e pás”, contou a vítima. Disse ainda ter fracturado o braço direito e sofrido lesões nas pernas, enquanto um dos acompanhantes, de 24 anos e proprietário da viatura vandalizada, sofreu um corte profundo na cabeça, suturado com dez pontos.

“Ficámos sem saber o que se estava a passar, porque os agressores gritavam que merecíamos o que estavam a fazer, por termos partido as suas moradias”, descreveu a vítima, que disse terem ficado sem os telemóveis, carteiras de documentos e outros objectos.

Os dois jovens contam ter conseguido, com muito esforço, entrar na viatura, que ficou “irreconhecível”, porque os agressores quebraram os vidros e os retrovisores e amolgaram a chaparia.

Na esquadra mais próxima, onde tentaram procurar auxílio e reportar o caso, não foram bem sucedidos, lamentou uma das vítimas, que se manifestou ainda agastado com a atitude dos agentes, por terem sido proibidos de estacionar a viatura vandalizada junto ao posto policial. Os jovens dizem não entender a actuação dos agentes do posto policial da área, “por não deter preventivamente” os presumíveis agressores.

O desapontamento dos dois jovens com a suposta “má actuação da Polícia” deve-se ao facto de os agentes com quem falaram e viram as marcas da agressão terem alegado que não havia viatura para ir ao local, a cerca de 900 metros de distância do posto policial.

O intendente Mateus Rodrigues disse ao Jornal de Angola que desconhecia o assunto, razão pela qual conversou por telefone com o jovem, a quem recomendou que apresentasse uma queixa junto da área de Inspeção do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, contra os agentes, “por não terem presumivelmente agido como mandam as regras”.

Depois de terem deixado o posto policial, os dois jovens receberam os primeiros socorros numa unidade militar, de onde foram transferidos para o Hospital Geral Especializado, localizado no Zango II, onde deram continuidade ao tratamento.

Quando regressaram ao posto policial para saber se já havia viatura, um oficial, que admitem ser um dos responsáveis do posto, disse que não era possível à Polícia ir ao local da agressão por falta de viatura e por temer pela vida dos agentes.

“Apenas fomos fotografados”, acrescentou o jovem, cuja tia, dona da quinta há 20 anos, já foi vítima de agressão por presumíveis invasores de terreno no Zango, um problema do conhecimento da Administração Municipal de Viana.

Devido à vandalização constante da quinta, a tia desactivou uma área que servia de lazer da família, com “medo dos invasores de terreno”, assegurou o jovem, acentuando que “a quinta é assaltada sempre que a tia se desloca ao exterior”.

O Jornal de Angola conseguiu falar com o marido da dona da quinta, que confirmou a agressão de que foi vítima o sobrinho. Porém, preferiu não dar informações sobre os assaltos ao espaço com o argumento de que a família não quer expor publicamente o assunto, que está a ser resolvido pelas autoridades administrativas do município.

Conflitos de terra

O Jornal de Angola soube de moradores do Zango que conflitos de terra têm ocorrido regularmente naquela parcela da província, uma informação confirmada por uma fonte do Serviço de Fiscalização da Administração Municipal de Viana.

A fonte, que preferiu não se identificar, alegando ser um “assunto sensível”, declarou que “os casos são do conhecimento da Polícia Nacional e envolvem efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), ex-militares e invasores de terreno, que se fazem passar por antigos proprietários”.

A fonte que vimos citando disse não ter conhecimento de casos de disputas de terrenos que tenham sido levados às barras do Tribunal, mas salientou que os invasores de terreno normalmente dizem ser proprietários dos espaços onde estão a ser erguidas moradias.

7.6 Majores acusados de burlarem casas ameaçam camponeses de morte

Jornal Hora H

15 De Fevereiro de 2019

Texto: Ana Mendes

Os efectivos da Forças Armadas Angolanas acusados de burlarem casas dos camponeses estão a ameaçar de morte os proprietários dos terrenos por os denunciarem da prática nas instituições de direito. Em causa está o espaço onde está a ser erguido o novo aeroporto, disse recentemente ao Jornal Hora H, Sebastião Manuel Gingougo, filho de uma das vítimas

Eles estão a fugir às reuniões que estamos a marcar com a instituições de direito e o senhor João Luís Catity, tem estado a prometer que "se um dia ele ser expulso do seu trabalho vai mandar matar-nos", afirmou o Jovem.

Segundo Sebastião Manuel Gingougo, filho da camponesa Rosa Sebastião Manuel, ex-camponesa do perímetro do novo aeroporto que está a ser construído em Viana, frisou que depois de te semanário ter publicado as denúncias feita pela família, o major João Luís Catity e o coronel Adão Domingos Daniel, que haviam dito que não têm casa no bairro Kalumbunze, em Cate te, foram meter militares armados nas suas residências para controlarem as mesmas.

"Os efectivos das Forças Armadas que eles meteram para controlarem as casas, têm estado a ameaçar as pessoas, fazem disparos, mesmo sabendo que há livre circulação naquelas imediações".

Gingougo salientou ainda que, "das reuniões que marcamos aqui em Catete, na administração, com a administradora Elizabeth, entre as sei famílias e os mesmos, eles não apareceram e a administradora lavou as mãos alegando que já não vai meter-se neste assunto", disse o filho da camponesa.

De acordo com o jovem, depois destas voltas, contactaram a Polícia Judiciária Militar e a referida instituição contactou O major Catity e o mesmo disse que seria possível resolver este problema terça-feira, 12 de Janeiro, "e nesse mesmo dia, assim que chegamos na PJM, o senhor major Catiry, não apareceu".

"Ai, o coronel Correia que no atendeu, ligou para ele e telefone estava de ligado ou outra ia, através dos rádio deles de comunicação interna e o me mo disse que não conseguiu aparecer porque estava reunido e só teria tempo na próxima semana", contou Sebastião Manuel Gingongo.

O interlocutor denunciou ainda que os referidos efectivos desviaram dezassete residências que seriam para os camponeses no bairro Kalumbunze, "para não falarmos dos milhões de Kwanzas das famílias camponesas".

"Queremos justiça pai! Por valor no ajudem... " Foi assim que a camponesa Rosa Sebastião Manuel, de 62 anos de idade, começou a clamar a este semanário, Tia Rosa como é conhecida, foi mais além, afirmando que "Já fiz tudo pai, nas administrações, nos órgãos de comunicação social e outras instituições, mas nada".

"O individuo que está a nos ameaçar é o major João Luís Catity, e da reunião que o Senhor Catity não apareceu na Polícia Judiciaria Militar, ficou remarcada para segunda-feira 18 de Fevereiro deste ano", afirmou a camponesa Rosa Sebastião Manuel.

De recordar este semanário já havia contactado a figuras em causa, mas as mesmas negaram estarem envolvidas neste processo.

O "Hora I-I" não cruzou os braços e voltou a ligar ao major João Luís Catity o telemóvel e estava de ligado e ao tenente-coronel Adão Domingos Manuel, o telefone chamava ma não atendia. Então deixamos mensagem a ambos e até ao momento em que fechávamos esta edição não recebemos qualquer retorno das referidas figuras.

7.7 Banco Mundial financia fornecimento de água

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2019

Texto: Marcelo Manuel

O Banco Mundial vai, em Outubro próximo, financiar o projecto de construção de um sistema de captação e tratamento para o fornecimento de água

potável à cidade de Ndalatando, orçado em 50 milhões de dólares.

O projecto é edificado em Dundo-ya-Mutúlo, no município do Lucala (35 quilómetros a leste de Ndalatando), de acordo com o director nacional de Águas, Lucrécio Costa, em declarações à imprensa por ocasião de uma visita de constatação ao local onde se prevê implantar o sistema.

O director nacional de Águas afirmou que o projecto é financiado pelo Governo central, devendo beneficiar perto de 160 mil consumidores ao longo do eixo entre Ndalatando e Lucala. O responsável frisou que o financiamento já está assegurado, tendo avançado que, neste momento, decorre o processo de pré-qualificação dos potenciais empreiteiros, facto que termina no final do corrente mês.

Lucrécio Costa frisou que operações como a adjudicação formal da empreitada acontece entre os meses de Outubro e Novembro, enquanto a elaboração e execução física da primeira fase ficam concluídas em Fevereiro de 2019.

7.8 Desalojados do Baleizão já têm casas no Zango 4

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2019

Texto: Nilza Massango

As famílias desalojadas do edifício Seiscentista do Baleizão receberam casas definitivas ontem no Zango 4, no município de Viana, em Luanda, quase 60 dias depois de permanecerem na rua e terem rejeitado as tendas inicialmente postos à disposição no Bairro da Paz, Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, município do Sambizanga.

Uma fonte ligada ao processo de transferência dos desalojados não garantiu se as casas serão entregues na totalidade das 16 famílias, número avançado pelas autoridades (mas os moradores diziam ser 24) que residiam naquele edifício, ou não, mas afirmou que o acto "é o culminar de um longo processo" que opunha aqueles cidadãos e a Administração do Distrito Urbano da Ingombota, a responsável pelo desalojamento.

Durante cerca de 60 dias, os moradores fizeram um finca pé, tendo rejeitado categoricamente as três tendas postas à disposição, onde deviam ser albergadas 190 pessoas, do conjunto de 16 famílias desalojadas que alegavam tratar-se de "condições desumanas" o local escolhido que não "tem água potável" saneamento básico e segurança".

Até ontem às 17 horas, quatro dos seis camiões disponibilizados pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda estavam carregados de haveres pertencentes às 16 famílias rumo ao Zango 4 e havia também disponível um autocarro para o transporte das pessoas.

Um dos ex-moradores do Baleizão disse ao Jornal de Angola que os contemplados "só viram as futuras moradias pelas fotografias", tendo referido que alguns acharam "as casas do tipo T2 pequenas, sem cozinhas".

Entre os contemplados, alguns mostram alegria por ganharem um teto novo, mas outros reclamavam. É o caso de Alberto Madeira que achou injusto a sua família, de seis membros, receber apenas uma casa, "quando cada um devia beneficiar da sua".

"Somos da mesma família, vivíamos no mesmo edifício, mas cada um com o seu teto", disse o jovem, que acrescentou que um vizinho que tinha apenas uma família recebeu duas casas.

A transferência para o Zango 4 foi acompanhada pela Polícia Nacional, Bombeiros, directores e funcionários da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda que se recusaram a prestar declarações.

7.9 Desalojados do antigo edifício do Baleizão recebem casas no Zango

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

Depois de mais de 60 dias ao relento, as 16 famílias desalojadas do edifício seiscentista do Baleizão, em Luanda, receberam no final da tarde de quarta-feira, 20, casas definitivas do tipo T2. Contudo, alguns moradores reclamam das residências por as considerarem demasiado pequenas.

As 16 famílias foram transferidas para o Zango 4 depois de terem rejeitado habitar provisoriamente em tendas no bairro da Paz, distrito urbano do Ngola Kiluanje, no município do Sambizanga.

O porta-voz da Comissão administrativa da cidade de Luanda, Francisco Alexandre, garantiu ao Novo Jornal que as moradias oferecem melhores condições para albergar as famílias.

'As casas são do tipo T2 e todas as famílias receberam cada uma residência. E no Zango não há riscos', frisou.

Francisco Alexandre disse, por outro lado, que a transferência das 16 famílias para o zango 4 não foi feita apenas pelos funcionários da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, contou também com apoio de efectivos da Polícia Nacional e dos Bombeiros.

Entre os contemplados não há consenso. Um grupo mostrava-se satisfeito por deixar de viver ao relento e outro não, porque alega que as moradias recebidas são muito pequenas. É o caso de Alberto Madeira, que se diz injustiçado pelo facto de a sua família, com mais de seis membros, receber uma casa "muito pequena".

"Somos da mesma família, vivíamos no mesmo edifício, mas cada uma com sua casa e agora aqui estão a dar-nos uma residência para os seis. Vai ser mesmo complicado viver assim, não estou satisfeito com tudo isso", disse o jovem, descontente.

Edifício do Baleizão sem destino certo

O Governo provincial de Luanda (GPL) não informou sobre o destino que se vai dar ao antigo «prédio do Baleizão», onde residiam as 16 famílias.

Com 24 apartamentos e dois andares, é um dos primeiros edifícios construídos na zona baixa da cidade de Luanda, no século XVII. Localizado no Largo Infante D. Henriques, o edifício foi considerado Património Histórico do Infante Cultural pelo decreto n.º 86 do Boletim Oficial n.º 222, de 23 de Setembro de 1947, em Luanda.

Desde a sua fundação até aos dias actuais, o conhecido edifício do Baleizão não sofreu obras de manutenção, razão pela qual começou a degradar-se.

7.10 Lesados preocupados com o «silêncio» da PGR

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Dulcineia Lufua.

Mais de mil cidadãos angolanos que há cerca de dez anos esperam receber as suas habitações, adquiridas à construtora brasileira Build num valor global de 94 milhões USD, lamentam o «silêncio» da Procuradoria-Geral da República (PGR), que, em Junho último, decidiu "ressuscitar" o caso da «gigantesca burla». Recorde-se que os cidadãos em causa procederam ao pagamento total e/ou parcial dos imóveis em oito projectos da construtora, mas não chegaram a receber as respectivas habitações.

Após o pronunciamento da PGR sobre assunto, foi criada uma comissão para dar sequência ao caso. Volvidos mais de cinco meses, os lesados disseram ao Novo Jornal que não sabem em que pé se encontra o processo.

"Esperávamos que a instituição desse sequência ao processo, mas até ao momento não se pronunciou. Já passaram seis meses e não recebemos qualquer informação sobre o caso. A procuradoria não nos notificou, e por essa razão pretendemos nos próximos dias realizar uma marcha junto à PGR, exigindo explicações sobre o processo", contaram ao NJ.

Os lesados referiram ainda que já fizeram várias tentativas, mas não obtiveram qualquer resposta, e por isso mesmo se sentem «abandonados» e «atirados ao esquecimento».

Revelaram' que grande parte deles fez crédito para adquirir as respectivas habitações e alguns continuam a pagar o empréstimo.

Recorde-se que esta situação começou no ano de 2008, quando seis empreendedores brasileiros da Build lançavam, em Angola, um projecto para a construção de luxuosos imóveis habitacionais nos projectos Bem-Morar, Quintas do Rio Bengo, Copacabana Palace, Nossa Vila, The One e Vila Gongga. Projectos, esses, que foram publicitados pela antiga estrela do futebol brasileiro e mundial Edson Arantes do Nascimento «Pelé», que há alguns anos negou qualquer envolvimento no "esquema", tendo afirmado que só actuou como "garoto-propaganda" da construtora.

7.11 PGR promete pôr fim aos invasores de terrenos

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2019

A Procuradoria-Geral da República (PGR) promete, nos próximos dias, dismantlar os grupos organizados de invasão de terrenos no município de Viana, em Luanda.

Em declarações à imprensa, no final de um encontro com o administrador municipal de Viana, André Soma, o procurador-geral adjunto da República, Beato Paulo, ressaltou que para pôr cobro a esta situação foi solicitado à Administração de Viana a entregar, com celeridade, as informações concernentes a estes grupos de invasores de terrenos.

O magistrado do Ministério Público indicou que, nos últimos tempos, o problema da ocupação de terrenos

em Viana ganhou graves proporções e deve ser combatido.

O administrador municipal de Viana, André Soma, acredita que o envolvimento da PGR vai acabar com a acção dos grupos que se dedicam à invasão de terrenos.

Assegurou que os fiscais pertencentes à administração municipal, que também optam por estes actos ilícitos, serão punidos internamente e posteriormente encaminhados aos órgãos de Justiça.

Participaram no encontro o comandante municipal da Polícia, Francisco Notícia, administradores adjuntos para a área Técnica dos Distritos e agentes da Fiscalização.

A província de Luanda enfrenta sérios problemas de ocupação e venda ilegal de terrenos. Muitos espaços reservados à construção de equipamentos sociais, como campos de futebol, escolas, mercados, continuam a ser vendidos.

Em Viana, com destaque para o Distrito do Zango centenas de casebres de chapas de zinco continuam a ser construídos em áreas reservadas a vários empreendimentos.

O município de Viana dista 20 quilómetros do centro da cidade capital e é composto por seis distritos urbanos: Vila Flor, Zango, Baia, Kicuxi, Estalagem e (município sede), além da comuna de Calumbo.

7.12 Forma de realojamento desagradou as famílias

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Texto: Roque Silva

O realojamento não está a ser um "mar de rosas" para seis das 17 famílias desalojadas há cerca de 60 dias, por risco de desabamento, de um antigo edifício do Baleizão, e transferidas, quarta-feira, para o Zango IV, município de Viana, província de Luanda. Uma das seis famílias está a viver ao relento, por não ter sido contemplada com uma moradia no Zango, enquanto membros de cinco das outras são obrigados a repartir duas casas que receberam, uma realidade com a qual não esperavam.

Ao relento está Constância Luvunga, 36 anos, mãe de três filhos, de 10,13 e 18 anos, respectivamente. No edifício evacuado, vivia num espaço que desabou há anos, razão pela qual foi acolhida por uma vizinha, em cuja casa viveu até ao dia em que a Comissão

Administrativa da Cidade de Luanda decidiu retirar as famílias por risco de desabamento do imóvel.

A tristeza era visível no rosto de Constância Luvunga, quando o Jornal de Angola chegou ao Zango IV e encontrou-a junto aos pertences, entre mobiliário, electrodomésticos e roupas, tomados pela chuva, um dia depois de terem estado expostos ao sol ardente e à poeira.

Enquanto chovia, a mulher foi amparada por vizinhos, mas contra a sua vontade, uma vez que não quis ficar distante dos bens.

Constância Luvunga disse estar "muito triste" por ter sido abandonada à sorte, apesar de a sua situação ser do conhecimento da equipa ligada ao processo de registo e transferência para o Zango IV. Por não querer que o sofrimento que vive seja extensivo aos filhos, enviou os três para a casa de parentes.

A moradia onde Constância Luvunga vivia com o pai e a madrastra desabou, tendo sido acolhida por uma vizinha, enquanto o pai e a esposa abandonaram o imóvel.

O pai Daniel Luvunga, actualmente com problemas de saúde e a viver em casa de um familiar, também não recebeu casa no Zango, embora seja um dos mais antigos moradores do edifício, além de ter integrado a comissão que participou nas negociações com a Administração do Distrito Urbano da Ingombota, que culminaram com a entrega de moradias no Zango IV.

"Reparti uma casa com o meu pai durante 14 anos", conta Constância Luvunga, que disse ter abandonado a moradia por ter ficado inabitável. "O nosso espaço continuou inabitável", prossegue a senhora, que admite ter sido afastada do processo de realojamento por má-fé. Segundo ela, é do conhecimento dos técnicos que estiveram à frente do processo de realojamento que é herdeira de um apartamento no antigo edifício do Baleizão.

Constância Luvunga revelou ter recebido garantias de um membro ligado ao processo que o seu problema tinha solução. "Já no Zango, pedi explicações ao engenheiro e ele não sabia o que me dizer. As colegas ficaram a gritar com ele quando se aperceberam da minha situação", descreveu a senhora, que disse não saber para onde ir.

Famílias descontentes

As irmãs Lima, uma de 56 anos e outra de 46, são obrigadas a repartir a mesma moradia por terem vivido debaixo do mesmo tecto, no Baleizão, um

argumento invocado pela Administração do Distrito Urbano da Ingombota e reprovado por ambas.

Cada uma das irmãs tem a sua própria mobília e não cabe na casa que receberam por ser pequena, razão pela qual alguns haveres permanecem na rua. Isabel Lima e Paula Lima estão insatisfeitas porque acham que mereciam receber duas moradias. "A nossa casa era grande, foi dividida em vários compartimentos", contou Isabel Lima, confirmando que a sala era o único espaço partilhado, porque "as nossas famílias são numerosas."

Adelina Madureira, outra moradora, afirmou que foi "praticamente obrigada a assinar um documento de transferência e, com isso, aceitar que o meu filho, que vive em regime de união de facto, e um outro vivessem comigo na moradia que recebi no Zango IV".

No total, vivem na mesma moradia oito pessoas, entre quais uma irmã de Adelina Madureira, duas sobrinhas e um neto.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Transformar resíduos orgânicos em energia

Jornal Expansão

1 De Fevereiro de 2019

Texto: Angelina Davydova

ALEXANDER Smotrisky, um cientista de 35 anos de Ecaterimburgo, na região de Ural, costumava passar regularmente em frente a uma quinta avícola e sentia repugnância pelo cheiro.

Essa experiência desagradável inspirou-o a desenvolver um sistema de reciclagem que transformaria, de forma barata, os resíduos orgânicos em biogás potencialmente lucrativo.

De acordo com o relatório Renewables 2018, da Agência Internacional de Energia, a bioenergia moderna liderará o crescimento de todas as energias renováveis até 2023. Na Rússia, o potencial é vasto. Em 2010, quase 90% do investimento total do país em energias renováveis foi direccionado para a bioenergia, principalmente equipamentos estrangeiros para projectos de biogás em terras agrícolas. Mas a crise económica local e a desvalorização da moeda tornaram o equipamento de biogás estrangeiro muito caro para a maioria dos consumidores russos, enfraquecendo o sector. O gás natural ainda desempenha um importante papel energético. O biogás, no entanto, é uma fonte de energia renovável.

"O seu uso reduz as emissões de gases de efeito estufa, porque impede a queima de gás natural ou carvão. Ele só liberta CO₂ que havia sido absorvido pelas plantas durante o seu crescimento, sem perturbar o balanço de carbono na atmosfera. Também ajuda a resolver o problema dos resíduos e, ao fazê-lo, evita emissões em grandes quantidades de metano dos aterros sanitários", afirma Alexey Kokorin, chefe do programa climático e energético do World Wide Fund for Nature (INWF) da Rússia.

Smotrisky, que estudou termofísica experimental na Academia Russa de Ciências, na região dos Urais, e seu pai Andrey, engenheiro que patenteou várias invenções em ciências médicas e veterinárias, fundou a empresa Bioenergy LLC, em 2014. Eles construíram um módulo de pré-tratamento de substracto chamado WiseSoil, que se liga a uma unidade de biogás e prepara o lixo para ser transformado em bioenergia, desmembrando-o em partes menores. (O conceito é semelhante à forma como os dentes trituram os alimentos antes de serem

digeridos) "Reduzimos o custo da unidade de biogás para os nossos clientes", diz o Smotrisky mais jovem, explicando que o módulo permite que os clientes comprem unidades de biogás menores e mais baratas e, ainda assim, processem a mesma quantidade de resíduos, conseguindo os mesmos - ou até melhores - resultados.

A startup foi originalmente financiada com um empréstimo equivalente a 260 mil USD da Russian Venture Company (RVC), um fundo e instituto de desenvolvimento de inovações do governo. Mais tarde, o projecto obteve uma micro-subvenção da Fundação Skolkovo. O seu modelo de negócios, agora, depende da venda dos módulos e das licenças de tecnologia da WiseSoil. Mas os lucros ainda estão por vir para a equipa de oito pessoas por trás da WiseSoil. "Alcançamos o equilíbrio, mas reinvestimos os lucros em desenvolvimento de produtos e P&D constantes", diz Smotrisky, observando que a receita da empresa em 2018 deve atingir 180 mil USD.

Por enquanto, a Bioenergy LLC está sediada em Ecaterimburgo. Mas, como a maioria dos seus clientes está fora da Rússia - no Reino Unido, Suíça, Alemanha, Croácia, Coreia do Sul e Cazaquistão -, a empresa tem distribuidores na Coreia do Sul, representantes nos EUA e na República Tcheca e está a estabelecer uma subsidiária na Lituânia.

A Bioenergy LLC planeia transferir algumas das suas linhas de montagem para a União Europeia, a fim de expandir a sua presença no mercado europeu e atrair investimentos de fundos de capital de risco europeus. "Na Rússia, não há mercado para as nossas soluções. A indústria do biogás está a desenvolver-se muito devagar e há poucas empresas a produzir unidades de biogás para resíduos agrícolas", diz Smotrisky.

De acordo com o sistema de geo-informação Fontes de Energia Renováveis da Rússia, o país gera mais de 600 milhões de toneladas de resíduos orgânicos por ano, dos quais 150 milhões são provenientes do sector pecuário. Ivan Yegorov, um dos fundadores da empresa de consultoria russo-norueguesa Nordic EcoBusiness Centre, especializada em análise de investimentos em desenvolvimento e energia sustentáveis, diz que a produção de 1 kg de carne suína gera, pelo menos, 40 toneladas de resíduos líquidos, criando sérios desafios ambientais para os recursos hídricos e do solo.

A tecnologia da WiseSoil também poderia ser usada para tratar o lixo orgânico doméstico, o que equivale a 20% de todo o lixo doméstico na Rússia, diz Vladimir Chuprov, chefe da unidade de energia da Greenpeace Rússia, podendo ser particularmente útil nas grandes cidades.

Igor Shkradyuk, do Centro de Conservação da Biodiversidade de Moscovo, concorda, observando que os moscovitas estão insatisfeitos com aterros de resíduos orgânicos.

"Na Rússia, a maioria dos produtores de resíduos industriais prefere pagar multa pelo tratamento dos seus resíduos de forma tradicional, ao invés de uma abordagem sustentável, porque a maioria das soluções tecnológicas não é economicamente viável. Esperamos mudar isso e permitir que as empresas transformem os seus resíduos em renda", diz Smotrisky.

8.2 Luanda “regada” ontem

Jornal de Angola

2 De Fevereiro de 2019

Texto: Pereira Dinis

Ontem, dia em que o governador da província de Luanda alertou para uma possível ocorrência "de fortes enxurradas", numa altura em que "não estamos prevenidos", choveu em Luanda, provinda sempre vulnerável à chuva que provoca, todos os anos, um rasto de destruição.

Ficou provado, mais uma vez, não estar a província de Luanda preparada para receber água da chuva, desde o casco urbano à periferia.

As ruas ficaram alagadas algumas até submersas, e casas inundadas nos bairros onde a chuva caiu ao princípio da tarde, uma previsão acertada pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Em Viana, por exemplo, carros ficaram atolados, devido à quantidade de água que teimava em permanecer no 'mesmo lugar, por falta de desassoreamento das valetas e mulheres e crianças eram vistas a retirar água da chuva dos quintais. Alguns armazéns de venda a grosso não foram poupados.

A água da chuva penetrou, sem avisar razão pela qual os lojistas afectados estavam certamente a fazer contas à vida, devido à probabilidade de haver prejuízos com a deterioração de alguns produtos que não são resistentes à água. "Não tenho nada a dizer porque a chuva é obra da natureza ", disse um cidadão da Guiné Equatorial, responsável por um dos armazéns manifestando visivelmente o seu conformismo.

Um riacho improvisado com a água da chuva foi criado em volta de uma paróquia da Igreja Católica,

em Viana, cenário também registado nas imediações do Mercado Municipal de Viana.

A circulação automóvel era feita com muita lentidão. Alguns canos registaram avaria, por terem "bebido" muita água da chuva. Na sua inocência, crianças brincavam na água da chuva, sem saber dos riscos para a saúde, Até na Via Expressa havia água parada.

Os mais cautelosos optavam por uma condução defensiva, um gesto que não entra na mente de alguns taxistas que ontem, ignoraram a precaução que se deve ter quando a condução é feita sobre pavimento escorregadio.

Não foi fácil regressar a casa de transportes públicos. Muitas paragens ficaram apinhadas de passageiros, para alegria dos taxistas que adoram encurtar as rotas nos dias de maior procura pelo serviço de táxi.

Ontem foi um desses dias. A chuva não esmoreceu os moto-taxistas que, embora não estivessem protegidos com capa de chuva, trabalhavam com alegria redobrada, num dia em que o aumento da facturação estava garantido muito antes do fim da jornada laboral.

Procurado pelo Jornal de Angola, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros ainda não tinha um balanço, até à hora do fecho desta edição do resultado da chuva de ontem e prometeu distribuir hoje um documento, com todas ocorrências registadas, à comunicação social.

Sérgio Luther Rescova, numa visita ao Depósito Provincial de Medicamentos, chamou a atenção aos responsáveis para a necessidade de distribuição, com urgência de mosquiteiros, numa altura em que o número de casos de malária aumenta vertiginosamente.

Recentemente. Sérgio Rescova visitou, nos municípios do Cazenga, Cacucaco e Kilamba Kiaxi, algumas valas de drenagem, tendo recomendado o desassoreamento daquelas Infra-estruturas que não recebem esse tipo de trabalho há já algum tempo.

8.3 Abastecimento de água no Kilamba é deficiente

Jornal de Angola

5 De Fevereiro de 2019

A distribuição de água potável a vários quarteirões da Cidade do Kilamba e a blocos do KK5000, município de Belas, em Luanda, está a ser feita com restrições desde o primeiro dia de Fevereiro na sequência do

rompimento da linha de média tensão que alimenta a Estação de Bombagem do Bita.

Num comunicado, a Empresa Pública de Águas (EPAL) explica que o rompimento da linha, ocorrido por volta das 10 horas, deve-se à chuva que caiu em Luanda no dia um deste mês.

Devido à situação climática no momento, não foi possível à EPAL enviar uma equipa técnica ao local, o que veio a acontecer no dia seguinte.

O comunicado acentua que, por causa do rompimento da linha de média tensão, as estações de Bombagem do Bita e de Tratamento de Água do Kilamba estão a trabalhar com grupos de bombagem reduzidos, daí a razão da redução dos volumes de água produzidos.

A EPAL promete, no documento, repor o normal funcionamento de água potável o mais breve possível.

8.4 Abastecimento já está normalizado

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2019

O fornecimento normal de água potável aos quarteirões da Centralidade do Kilamba e a blocos da centralidade do KK 5.000 está restabelecido desde terça-feira, informou, em comunicado, a Empresa Pública de Águas (EPAL).

A reposição do fornecimento normal é resultante da superação da avaria eléctrica registada na linha de média tensão que alimenta a estação de bombagem do Bita Tanque.

No documento, a empresa pública de distribuição de água pede a compreensão pelos transtornos causados e reafirma o compromisso de continuar a trabalhar para melhor servir o cidadão.

8.5 Devido a subida dos preços Austeridade poderá causar tensões sociais em Angola

Jornal Visão
8 De Fevereiro de 2019

“Provavelmente vamos enfrentar tensões, mas ao fim de dois anos vamos ver os benefícios”, garantiu a governante, em resposta à audiência após uma palestra no Instituto Real de Relações Internacionais Chatham House, em Londres.

Vera Daves falava das medidas previstas pelo governo para cortar na despesa com o objectivo de reduzir o défice e equilibrar as contas públicas, como a eliminação de subsídios nos combustíveis, electricidade, água e transportes públicos.

Dentro de um ano, admitiu, as pessoas “provavelmente não estarão felizes, provavelmente porque vai mudar a forma como vivemos e vai ser um grande desafio”: A falta de cultura do pagamento dos serviços é comum, comentou, ilustrando com um episódio pessoal recente, quando se apercebeu que estavam por pagar vários meses da conta da água.

“Devemos ser mais exigentes na forma como as empresas são geridas, mas também temos de pagar pelos serviços”, vincou.

Apesar de estas medidas serem mencionadas no plano de ajuda financeira negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro, a secretária de Estado garante que já faziam parte dos planos de desenvolvimento nacional e macroeconómico do governo.

Vera Daves disse ser importante “proteger o sector social, como a educação, saúde” e mudar o modelo de assistência social, passando de subsídios indirectos a directos para assim ajudar pessoas com necessidades específicas. “A principal preocupação deve ser o impacto destas medidas na população e encontrar formas de mitigar este impacto”, acrescentou.

Na proposta de Orçamento para 2019, o Governo reviu em alta a estimativa para o défice público, projectando um excedente de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 e 1,5% do PIB em 2019. Estes números representam uma inversão após quatro anos consecutivos de défice, de 5,3% em 2017, de 7% em 2016 de 3,3% em 2015 e de 6,6% em 2014, quando se iniciou a crise das receitas petrolíferas.

8.6 GPL realiza limpeza nas valas de drenagem

Jornal de Angola
10 De Fevereiro de 2019
Texto: César André

Os trabalhos de limpeza das valas de drenagem das águas pluviais e residuais, iniciado há 15 dias, numa operação conjunta entre o Governo Provincial de Luanda e as administrações municipais, com vista a atenuar as consequências das chuvas, decorrem a

bom ritmo e já há sinais de melhorias, ao contrário do passado.

Para avaliar o trabalho de limpeza que está a ser desenvolvida, um grupo técnico encabeçado pelo vice-presidente para a Área Técnica da Comissão Administrativa da Cidade Luanda, Josina Martins, visitou ontem alguns pontos críticos das valas do Soroça, Cariango, no Cazenga, e o da Avenida Olímpio Makuéria, no bairro Neves Bendinha.

Os trabalhos de manutenção consistem na limpeza das Valas de drenagem, colectores, valetas, sarjetas, reperfilamento das lagoas de retenção e a sensibilização das comunidades sobre o perigo de construir em zonas de risco.

Além das zonas a cima mencionadas, a equipa técnica do Governo Provincial visitou igualmente as valas de drenagem do Zango Zero e do Zango Dois, no município de Viana. O vice-presidente para a Área Técnica da Comissão Administrativa da Cidade Luanda, Josina Martins, disse à imprensa que neste momento os trabalhos de limpeza decorrem a bom ritmo e sem quaisquer sobressaltos. A ideia, segundo a responsável, é evitar que surjam inundações nas valas de drenagem durante o período chuvoso, daí ter aconselhado a população a não depositar resíduos sólidos nas valas de drenagem.

Na zona do Porto Pesqueiro e na dos Pescadores, as populações continuam a depositar o lixo nas valas de drenagem por inexistência de contentores de lixo. Sobre o assunto, a vice-presidente da Comissão Administração da Cidade de Luanda informou que uma equipa técnica do GPL está a trabalhar na sensibilização dos moradores na mudança de comportamento.

8.7 Falta de água no mercado deixa vendedoras irritadas

Jornal de Angola

11 De Fevereiro de 2019

Texto: Augusto Panzo

A falta de água corrente e a existência de apenas uma casa de banho no Mercado Municipal de Cacucaco, em Luanda, está a deixar irritadas muitas vendedoras, sobretudo as que se dedicam ao comércio de comida e de bebida, por estar a dificultar o seu trabalho diário, apurou o Jornal de Angola.

As vendedoras contaram que como alternativa têm recorrido à água que jorra numa mangueira proveniente de uma casa de banho da administração

do mercado, pagando 50 kwanzas por cada bidão de 20 litros.

"O mais grave é que não sabemos se a água que sai nessa mangueira é mesmo potável", acentuou uma delas.

Quando o líquido falha neste canal, as vendedoras são obrigadas, na maioria das vezes, a recorrer a jovens que cobram 500 kwanzas para fornecer o líquido.

A vendedora Maria Imaculada Tael, mais conhecida por "Tia Chinha", disse que uma outra situação com a qual se debatem tem a ver com a existência de uma única casa de banho no mercado.

No entender da vendedora, uma casa de banho não é suficiente, a julgar pelo número de vendedores que ali desenvolve actividade comercial. Tia Chinha contou que para fazerem uso da mesma, cujas condições higiénicas deixam a desejar, têm de pagar 50 kwanzas.

Elas também reclamam do preço que pagam para o consumo de energia. Para as quitandeiras, mil kwanzas é um valor muito alto. "A administração devia rever isso porque nem sempre temos este dinheiro", protestou uma delas.

Saturadas com a situação, as vendedoras pedem à Administração do Mercado Municipal de Cacucaco que encontre uma solução para esses problemas, porque, segundo elas, já levam muito tempo. O mesmo problema é verificado no mercado do Club Mamíl, situado à beira-mar da Vila de Cacucaco. Aqui, segundo as vendedoras que se dedicam apenas à venda de comida, também não há água corrente. As vezes, quando não conseguem comprar o líquido, usam mesmo a água do mar para colocar na sanita.

Administração reconhece problema Contactada pelo Jornal de Angola, a administradora do Mercado Municipal de Cacucaco, Nérika Ferraz, admitiu a existência dos problemas levantados pelas vendedoras, tendo argumentado que a falta de água corrente deve-se a um trabalho que a Empresa de Água de Luanda (EPAL) está a levar a cabo em toda a Vila do município.

Nérika Ferraz disse que o referido trabalho consiste na troca da conduta antiga por uma nova. Depois de terminar essa empreitada, prosseguiu, a EPAL vai chegar ao mercado para colocar torneiras em cada sector da praça e não em cada barraca, como defendem as utentes, devido a factores financeiros.

Em relação à existência de apenas uma casa de banho no mercado, Nérika Ferraz disse que não se construiu mais, porque quando se projectou o antigo mercado,

as barracas não existiam, razão pela qual não se deixou espaço para construção de casas de banho para cada uma delas, conforme pedem as vendedoras.

8.8 Acesso à água potável ainda é deficitário no Huambo

Jornal de Economia e Finanças
15 De Fevereiro de 2019

O acesso à água potável na província do Huambo ainda é difícil, principalmente nas zonas rurais, uma situação que obriga muitos cidadãos a percorrer longas distâncias.

O facto foi assumido na passada terça-feira, nesta região do país, pelo director local do gabinete de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Francisco Neto, na abertura do seminário de formação dos técnicos das administrações e comunitários,

Explicou que o difícil acesso à água potável está na base de doenças diarreicas agudas, febre tifóide, cólera e outras patologias, o que exige uma intervenção urgente das autoridades para inverter esta situação.

Anunciou que o governo da província do Huambo esta trabalhar na recuperação dos sistemas de abastecimento de água potável, na instalação de novos centros de distribuição e pontos de captação nas localidades com mais necessidades.

O director do gabinete de Infra-estruturas e Serviços Técnicos reconheceu o papel da Development Workshop (DW), organização não-governamental canadiana, que tem implementado, nesta província, diversos projectos de abastecimento de água potável à população.

Afirmou que o modelo de gestão comunitária desenvolvido por esta organização constitui uma ferramenta que visa apoiar os técnicos das diferentes instituições ligadas ao abastecimento de água, para o garante da sustentabilidade dos mesmos com a componente saneamento total, liderado pelas comunidades.

A DW está presente na província do Huambo desde 1997, já construiu 1.370 pontos de água nos 11 municípios, para beneficiar aproximadamente 1.40 mil famílias, sobretudo residentes em zonas com difícil acesso à água.

8.9 Epal quer atingir um milhão de clientes cadastrados em 2020

Jornal Economia e Finanças
15 De Fevereiro de 2019
Texto: Adérito Veloso

Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) está a desenvolver um conjunto de acções que visam melhorar o abastecimento do "precioso líquido" aos cidadãos e firmas de Luanda.

Segundo o seu plano estratégico que começou a ser implementado em 2016 e que vai até 2020, a que o TE teve acesso, o destaque recai para o aumento de clientes, facturação e cobrança, sendo que a intenção é atingir a cifra de 1 milhão de clientes cadastrados.

Para o êxito deste objectivo, a empresa pública está empenhada na implementação do projecto das 700 mil ligações domiciliárias, que poderá contribuir para um crescimento acelerado.

Linhas de actuação

A fonte sustenta que o maior desafio da Epal é o de melhorar a "performance" na cobrança, daí que está a se preparar a nível tecnológico, para fazer face à demanda no período 2018-2020.

"Este será o principal foco de intervenção da área comercial, que vai orientar as suas equipas numa lógica de afectação de clientes pelos gestores de clientes, garantindo uma avaliação do desempenho de cobranças por cada colaborador da área comercial", sublinha o plano estratégico da empresa.

Estão a ser abertas novas agências comerciais, além de novos serviços de cobrança bancarizada, em articulação com a implementação do serviço de atendimento ao público, permitindo desta forma a melhoria do desempenho de cobrança que se espera sair de cerca de 40 por cento para 80 em 2020. No quadro da estratégia, a Epal está a implementar grandes projectos de infra-estruturas, como por exemplo, na Estação de Tratamento de Águas do Bita e a do Quilonga.

Depois de concluídos, estes empreendimentos vão ajudar na melhoria da qualidade da água distribuída, reforço "exponencial" da capacidade de tratamento e distribuição de água.

Com este desiderato, sustenta a fonte, a empresa poderá da resposta" às expectativas de melhoria das condições de vida das populações e às necessidades de desenvolvimento económico do país".

Consta ainda dos desafios da empresa pública, a continuação da capacitação permanente dos recursos humanos, através da implementação de um programa formativo adequado à função de cada trabalhador.

Atenção especial também será dada no aprofundamento das soluções em tecnologia de informação, ao serviço de todas as áreas operacionais, logística e de gestão da empresa pública. Será igualmente melhorada a capacidade de aprovisionamento da firma, com destaque para a construção de armazéns para matérias subsidiárias e depósito de reagentes.

Serviços e crescimento Actualmente, a firma que actua em toda a extensão da província de Luanda, onde até Maio de 2017 tinha cerca de 455.571 clientes.

A empresa pública conta com 14 agências comerciais, três sub-agências e 13 postos de cobrança. Tem uma rede de distribuição de 9.216 quilómetros, capacidade de 380-487 metros cúbicos por dia de água tratada, 14 ETAs e 26 centros de distribuição. A Epal tem ainda três áreas operacionais e 1.802 trabalhadores.

8.10 Abastecimento de água reforçado na Lunda-Norte

Jornal de Angola

19 De Fevereiro de 2019

Texto: Isidoro Samutula

Os municípios do Chitato, Cuilo e Lubalo vão contar, até ao final do ano em curso, com mais sistemas de abastecimento de água, disse, no Dundo, o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Água e Saneamento da província da Lunda-Norte.

André Camilo, que falava na cerimónia da tomada de posse dos chefes de departamento e secções da empresa, disse que as obras estão em fase muito avançada e ainda este ano os sistemas entram em funcionamento, para garantir o fornecimento de água potável às populações.

No município do Chitato, acrescentou, o projecto vai fornecer água potável à vila do Chitato e aos bairros 4 de Abril e Camatundo.

O sistema contempla 1.238 ligações domiciliárias, além de 24 chafarizes, já construídos nos referidos bairros. Tem os reservatórios praticamente

concluídos, um de 400 metros cúbicos na zona do Napaulo, no bairro Camatundo, que conta com duas electrobombas para bombear água para o reservatório elevado, no bairro 4 de Abril, com 250 metros cúbicos, onde vai ser feita a distribuição por gravidade para a vila do Chitato, Bairro 4 de Abril e Camatundo, fazendo um sentido inverso da tubagem. O sistema vai ser alimentado pela captação de Luachimo e Mussungue.

André Camilo disse que estão ainda em curso as obras dos sistemas de abastecimento de água dos municípios de Lucapa e Cambulo, na vila mineira do Nzagi.

O sistema do Lucapa tem capacidade para 350 metros cúbicos por hora, conta com três electrobombas, sendo duas a funcionar e outra na reserva. O sistema do Nzagi, cuja parte alta que comporta a captação, o centro de distribuição e a conduta adutora se encontra concluído, faltando apenas a reabilitação da rede de distribuição pela empresa Romagest, a quem foi adjudicada a obra, que brevemente arranca com a empreitada, tem capacidade para 208 metros cúbicos por hora. Também vai funcionar com três electrobombas.

Com a entrada em funcionamento dos dois sistemas, previstos também para este ano, disse, vai ser resolvido o problema de abastecimento de água na vila do Lucapa e Nzagi, onde a população enfrenta, há muitos anos, muitas dificuldades para conseguir água, recorrendo aos rios ou a carros-cisternas. André Camilo afirmou que actualmente o abastecimento de água potável à cidade do Dundo é regular e está assegurado pelo sistema de água do Mussungue, que fornece água ao Distrito Urbano do Dundo, e o sistema de água da nova centralidade, que garante o abastecimento apenas à centralidade do Mussungue.

André Camilo apontou a falta de pagamento de água por parte de muitos consumidores como o único problema que a Empresa de Água e Saneamento da província da Lunda-Norte regista na cidade do Dundo.

Na tomada de posse, André Camilo pediu responsabilidade aos novos responsáveis, tendo em conta as novas exigências do país, de modo a prestar melhores serviços à população. André Camilo disse que a água é um bem precioso que não pode faltar à população e por esta razão deve haver maior dedicação dos responsáveis e das respectivas equipas técnicas para garantir regularmente o fornecimento aos consumidores. André Camilo reconheceu que não é uma tarefa fácil, tendo em conta os custos de produção e tratamento de água, para que chegue em boa qualidade aos consumidores.

8.11 Cetac preocupado com degradação das nascentes

Jornal Economia e Finanças
22 De Fevereiro de 2019

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) vai, este ano, estudar o problema que afecta cada uma das nascentes do planalto central, para aplicação da medida de requalificação adequada.

O facto foi manifestado na passada segunda-feira, à Angop, pelo director do Cetac, Joaquim Lauriano, informando que em função do estado de degradação da maioria das nascentes locais, segundo estudos feitos há 100 importantes locais do género, daí a necessidade de se estudar e propor medidas que ajudem a inverter a situação actual, trabalho a ser realizado por cinco técnicos ambientais.

Lembrou que a maioria das nascentes da província do Huambo, essencialmente, as localizadas nas zonas povoadas, sofrem acções de poluição, desflorestação, construção sobre elas, exploração de inertes e prática de agricultura, entre outras acções, que impedem o seu objecto natural de concentração das águas, surgimento e reabastecimentos dos rios.

Para contrapor a situação, serão aplicadas medidas de reflorestação, obras de engenharia para concentrar as águas, protecção das zonas de recargas, limpeza dos resíduos sólidos, entre outras, de acordo com a especificidade do problema que cada uma apresenta.

Deu a conhecer igualmente que está em curso um projecto ligado a identificação e selecção de plantas resistentes a seca, na região do Cunene.

8.12 Aterro sanitário transformado em sala de espectáculos

Jornal A República
22 De Fevereiro de 2019
Texto: Mafuta Malanda

Aterro sanitário é um local destinado à decomposição final de resíduos sólidos gerados pela actividade humana. Nele são dispostos resíduos domésticos, comerciais, da indústria de construção e também resíduos sólidos retirados de esgotos. O governo angolano criou vários aterros espalhados um pouco pelas periferias do país.

No distrito urbano do Kima-Kieza, município do Cazenga, foram instalados três aterros sanitários que funcionaram durante um período não superior a

quatro anos. O aterro instalado no campo da poeira, um campo de futebol, onde os jovens do município praticavam desporto transformou-se em salão de espectáculos e festas.

Todos os fins-de-semana, aquele aterro acolhe espectáculos de música de vários estilos, com maior destaque para o kuduro. Os moradores mostram-se indignados com a situação, pois não têm espaço para depositar o lixo que se produz no bairro, porque nem contentores existem, e as operadoras deixaram de recolher o lixo, facto que deixa o bairro sem saneamento básico, quando os moradores pagam pelo saneamento. Já os outros dois aterros foram transformados em parques de estacionamento, pelo que é visível o estacionamento de carcaças e sucatas.

8.13 O fornecimento de água potável

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2019

A sociedade testemunha hoje, mais do que nunca, muita conversa, debates e inclusive greves envolvendo o pessoal do sector da Saúde, realidade que anima e comprova o novo ciclo do país. Apenas dando a oportunidade às pessoas, associadas ou não em classes profissionais ou sindicais, é que vai ser possível saber o que pensam, o que têm a propor para a melhoria da vida em sociedade. E relativamente à saúde, ao lado de todos os esforços para melhorar este importante sector, está um outro: que deve ser resolvido com alguma urgência. Trata-se de um importante aliado, a água potável que, nos últimos tempos, tem faltado com a regularidade, o que exigiria da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) uma explicação. É normal que a empresa de águas enfrente dificuldades no asseguramento de um serviço regular e eficiente de fornecimento em quantidade e qualidade, a todos os consumidores. Mas não faz sentido que às famílias não sejam dados esclarecimentos sobre o que se está a passar com a falta recorrente de água nos bairros de Luanda.

Um pouco por toda a cidade de Luanda, inclusive em bairros com canalização de água, vêem-se, cada vez mais, dezenas de pessoas a percorrerem longas distâncias para acarretar o líquido precioso. É perturbador ter torneiras que não jorram e, em algumas circunstâncias, vertem o líquido precioso aleatoriamente e que estas situações sejam encaradas com absoluta normalidade pela EPAL. Há problemas de produção, de falta de pessoal, de meios ou há, da parte da Empresa Pública de Águas de Luanda, o propósito de fornecer um serviço deficiente e completamente reprovável?

Vai ser muito difícil proporcionar garantias de saúde se não formos capazes de fazer do fornecimento de água, em qualidade e quantidade, um processo diário e normal em todos os bairros de Luanda.

Falamos dos bairros de Luanda porque se trata do espaço territorial angolano com maior densidade populacional, embora, na verdade, esta situação, a da falta recorrente de água e sem esclarecimentos, ocorra um pouco por todo o país. As instituições do Estado deverão, eventualmente, encarar a possibilidade de estudos que permitam avaliar uma possível abertura no mercado do fornecimento de água e permitir a entrada de entes privados.

Urge viabilizar a entrada em funcionamento de outras empresas de fornecimento de água porque, por exemplo, para a região de Luanda, com os cerca de oito milhões de consumidores, provavelmente a EPAL não consiga "dar conta do recado" sozinha. Esta realidade, a da falta regular de água, está a ter um forte impacto na prevalência da maior parte das doenças que são completamente evitáveis. A EPAL que venha a público esclarecer estes casos recorrentes de falta de água, de fornecimento irregular e da eventual necessidade de deixar de ter o monopólio deste serviço.

8.14 Senhor Ministro, Cadê os resultados do "projecto água para todos?"

Jornal A República
22 De Fevereiro de 2019

O tema ora sugerido tem sido bastante propalado, particularmente em diferentes estratos da sociedade angolana, visto que o direito à água está consagrado na Carta dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas nos anos 50, visando dar resposta a esta necessidade capital, no que toca ao funcionamento do organismo humano.

Desta feita, o Jornal A REPÚBLICA questiona a Sua Excelência Senhor ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges o seguinte: Cadê OS RESULTADOS DO "PROJECTO ÁGUA PARA TODOS?", pois ao longo dos anos, muitos cidadãos do nosso país têm vindo a contestar a carência de água potável, que se verifica em vários bairros e municípios que abrangem o nosso país, que, na falta do precioso líquido, são forçados a consumir água imprópria, assim como ocorre com alguns cidadãos residentes no Bairro Panguila, província do Bengo. Este facto tem levado muitos cidadãos a afirmar à imprensa que o referido Projecto é um autêntico fracasso, porque ao longo desses anos não se faz sentir a nível nacional.

No entanto, Filipe Arnaldo, cidadão residente no município do Cazenga, a propósito desta situação, disse o seguinte: "o sector da Energia e Águas, em 2017, teve duas etapas, antes das eleições que se realizaram no país em Agosto de 2017, as falhas eram constantes, entretanto, em vésperas das eleições raramente a energia eléctrica falhava.

Contudo, após a realização das eleições voltamos a ter falhas de energia e cada vez foram crescendo mais ainda".

A questão da água é outro problema que já se arrasta por muitos anos, mas o actual ministro da Energia e Águas, Sua Excelência João Baptista Borges, havia salientado em 2016, à imprensa nacional, que a situação seria resolvida a breve trecho, mas que a situação da água potável continua em banho-maria, isto é, o sector da Energia e Águas continua a registar vários fracassos, de entre os quais a falta de uma política clarividente, que dê resposta às necessidades das populações no domínio da energia e água".

Já no ano transacto, a imprensa nacional adiantou que noventa e cinco por cento (95%) da população da província do Moxico está impossibilitada de ter acesso a água potável, fornecida ao domicílio, através do sistema de distribuição da Direcção Provincial da Energia e Águas.

O facto foi avançado naquele mesmo ano, pelo seu director provincial do sector, Celestino João, por ocasião do Dia Mundial da água que se assinalou a 22 de Março de 2018, tendo informado que cerca de sete mil ligações domiciliárias foram concretizadas, no âmbito da implementação da primeira fase do programa de desenvolvimento institucional para o sector da água na cidade do Luena.

As estatísticas da província do Moxico apontam para números crescentes nas necessidades do consumo de água potável, o que obriga o Executivo a continuar na melhor ia do atendimento à demanda que se regista nas zonas urbanas e rurais.

Em Angola, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, numa nota a propósito do Dia Mundial da Água, celebrado a 22 de Março do ano passado, quase metade dos agregados familiares não tem acesso à fontes de água apropriada para beber, De lembrar que o Conselho de Ministros do então Governo, sob liderança de José Eduardo dos Santos, reunido em Luanda, em Junho de 2007, havia aprovado os objectivos e linhas gerais do Programa Água para Todos, que visa aumentar a oferta de água tratada aos municípios e comunas, no âmbito da melhoria da qualidade de vida da população.

Aprovado na 6.^a sessão ordinária do órgão colegial do Governo, o programa prevê a reabilitação e expansão de poços de água, de cisternas de colecta e armazenagem, de instalações de saneamento do meio rural, da capacidade de manutenção e distribuição de água potável às instalações escolares, hospitalares, centros e postos de saúde.

Orientado pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros criou uma comissão, coordenada pelo antigo ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, que iria a apresentar no prazo de 30 dias o plano de acção do referido programa ao Chefe do Governo.

Fizeram parte da comissão para a elaboração do Plano -de Acção, os ministros da Indústria, Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde e da Administração do Território, representantes dos governos provinciais e das administrações municipais, que deviam envolver as comunidades locais. De acordo com Botelho de Vasconcelos, havia uma preocupação na atenção prestada às comunidades rurais, com unas e aldeias, uma vez que os programas actuais têm sido dirigidos fundamentalmente para as áreas urbanas e periurbanas.

Trata-se de um programa importante, porque irá beneficiar as populações destas áreas, e será desenvolvido com a utilização de tecnologias simples, sobretudo, pequenos sistemas convencionais e outras fontes de energia, para fazer funcionar os equipamentos, explicou na época.

8.15 Cidade e zonas periféricas registam amontoados de lixo

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Carlos Paulino

Amontoados de lixo e capim alto verificam-se, desde algum tempo, em várias artérias de Menongue e em bairros periféricos, devido a paralisação dos trabalhos dos agentes contratados para a limpeza da cidade, alegadamente por falta de pagamento.

Para inverter o actual quadro o vice-governador do Cuando Cubango para os serviços Técnicos e Infra-estruturas, Bento Xavier, reuniu-se com directores de escolas e líderes das organizações juvenis de partidos políticos, entidades religiosas e filantrópicas, para a realização de uma mega campanha de limpeza na urbe.

Bento Xavier disse que a proliferação do lixo na cidade de Menongue pode provocar um surto

epidemiológico, como a malária ou cólera, caso não haja intervenção urgente.

A província está sem dinheiro para pagar as operadoras de recolha de lixo. Portanto, enquanto aguardamos que o Executivo disponibilize as verbas do Orçamento Geral de Estado (OGE) deste ano, temos de resolver, urgentemente esta questão", disse.

A par dos amontoados de lixo, em algumas artérias da cidade, concretamente nos troços rodoviários entre Menongue/Caiundo, Menongue/Bié. Menongue/Cuchi e Menongue/Cuito Cuanavale, o capim está a tirar a visibilidade do panorama destas localidades.

"Temos equipamentos de limpeza e logística para que a campanha possa decorrer sem sobressaltos. Precisamos apenas de pessoas voluntárias", sublinhou, adiantando que além de entidades da sociedade civil, estão mobilizados efectivos do Ministério do Interior e das Forças Armadas.

"Acreditamos que teremos também a participação massiva da população da cidade de Menongue", frisou.

8.16 População de áreas ribeirinhas ainda consome água imprópria

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2019

Texto: Manuela Mateus

A população ribeirinha de Icolo e Bengo, província de Luanda, ainda consome água saída directamente do rio, hábito resultante da falta de fontenários e de distribuição de água potável por camiões-cisternas em várias povoações do município que está a menos de 60 quilómetros da cidade de Luanda, capital angolana.

Os casos de doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria são recorrentes em várias áreas residenciais do município de Icolo e Bengo, constituindo um atentado à saúde pública, alertou a responsável pelo sector da Saúde, Alexandrina Fernandes, que defendeu a instalação de chafarizes ou a distribuição de água potável, em camiões-cisterna, nas zonas ribeirinhas.

"Só assim a população vai deixar de beber água do rio e evitar outras doenças", avisou Alexandrina Fernandes, que informou ser frequente a distribuição de hipoclorito para o tratamento da água e a realização de palestras, nas quais a população é

alertada para a importância de ferver água antes de a beber.

"Nem sempre somos ouvidos" quanto à necessidade de a população ferver a água por causa dos riscos para a saúde pública resultantes da falta de desinfecção", disse. O rio, de onde sai a água para o consumo doméstico, é utilizado também para urinar, defecar e lavar roupa.

Para o trabalho de sensibilização, a direcção municipal da Saúde de Icolo e Bengo trabalha com um grupo de 60 jovens denominados ADECOS - Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário -, cada um dos quais acompanha 50 famílias.

O número de ADECOS é ainda reduzido, reconheceu Alexandrina Fernandes, que disse estarem, apesar de serem poucos, os 60 jovens a transmitir as orientações do Ministério da Saúde sobre o combate às doenças de transmissão hídrica e a necessidade de construção de latrinas e cumprimento das regras de higiene individual e colectiva

A directora municipal da Saúde de Icolo e Bengo garantiu que a tripanossomiase é uma doença que está controlada no município' onde "nunca mais houve notificações de novos casos".

O sucesso registado no combate à tripanossomiase, também conhecida por "doença do sono", deve-se ao reforço da prevenção, por via da instalação de armadilhas para a captura da mosca tsé-tsé, o vector da doença.

As doenças que, na opinião de Alexandrina Fernandes, tiram o sono às autoridades do município são o paludismo, a mais frequente, e a schistosomiase, também conhecida por bilharziose, doença infecciosa crónica, que dá origem à hematuria, presença de sangue na urina de pessoas que utilizam habitualmente os rios, lagos e lagoas.

A schistosomiase, explicou a responsável, é uma doença causada pelas larvas dos caracóis, chamadas corneas, que ficam nas margens dos rios, lagos e lagoas.

"A doença é difícil de ser estancada, por haver pessoas no Icolo e Bengo que continuam em contacto com água contaminada", lamentou Alexandrina Fernandes, confirmando que, no combate à doença, a direcção da Saúde de Icolo e Bengo tem disparatado a população com "praziquantel".

As autoridades sanitárias têm diagnosticado casos de oncocercose, também conhecida por "cegueira do

rio", cujo combate é feito com base num plano de rastreio de todas as doenças tropicais negligenciadas' entre as quais a tripanossomiase.

A oncocercose é uma doença causada pelo parasita "onchocerca volvulus". A doença é transmitida pela picada do mosquito do género "simulium spp", que pode ser normalmente encontrado na beira dos rios. A principal manifestação clínica da doença é a presença do parasita nos olhos, causando a perda progressiva da visão, razão pela qual é conhecida também por "cegueira dos rios".

8.17 Descarga eléctrica interrompe fornecimento de água potável

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Mais de 25 mil habitantes da vila de Camabatela, município de Ambaca, estão privados de água potável há cerca de uma semana, devido a uma avaria técnica provocada por uma descarga eléctrica no transformador que fornece energia ao sistema de bombagem.

Segundo o administrador municipal de Ambaca, Malundo Catessamo, já foi adquirido um novo transformador de 100 KAV para substituir o avariado, pelo que se aguarda pela chegada de uma grua para os trabalhos de reposição, pois o posto de transformação tem mais de 10 metros.

Em face da avaria, os habitantes locais têm recorrido às cacimbas e lagoas em busca de água para beber e os serviços domésticos. Nestes dias, algumas vezes, aproveitam a água da chuva. O município José António, de 27 anos, disse que, a paralisação do fornecimento de água potável na vila de Camabatela está a criar muitos constrangimentos à população. "Os habitantes de Ambaca estão a consumir água das lagoas", lamentou.

Maria de Almeida, 34 anos, moradora do bairro Azul, disse que não tem outra alternativa senão consumir água da cacimba. "Muita gente está a contrair diarreia e outras doenças por beber água turva", disse.

8.18 Abastecimento de água é reforçado em breve

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2019

Texto: Edson Fonte

Cerca de 15 mil habitantes vão contar com mais água potável, quando terminarem as obras do reservatório do projecto de conduta e abastecimento de água, que interliga a localidade de Capari e Panguila, no Bengo.

"As obras decorrem a bom ritmo e actualmente os técnicos estão a fazer as escavações e a colocarem os tubos PVC, que vão fazer transporte da água", disse o director do projecto, Acácio Francisco, durante uma visita da governadora provincial do Bengo, Mara Quiosa. As obras, iniciada no passado dia 16, apresentam uma execução física na ordem de 14 por cento. Acácio Francisco informou que durante dois meses e meio vão ser construídos 7,2 quilómetros de conduta, de 400 milímetro e após a sua conclusão o centro de distribuição do Panguila vai garantir 1.350 ligações domiciliárias.

Acácio Francisco disse que se dá a fazer e tudo para que o projecto de expansão da rede de distribuição de água abranja toda a extensão do Panguila.

Segundo o director do Gabinete Provincial de Infra-estrutura. Energia e Águas, Edgar Hilário, com o lançamento desta conduta há necessidade de se fazer uma revisão da rede, que se encontra obsoleta. Empresa Pública de Água e saneamento (EPA) do Bengo controla actualmente as Estações de Tratamento de Água (ETA) na Mabuba com capacidade para produzir 90 metro cúbico de água por hora, do Porto Quipiri e da Açucareira, cada uma com capacidade de 50 metros cúbicos por hora.

A Empresa Pública de Água e Saneamento do Bengo controla também o Centro de Distribuição do Capari, com capacidade de cinco mil metros cúbicos por hora, e o Centro de Distribuição do Panguila, sob a alçada da EPAL.

8.19 Financiamento dos serviços de limpeza urbana

Revista Economia e Mercado

Fevereiro de 2019

Texto: José Gualberto Matos.

NUMA RECENTE INTERVENÇÃO PÚBLICA, o Secretário de Estado do Ambiente revelou que a gestão dos resíduos sólidos em Luanda consome por ano mais de 200 milhões de dólares, encargo que o

Governo pretende reduzir com a aplicação de eco taxas aos produtores e importadores de materiais não degradáveis. Esta iniciativa para mais uma taxa do lixo é o mote para uma reflexão sobre o financiamento dos serviços de limpeza urbana.

Através do Decreto Presidencial 106/2016 de 20 de Maio foi aprovado o Plano Provincial de Limpeza Urbana de Luanda, que introduziu a cobrança de uma taxa de limpeza urbana para a cidade de Luanda, comumente chamada de taxa do lixo, para compensar os custos públicos dispendiosos com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos. Por Despacho Presidencial mais recente, datado de 8 de Fevereiro de 2018, foi criada uma Comissão de Trabalho Intersectorial para preparar as condições necessárias para a melhoria do modelo de gestão de resíduos urbanos da Província de Luanda.

A questão central da limpeza das cidades angolanas, e que continua por resolver, tem a ver com o financiamento dos serviços urbanos. A grande reflexão que ainda não foi feita é a de saber se estes serviços devem ser financiados com impostos ou com taxas ou com uma combinação destas duas vias.

A gratuidade de certos serviços públicos pode ocultar uma fiscalidade parasitária, em que uma franja da população beneficia de serviços que são financiados por quem não tem condições de os usufruir e para evitar isso há quem defenda a aplicação do princípio do utilizador-pagador, mediante taxas de utilização. Por exemplo, a disponibilização de auto-estradas e aeroportos, sem custos para o utilizador, contribui para que a franja da população que não pode ter automóvel ou andar de avião financie serviços que beneficiam apenas quem tem melhor nível de vida.

Mas esse não é o caso dos serviços de limpeza urbana. E por isso não me parece apropriado que os serviços de limpeza urbana fiquem sujeitos ao princípio do utilizador-pagador, em primeiro lugar porque isso produz um efeito tendencialmente regressivo, pesando mais sobre quem menos tem. Por outro lado, é necessário ter em conta o impacto na saúde pública. Os serviços de saneamento urbano, e em particular a limpeza urbana, apresentam externalidades positivas importantes. Porque o que não se gasta na limpeza gasta-se nos hospitais. Contudo, é aceitável aplicar o princípio do utilizador-pagador às redes de esgotos porque se trata de uma infra-estrutura limitada a certas partes das cidades, e que se caracteriza por uma ligação física dedicada a cada unidade ou fracção predial. Para abordar a questão de fundo pergunta-se: afinal, para que serve o Imposto Predial Urbano? Não é para financiar os serviços urbanos? O Estado precisa de ter duas

cobranças separadas, uma para o imposto urbano e outra para a taxa de limpeza? E se for avante a ecotaxa, então, serão três sistemas de cobrança. Inconveniência para quem paga, custo a dobrar para o Estado.

Recentemente, o GPL deu nota que a arrecadação mensal da taxa do lixo era de apenas 100 milhões de kwanzas, o que atesta a dificuldade em fazer uma cobrança universal. A cobrança da taxa do lixo foi pensada para ser feita conjuntamente com a factura de energia, mas a opção de fornecer energia em regime de pré-pagamento coarta muito essa modalidade, que pressupõe facturação periódica. Acresce que a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) veio a terreiro dizer que é ilegal a ENDE condicionar o fornecimento de energia eléctrica á apresentação do comprovativo do pagamento da taxa do lixo.

Na minha opinião, havia que focar o esforço na cobrança do Imposto Predial Urbano, que, na verdade, já se desdobra em dois: um na vertente do rendimento; e outro na vertente do património. Cobrar o imposto sobre o património predial ou cobrar a taxa de limpeza exige a mesma base: o cadastro predial. Investir devidamente na actualização do cadastro predial viabiliza o sistema de cobrança deste imposto, que pode aproveitar, sempre que possível, os meios electrónicos que o país já dispõe, seja na organização dos dados, seja na liquidação.

Em vez de ter um imposto e uma taxa, cobrados separadamente, teríamos apenas um imposto progressivo sobre o património predial urbano, que seria destinado a financiar serviços urbanos. É só uma questão de foco e racionalidade.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 “Tendência para o crime está a crescer em Angola”

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2019

Texto: Pereira Dinis

O comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Paulo de Almeida, reconheceu, ontem, em Luanda, “ser crescente a tendência para o crime no país, caracterizada por actos repugnantes, desobediência, desrespeito às leis e às normas de conduta social”.

O comissário-geral Paulo de Almeida, que falava na abertura do programa comemorativo do 43.º aniversário da Polícia Nacional, a assinalar-se no dia 28 de Fevereiro, acentuou que a inversão do quadro é uma necessidade de toda a sociedade.

Paulo de Almeida lembrou que, no sentido preventivo, a actividade da Polícia Nacional é transversal e que a vocação da instituição é garantir a ordem e tranquilidade públicas. “Temos de estar na sociedade e com a sociedade para fazermos um bom combate à criminalidade”, declarou o comandante-geral da Polícia Nacional, que disse ter emergido, há 43 anos, na Angola independente “um novo corpo de Polícia criado para realizar a tarefa de garantia da segurança dos cidadãos, do normal funcionamento das instituições do Estado e, de um modo geral, da paz pública”.

Ao longo da sua existência, acentuou Gaspar de Almeida, a Polícia Nacional adaptou-se à dinâmica social, política e operacional, a fim de corresponder aos desafios. “Traçámos estratégias, que permitiram à Polícia cumprir cabalmente a sua missão de garantir ao cidadão melhor segurança”, salientou Paulo de Almeida.

O comandante-geral da Polícia Nacional disse ser ainda uma realidade o registo de “comportamentos menos dignos por parte de alguns efectivos, que mancham a prestação positiva que a Polícia Nacional tem acumulado ao longo da sua trajectória”.

A Polícia Nacional, de acordo, referiu, estabeleceu linhas orientadoras, no âmbito de uma estratégia de prevenção e correcção de comportamentos ilícitos cometidos por efectivos da corporação.

A estratégia incluiu medidas de sensibilização dos agentes, sargentos, oficiais superiores e subalternos, comandos centrais e provinciais, destinadas sobretudo aos que têm contacto directo e regular com os cidadãos nos piquetes e na actividade de policiamento na via pública.

O comissário-geral da Polícia Nacional assegurou que a corporação tem tomado medidas disciplinares e criminais em relação aos que infringem as normas legais e deontológicas da função policial. Paulo de Almeida revelou que a Polícia estabeleceu, no seu plano de acção para o ano de 2019, objectivos que visam a contínua optimização do funcionamento interno e a melhoria das condições sociais e de trabalho dos efectivos.

Operação Resgate

Sobre a Operação Resgate, em curso há cerca de quatro meses, o comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, disse ser “uma operação da sociedade e para a sociedade e que envolve todos os sectores da vida pública”.

A mais alta patente da Polícia em Angola esclareceu que foi atribuído à Polícia o papel de dirigir a “Operação Resgate”, que visa o resgate dos valores cívicos, éticos e morais, assim como o reforço da autoridade do Estado, da prevenção criminal e do combate à criminalidade e às transgressões administrativas.

9.2 Violência contra mulheres aumentou 19%

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

O número de casos de violência doméstica registados no país aumentou de 795, em 2017, para 948, em 2018, ou seja, 153 pessoas (entre homens, mulheres e crianças) foram vítimas de várias formas de violência num período de um ano, o que corresponde a um aumento de 19%. Os dados constam de um relatório da Direcção de Combate aos Crimes Contra Pessoas, afecta ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), a que o Novo Jornal teve acesso.

Segundo o documento, entre 2017 e 2018 foram registados um total de 1.743 casos em todo o país, sendo a província de Luanda, com 862 casos, a que maior número de ocorrências registou. Seguiram-se as províncias de Benguela (126), Huíla (101), Malanje (89), Huambo (86), Kwanza-Sul (85) e Cabinda (75).

O relatório do SIC dá conta de que no período em análise foram denunciados 40 homicídios voluntários, 926 casos de violência física, 330 de violência sexual, 108 casos de fuga à paternidade, 92 de abandono familiar, 29 de crimes de ocultação de menores e 38 crimes contra patrimónios (habitação) diversos.

"Quanto ao comportamento dos agressores, é violento, e nas causas que propiciam tais actos temos: casos passionais, o desrespeito, prepotência, crises de raiva causadas por fracassos e frustrações; crises mentais, a baixa renda, a crença ao feiticismo, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e ódio", lê-se.

O NJ sabe que oficiosamente os números são muito mais altos, tendo em conta o baixo volume de denúncias. Entretanto, o SIC revela que em 2018, por exemplo, chegaram ao conhecimento das autoridades policiais cerca de 1.250 casos. Destes, 948 resultaram em processo-crime e 802 foram remetidos ao tribunal.

Nesses crimes, de acordo com os dados da Direcção de Combate aos Crimes Contra Pessoas, foram usadas armas de fogo, objectos corto-contundentes e perfurantes. A idade das vítimas vai de O a 68 anos.

Quatro vítimas mortais em três dias

Na semana finda, quatro mulheres foram assassinadas em Luanda pelos próprios companheiros. Os crimes ocorreram nos municípios de Cacucaco, Cazenga, Talatona e Viana. Nos quatro casos, as vítimas sofreram espancamentos. Os presumíveis autores dos crimes já se encontram detidos pelo SIC. Uma das vítimas foi Maria Goreth Semedo, jornalista da Rádio Nacional de Angola (RNA), de 49 anos.

Um outro caso mediático, registado em 2018, foi o assassinato da advogada Carolina Joaquim da Silva, encontrada morta na fossa da sua residência, no zango 3. O autor do homicídio, que chegou a confessar o crime, foi Alívio da Silva, marido da vítima.

9.3 Violência contra mulheres aumentou 19%

Novo Jornal

22 De Fevereiro de 2019

Texto: Isabel João

O número de casos de violência doméstica registados no país aumentou de 795, em 2017, para 948, em 2018, ou seja, 153 pessoas (entre homens, mulheres e crianças) foram vítimas de várias formas de violência

num período de um ano, o que corresponde a um aumento de 19%. Os dados constam de um relatório da Direcção de Combate aos Crimes Contra Pessoas, afecta ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), a que o Novo Jornal teve acesso.

Segundo o documento, entre 2017 e 2018 foram registados um total de 1.743 casos em todo o país, sendo a província de Luanda, com 862 casos, a que maior número de ocorrências registou. Seguiram-se as províncias de Benguela (126), Huíla (101), Malanje (89), Huambo (86), Kwanza-Sul (85) e Cabinda (75).

O relatório do SIC dá conta de que no período em análise foram denunciados 40 homicídios voluntários, 926 casos de violência física, 330 de violência sexual, 108 casos de fuga à paternidade, 92 de abandono familiar, 29 de crimes de ocultação de menores e 38 crimes contra patrimónios (habitação) diversos.

"Quanto ao comportamento dos agressores, é violento, e nas causas que propiciam tais actos temos: casos passionais, o desrespeito, prepotência, crises de raiva causadas por fracassos e frustrações; crises mentais, a baixa renda, a crença ao feiticismo, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas e ódio", lê-se.

O NJ sabe que oficiosamente os números são muito mais altos, tendo em conta o baixo volume de denúncias. Entretanto, o SIC revela que em 2018, por exemplo, chegaram ao conhecimento das autoridades policiais cerca de 1.250 casos. Destes, 948 resultaram em processo-crime e 802 foram remetidos ao tribunal.

Nesses crimes, de acordo com os dados da Direcção de Combate aos Crimes Contra Pessoas, foram usadas armas de fogo, objectos corto-contundentes e perfurantes. A idade das vítimas vai de O a 68 anos.

Quatro vítimas mortais em três dias

Na semana finda, quatro mulheres foram assassinadas em Luanda pelos próprios companheiros. Os crimes ocorreram nos municípios de Cacucaco, Cazenga, Talatona e Viana. Nos quatro casos, as vítimas sofreram espancamentos. Os presumíveis autores dos crimes já se encontram detidos pelo SIC. Uma das vítimas foi Maria Goreth Semedo, jornalista da Rádio Nacional de Angola (RNA), de 49 anos.

Um outro caso mediático, registado em 2018, foi o assassinato da advogada Carolina Joaquim da Silva, encontrada morta na fossa da sua residência, no zango 3. O autor do homicídio, que chegou a confessar o crime, foi Alívio da Silva, marido da vítima.

9.4 Desmantelados grupos de supostos marginais

Jornal de Angola
25 De Fevereiro de 2019

Dois grupos de supostos marginais, que actuavam em diferentes bairros da cidade do Huambo, foram desmantelados na semana passada, no âmbito de micro-operações de combate à criminalidade e do Programa de Reforço do Sentimento de Segurança da População.

A informação foi prestada à Angop pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Ministério do Interior na província, Martinho Kavita Satito. O responsável disse tratar-se de grupos altamente perigosos, constituídos por 14 cidadãos nove dos quais já estão detidos e os restantes foragidos, que praticavam crimes de furto, posse ilegal de arma de fogo, homicídios e roubo concorrido com arma de fogo.

Um dos grupos, composto por oito cidadãos, cinco dos quais em fuga, actuava, principalmente, nos bairros Sassonde, São João, Benfica, São José e Santa Iria, cuja denúncia foi feita pela população local, após notar que o mesmo dispunha de um depósito de arrecadação dos bens subtraídos ilicitamente, quer na via pública, quer em residências e até em instituições do Governo Provincial.

9.5 Mulheres lideram denúncias contra a violência doméstica

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2019

O país registou um total de 1.893 casos de denúncias de violência doméstica, das quais 1.553 foram feitas por mulheres, e 340 por homens, revelou ontem, em Genebra (Suíça), a secretária de Estado da Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge.

'Os dados, apresentados na 72ª sessão ordinária do Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, foram recolhidos durante a campanha de sensibilização levada a cabo em 2018 através dos meios de comunicação social, palestras e seminários.

Os casos de violência contra a criança, em particular raparigas registados pelo Instituto Nacional da Criança, de 2013-2018, atingiram um total de 8.278, dos quais 4.022 têm sido resolvidos com recurso a medidas de aconselhamento jurídico, conciliação,

mediação e apoio psicossocial, segundo a secretária de Estado.

O Governo angolano reafirmou, em Genebra, o seu "sério compromisso" com a prevenção, protecção e promoção dos direitos humanos, sobretudo dos grupos mais vulneráveis da população no qual estão inseridas as mulheres.

A secretária de Estado da Família e Promoção da Mulher, Ruth Madalena Mixinge, que transmitiu o compromisso do Governo durante a 7211 sessão ordinária do Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, esclareceu que, por esta razão, existem mecanismos de concertação, articulação, acompanhamento e fiscalização das múltiplas acções que se desenvolvem no país pelas instituições públicas, bem como da sociedade civil, sobretudo para acautelar determinadas matérias inerentes aos direitos da mulher.

O Executivo, segundo a responsáveis, instituiu a Comissão Intersectorial para Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos, a Comissão Interministerial para o Tráfico de Seres Humanos, particularmente Mulheres e Crianças, a Comissão Interministerial de Combate às Drogas, os Conselhos para as Questões Sociais, os Comités Provinciais dos Direitos Humanos, as Redes Provinciais e Locais de Protecção e Promoção dos Direitos da Criança como prova da vontade política de criar condições para promover a igualdade, dignidade e equidade do género.

Nestes desafios, segundo Ruth Mixinge, o Estado angolano conta com a indispensável participação do Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, com quem Angola tem estado a trabalhar para o estreitamento das relações de cooperação.

A secretária de Estado esclareceu que o Estado angolano não tem relatórios atrasados em matéria de direitos humanos. "No período 2013-2017, apresentamos o 7Q relatório ao Comité e recebemos importantes questões adicionais, cujas respostas já foram remetidas a este importante órgão no ano de 2018", indicou Ruth Mixinge.

A responsável assegurou que "o Estado angolano mantém excelentes relações de cooperação com os mecanismos de procedimentos especiais e órgão dos Tratados de Direitos Humanos, pelo que realçamos de suma importância a visita efectuada pelas relatoras africanas dos Direitos da Mulher, da Liberdade de Expressão', bem como a do relator das Nações

Unidas para os Direitos dos Migrantes no período de 2010-2016".

Com vista a protecção e promoção dos direitos humanos da mulher e para eliminar todas as formas de violência e discriminação contra a mesma, o Governo angolano, segundo a secretária de Estado, aprovou um leque de instrumentos normativos e medidas de políticas, entre os quais o novo Código Penal, com importantes disposições que vieram reforçar a implementação da convenção e os princípios da igualdade e da não discriminação previstos na Constituição da Republica.

"Preocupados com os casos de violência contra mulher que dificultam a construção de uma sociedade sã e democrática, o Governo angolano aprovou, em 2013, o Plano Executivo de Combate à Violência Domestica", indicou.

Ruth Mixinge indicou que, com o Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza de 2018, a expectativa é reduzir de 36 por cento para 25 por cento, até 2022. Neste quadro, segundo a secretária de Estado, já foram assistidas 59.707 famílias em todo o país com bens alimentares, e integrou-se 495 pessoas em actividades geradoras de rendimento.

Estiveram presentes no Iº encontro Dalila Leinarte, presidente do Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Relatora para Angola, comissários da instituição e a representante junto do Escritório da ONU em Genebra.

10. AMBIENTE

10.1 Seca no Cunene requer soluções imediatas

Jornal Hora H

1 De Fevereiro de 2019

A situação da seca na província do Cunene requer soluções concretas e imediatas para acudir à população afectada pela carência de água, referiu na passada terça-feira, 29, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, em Ondjiva.

O governante teceu essas considerações num encontro com os membros do governo local e do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, no quadro da visita de dois dias ao Cunene para avaliar as consequências da seca, considerando que a situação é crítica, desafiante e exige mais pragmatismo e acção.

Entre as medidas imediatas, apontou a reparação e a abertura de furos de água nas zonas mais crítica para atender a população.

"A seca no Cunene é frequente, daí que os projectos devem ser implementados na perspectiva de terminar-se com as emergências regulares derivada da falta de chuva e ter-se um programa sustentável", frisou o governante.

Adão de Almeida sublinhou ainda que todas as soluções encontradas vão ser apresentadas ao Presidente da República, João Lourenço, para se garantir os apoios necessários para a sua efectiva execução.

Durante a estadia no Cunene, o ministro visitou a comuna de Ombala yo Mungo, município de Ombadja, tida como zona crítica.

A comissão multisectorial, que regressou hoje à Luanda, integrou os secretários de Estado para Acção Social, Lúcio do Amaral, da Agricultura e Pecuária, José Carlos Bettencourt e das Águas, Luís Filipe da Silva, da Saúde para Área Hospitalar, Leonardo Inocêncio, e do Comércio, Amadeu Leitão unes o Cunene estão afectados pela seca 284 mil e 780 pessoas.

10.2 Administração do Rangel

Jornal Manchete

8 De Fevereiro de 2019

500 mudas de eucaliptos serão plantadas, a partir de sábado, 9, no distrito do Rangel, pela administração local no âmbito do programa de replantação desta espécie com objectivo de diminuir os lençóis freáticos existentes na zona. Trata-se de uma medida que na época colonial, grande parte do Rangel, actual bairro do Nérito Soares, exactamente aonde foram construídos os prédios dos Cubanos, era provida por centenas dessas árvores. Para além do bairro Nelito Soares, a plantação de eucaliptos será feita também no Marçal, e no jardim do hospital Américo Boavida, local onde desagua grande parte das águas pluviais provenientes do interior do Rangel, para a drenagem da Vala da Senado da Câmara.

10.3 K-Norte Chuva destrói 153 residências e desaloja mais de 200 famílias

Novo Jornal

15 De Fevereiro de 2019

Na província do Kwanza-Norte, cerca de duzentas e três famílias estão desalojadas, há três dias, em consequência de fortes chuvas que caíram na vila de camabatela, município de Ambaca. Noticiou a Angop, na quinta-feira, 14.

De acordo com aquela agência, algumas casas desabaram na totalidade, outras de forma parcial, num total de 153, e quatro postos de electricidade foram destruídos, causando o ferimento de sete pessoas, das quais uma atingida por descarga eléctrica.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, André da Costa, citado na reportagem, disse tratar-se da primeira calamidade que se regista na região este ano.

Os sinistrados clamam por apoio institucional, já que muitos estão alojados em casas de parentes e/ou vizinhos, situação caracterizada como preocupante por um dos responsáveis pela comunicação da administração local, Daniel Vimbuando, que disse que estão a ser desenvolvidos esforços para ajudá-los.

No início do ano passado, um total de 614 cidadãos dos municípios de Cazengo e de Cambambe esteve igualmente ao relento em consequência das fortes chuvas que haviam caído sobre aquela província. Contudo, Kwanza-Norte é a província que menos ocorrência de chuvas registou durante o ano passado.

Em face da irregularidade das chuvas que se abateram sobre a província, em Dezembro de 2018, por exemplo, o Departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) temia ver comprometida a campanha agrícola 2018/2019. O cenário pode ser diferente este ano. As previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) apontam para a ocorrência de aguaceiros e chuvas fracas, acompanhada, por vezes, de trovoada em alguns municípios da província.

Localizado a 190 quilómetros da capital do país, Kwanza-Norte figura entre os que registam maior número de casos de malária.

No primeiro semestre do ano passado, por exemplo, cerca de 58 pessoas haviam morrido na província devido à malária, de acordo com a Direcção Provincial da Saúde. Crianças dos zero aos cinco anos e mulheres grávidas estavam entre as principais vítimas.

Kwanza-Norte possui 139 unidades sanitárias, na sua maioria vocacionadas para o diagnóstico e combate à malária. As de maior referência estão nos municípios do Cazengo, Cambambe e Ambaca. Existem 1.050 camas disponíveis, 845 enfermeiros, 97 médicos, dos quais 52 nacionais.

10.4 Cetac preocupado com degradação das nascentes

Jornal Economia e Finanças
22 De Fevereiro de 2019

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) vai, este ano, estudar o problema que afecta cada uma das nascentes do planalto central, para aplicação da medida de requalificação adequada.

O facto foi manifestado na passada segunda-feira, à Angop, pelo director do Cetac, Joaquim Lauriano, informando que em função do estado de degradação da maioria das nascentes locais, segundo estudos feitos há 100 importantes locais do género, daí a necessidade de se estudar e propor medidas que ajudem a inverter a situação actual, trabalho a ser realizado por cinco técnicos ambientais.

Lembrou que a maioria das nascentes da província do Huambo, essencialmente, as localizadas nas zonas povoadas, sofrem acções de poluição, desflorestação, construção sobre elas, exploração de inertes e prática de agricultura, entre outras acções, que impedem o seu objecto natural de concentração das águas, surgimento e reabastecimentos dos rios.

Para contrapor a situação, serão aplicadas medidas de reflorestação, obras de engenharia para concentrar as águas, protecção das zonas de recargas, limpeza dos resíduos sólidos, entre outras, de acordo com a especificidade do problema que cada uma apresenta.

Deu a conhecer igualmente que está em curso um projecto ligado a identificação e selecção de plantas resistentes a seca, na região do Cunene.

10.5 Combate à seca é um desafio

Jornal de Angola
22 De Fevereiro, 2019
Texto: João Dias

O problema cíclico da seca que afecta a população da província do Cunene desde 2012, com realce para a do meio rural, sem soluções à vista para a actividade de criação de gado há muito sem bebedouros, continua a suscitar preocupação das autoridades locais, por enquanto sem medidas concretas e imediatas.

A preocupação foi expressa ontem, em Luanda, pela vice-governadora do Cunene para o sector Político, Social e Económico, Suraia de Jesus Kalonguela, depois de lhe ter sido conferida posse no cargo pelo Presidente da República, João Lourenço, no salão Nobre do Palácio Presidencial da Cidade Alta.

Suraia Kalonguela, sem adiantar soluções, manifestou-se preocupada com a estiagem na província, um desafio que promete “atacar” para assegurar a qualidade de vida das populações rurais e a sobrevivência do gado bovino.

Em breves declarações à imprensa, Suraia Kalonguela lembrou que o problema da seca é evidente e enfatizou que “a falta de água para a população, sobretudo as do meio rural, é um problema que constitui preocupação do Governo da província”.

A vice-governadora do Cunene para o sector Político, Social e Económico garantiu a sua contribuição na concretização dos desafios com que a província se debate, ligados, essencialmente, aos sectores da Educação e da Saúde. “Os desafios são muitos, mas as prioridades estão ligadas aos sectores da Educação e da Saúde”, disse.

Além da procura de soluções para o problema da seca, a vice-governadora disse que o essencial, nesta fase, é a continuidade dos diversos programas de Governo, em prol da melhoria da qualidade do ensino e promoção da expansão da rede escolar, numa altura em que existem ainda alunos fora do sistema de ensino.

Mais dinâmica na Saúde

Em relação ao sector da Saúde, Suraia Kalonguela disse que vai imprimir, também, maior dinâmica de continuidade dos programas, visando a melhoria da assistência médica e medicamentosa da população.

Numa cerimónia em que foi, igualmente, empossado o vice-governador do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Édio Gentil José, o Presidente da República desejou aos recém-empossados êxitos no trabalho, salientando que “pela juventude e pela sua formação estão à altura de ajudar, sobremaneira, o governador da província a levar a bom porto os grandes desafios que a província ainda enfrenta”.

À semelhança de Suraia Kalonguela, Édio Gentil José também indicou que os desafios da província passam, essencialmente, pela implementação de medidas que visam combater a seca.

O novo vice-governador do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas apontou a falta de água para o consumo humano e para desenvolver actividades pecuárias e agrícolas, bem como de energia eléctrica, sobretudo, na sede da província, como os principais problemas que mais incomodam as autoridades da província.

A seca no Cunene afecta, pelo menos, 284.780 pessoas, numa região com 990.087 habitantes. Para driblar o quadro, o Cunene busca soluções paliativas em cisternas. São necessários vinte camiões cisternas, com a capacidade de 22 mil litros de água para a distribuição de água potável às 284.780 pessoas afectadas.

Para tomar contacto com a situação e propor soluções, esteve, recentemente, no Cunene, uma delegação multisectorial coordenada pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida e integrada pelos secretários de Estado para Acção Social, Lúcio do Amaral, Agricultura e Pecuária, José Carlos Bettencourt, e das Águas, Luís Filipe da Silva.

A delegação trabalhou no município de Ombadja, onde constatou a situação na co-muna de Ombala yo Mungo, uma das mais afectadas. Entre as medidas imediatas, Adão de Almeida apontou a reparação e a

abertura de furos de água nas zonas mais críticas para atender a população, a par de outras soluções como o desassoreamento dos rios e construção de canais de irrigação.

Em Novembro do ano passado, o rei da Ombala ya Naluheque, Mário Shatipamba, também no Cunene, defendeu a necessidade da reabilitação dos poços de água na região, com vista a atenuar a problemática da falta de água junto da população e do gado.

10.6 Chuva faz 45 mortos no Bié e destrói 1.700 Residências

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2019

Texto: João Constantino

Um total de 45 pessoas perderam a vida desde o início das chuvas, em Setembro último até 12 de Fevereiro deste ano, na província do Bié, informou ontem, na cidade do Cuito, o comandante provincial dos Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O subcomissário Bombeiro João Ricardo avançou ao *Jornal de Angola* que durante o período, 26 pessoas ficaram feridas em consequência das chuvas que continuam a cair sobre o planalto do Bié.

"Na última semana registámos um incêndio, sem nenhuma consequência grave. De Setembro até a 12 de Fevereiro temos o registo de 45, mortos e 1.700 casas destruídas pelas chuvas".

Quanto à existência de pára-raios instalados na província, disse que 35 deles foram testados e encontram - se em funcionamento; mas os restantes edifícios não possuem estes equipamentos.

João Ricardo considera ser uma preocupação pelo facto de a maior parte dos edifícios da província não possuírem para - raios. Lembrou que o assunto terá sido abordado em três seminários e conclui-se que, tão logo haja disponibilidade financeira, será instalado o equipamento, onde há maior concentração de pessoas, como escolas, hospitais, instituições públicas e mercados. A montagem de pára-raios nos mercados paralelos, segundo o subcomissário, é da responsabilidade das administrações municipais. Nas instituições do Estado temos essa responsabilidade a partir dos órgãos centrais, pois é uma obrigatoriedade imposta por lei", asseverou.

O comandante provincial de Protecção Civil e Bombeiros explicou, por outro lado, que o simulacro feito em algumas instituições visa capacitar as pessoas com vista a dar respostas em situações de incêndio,

calamidades, acidentes com vítimas encarceradas e, principalmente, no manejo do gás de cozinha.

Relativamente à falta de bocas de incêndios em locais públicos e instituições, João Ricardo considera ser obrigatório por lei, segundo o Decreto Presidencial nº 195/16, que refere que todo o objectivo estratégico deve possuir um meio de prevenção de resposta de combate a sinistros.

O governador do Bié, logo após o simulacro feito na sua residência oficial, afirmou que os utilizadores do Palácio estão mais capacitados a liderarem com situações de sinistro ou de incêndio. "Aprendemos o que nos foi dado ver pelo corpo de bombeiros, que demonstram uma boa capacidade de resposta. Pelo treino que testemunhámos, recomendamos que seja feito em outras instituições da província", disse.

10.7 Chuva interrompe tráfego no troço Ndalatande/Malanje

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2019

Texto: Manuel Fontoura

A circulação ferroviária no troço Ndalatando/Malanje está interrompida desde ontem, devido ao desabamento de uma ponte sobre a linha férrea, nas imediações do bairro 11 de Novembro, em Ndalatando, província do Cuanza-Norte.

De acordo com o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, André da Costa, choveu torrencialmente em toda a extensão da província do Cuanza Norte, entre às 17 horas de quinta - feira até a 1 hora da madrugada de ontem.

Segundo o porta-voz, além de danificar parte do ramal do troço ferroviário Ndalatando/ Malanje, as chuvas provocaram, no município de Cazengo, o desabamento de 74 residências e inundou 247 outras, deixando sem abrigo cerca de 321 famílias, num total de 1.656 pessoas.

No município de Ambaca, as enxurradas destruíram 156 residências e deixaram 203 famílias sem-abrigo. O governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, reuniu-se de emergência ontem com Comissão Provincial Executiva de Protecção Civil e Bombeiros, para se apurar os prejuízos, e encontrar soluções imediatas para acudir as populações sinistradas.

Adriano Mendes de Carvalho disse que as entidades mobilizadas para apoiarem as vítimas da chuva

devem trabalhar com empenho e urgência para se buscarem as soluções que se impõem.

O porta - voz dos Bombeiros fez saber que muitas dessas famílias encontram-se refugiadas em casas de familiares, vizinhos e amigos até que a situação volte a normalidade.

Disse que os residentes nos bairros Kilamba - Kiaxi(?), Posse, São Filipe, parte do Sambizanga G), que vivem nas margens do rio Muembeji, têm de ser desalojados com urgência em face do perigo que se apresenta neste tempo chuvoso.

10.8 Chuvas deixam “camutangres” entre o medo e a ansiedade

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Texto: Jaime Azulya

A época das chuvas traz consigo um cenário de medo e de ansiedade que todos os anos toma conta dos "camutangres", nome por que são chamados os habitantes da cidade do Lobito. As pessoas têm medo que se repitam as tragédias ocorridas em anos passados e que provocaram mais de uma centena de mortos e um massivo rol de destruição.

As últimas enxurradas, ocorridas em 2015, provocaram a morte de 70 pessoas. Tudo aconteceu durante a noite, quando a água irrompeu em fúria desde as zonas montanhosas circundantes e se abateu imparável sobre as áreas habitadas, arrastando tudo à passagem: residências, árvores, animais e toda a sorte de dejectos. A situação agravou-se, porque a maior parte das linhas de água encontrava-se obstruída devido à acção inconsciente de alguns habitantes, que não só depositam o lixo nesses locais, como chegam a construir ali as próprias moradias. Geralmente, é nesses locais onde se registam as primeiras vítimas das enxurradas. O turbilhão de água bruta projectado pela gravidade a partir das zonas mais altas não poupou nada. As autoridades iniciaram um inquérito para apurar responsabilidades, mas o resultado nunca foi divulgado.

A partir daquela data, sempre que se aproximam os meses de Fevereiro, Março e Abril, a sensação de perigo de inundações volta a sentir-se entre os habitantes. Quando as nuvens negras se formam no espaço e mal começam a cair os primeiros pingos de chuva, o alerta volta a soar no Lobito. Este ano, a situação parece não ser diferente. Os "camutangres" têm medo da chuva.

O "chumbo" dos urbanistas

Consta nos registos históricos que o Lobito foi fundado em pleno século XX, na mesma altura em que se iniciou a construção do porto e do conhecido Caminho de Ferro de Benguela. Estudos técnicos datados da época colonial classificavam o Lobito como uma cidade bastante complexa em termos urbanísticos. Apelidavam - no mesmo de "chumbo dos urbanistas".

Havia um sério dilema que resultava do choque de duas visões antagónicas sobre os rumos a seguir para o crescimento e desenvolvimento da cidade, que apresentava índices promissores nos últimos anos da década de 1970: havia uma corrente radical, apoiada por importantes "lóbis" imobiliários, que defendia que o crescimento urbano implicava a conquista de espaço através do aterro massivo das lagoas do Compão e da Caponte, onde existem até hoje florestas de "mangues", na qual habitam variadas espécies de aves, entre as quais o famoso flamingo rosado. Pretendiam ali instalar as camadas mais abastadas da população, sobretudo de origem europeia. Ali beneficiariam de grande poder de mobilidade, devido à existência de duas estações ferroviárias na Restinga e no Compão, igualmente o aeroporto e o porto oceânico de primeira classe, com os grandes armazéns de importação-exportação e ainda um acesso imediato à vizinha cidade de Benguela que, à época, era a capital do então distrito de Benguela, onde residia o governador.

Na parte baixa da cidade, estava instalada a maior parte dos serviços administrativos e uma diferenciada malha de unidades da indústria transformadora, como bebidas, farinha, redes de pesca e, finalmente, as casas de lazer e de diversões.

Do outro lado da disputa pela opção para o crescimento do Lobito, estavam algumas individualidades que delineavam a visão do núcleo urbano como um todo, naquilo que hoje se aproximaria aos conceitos de desenvolvimento urbano sustentável, envolvendo como predominância a preservação do meio ambiente. O seu principal defensor era um arquitecto e urbanista formado na prestigiada "Sorbonne" de Paris, de seu nome Castro Rodrigues. Para eles, a parte baixa da cidade estava às portas da saturação. Após a ocupação imobiliária da restinga, em toda a sua extensão, vieram depois as zonas do Lobito Velho, Liro, Compão, Caponte e, mais recentemente, os bairros académico e a zona da Cabaia.

Em conclusão, desde muito cedo, veio à tona a problemática da expansão urbana do pólo iniciado na restinga, pois o Lobito é um espaço onde

predominam águas interiores, tomando complexa a sua morfologia. Lagoas e mangais (devido à floresta de mangues que existia) condicionavam a implantação de edifícios para albergar os novos habitantes, atraídos aos milhares devido às múltiplas possibilidades de ocupação e de negócios que a construção do Porto e dos caminhos-de-ferro proporcionava.

A solução escolhida foi proceder-se a sucessivos aterros e drenagens das zonas alagadas, conquistando, espaço em terra firme, a fim e ali se implantarem novos fogos. Ampliou-se o Compão, nasceram depois a Caponte, o Académico e outros bairros mais ou menos recentes, até chegar-se a uma nova situação de congestionamento urbano. Vozes sensatas defendiam a manutenção dos mangais que eram povoados por colónias de flamingos rosados e garças.

Olhou-se então para o morro da Bela Vista e chegou-se à conclusão de que a solução estava ali. Iniciou-se a ocupação dos terrenos sobranceiros ao morro da Bela Vista, estendendo-se para a zona da Quileva. Estes ofereciam ilimitadas possibilidades de crescimento. Rapidamente foram criadas condições para a fixação de múltiplas indústrias nos ramos da construção e reparação naval, metalo-mecânica, alimentos, bebidas, entre outras. Por todo o lado, cresceram as casas comerciais.

Actualmente, a olhos vistos, há uma tendência de ocupação desenfreada de algumas zonas alagadas, com aterros que não abrangem unicamente as zonas salineiras, mas também lagoas, que servem de "habitat" a diversas espécies de aves, entre as quais o conhecido flamingo rosado. Há denúncias da existência de uma "máfia" na venda desses terrenos, mas o administrador municipal, Nelson da Conceição, em entrevista publicada na página ao lado, negou esses rumores. Disse, porém, que foram detectados dois funcionários da administração envolvidos em negociações de terrenos.

10.9 Criança morre afogada no Bairro dos Pescadores

Jornal de Angola

25 De Fevereiro de 2019

Texto: Augusto Panço

Uma criança, de 12 meses, morreu na sexta-feira, em Cacuaço, por afogamento; devido à inundaçao da residência em que vivia com os familiares, no Bairro dos Pescadores, de acordo com informação prestada pelo administrador Municipal, Augusto José, quando fazia o balanço das consequências chuvas que fustigaram o município na semana passada.

Augusto José disse que 120 famílias foram deslocadas para áreas mais seguras do município. As chuvas deixaram 600 casas inundadas, 12 ruas intransitáveis, e que cinco escolas e uma residência desabaram, no bairro Garcia, zona da Vidrul.

As escolas afectadas são a 2011, no bairro Belo Monte, 4015 e 4018, na Boa Esperança Central e outras duas situadas na rua dos Cabritos e no Distrito Urbano dos Mulenvos, sendo o Bairro dos Pescadores o mais afectado pelas enxurradas,

Trabalhos de sucção das águas estão a ser feitos nos estabelecimentos de ensino.

Augusto José apontou a necessidade de aquisição de dez motobombas de grande potência para ajudarem na sucção das águas que inundam os bairros do município, "sempre que São Pedro abre as torneiras".

O administrador apelou à população para evitar construir casas junto da chaminé da antiga cerâmica do bairro Garcia, para evitar que o pior aconteça, com a hipótese do desmoronamento da estrutura.

10.10 16 Famílias alojadas no edifício da Educação

Jornal de Angola
27 De Fevereiro de 2019

Dezasseis famílias que residem na zona do Tunga-Ngô, município do Cazenga, desalojadas em consequência da última chuva, foram acomodadas, na segunda - feira, nas instalações da Delegação Municipal da Educação.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Cazenga, Elias Emitangue, que efectuava o balanço da chuva no Cazenga, disse que as 16 famílias tiveram as suas residências inundadas e encontravam-se desabrigadas.

A acção de acomodação das famílias, segundo Elias Emitangue, foi um acto conjunto entre a administração local e o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O balanço oficial definitivo do SPCB, do Cazenga, refere que os distritos urbanos mais afectados, com casas inundadas, foram o Kalwenda, com 40 residências na zona adjacente da bacia do Tio ou rio Kimbundo e o Cazenga (sede) com 36 casas situadas nos arredores da lagoa do Tunga - Ngô.

Elias Emitangue disse, que além das 154 residências inundadas, foram também afectados o Hospital Municipal do Cazenga, as escolas do primeiro e

segundo ciclo e um instituto politécnico, duas esquadras e três postos policiais.

A chuva, que começou às 7.30 da noite de quinta-feira até à madrugada de sexta-feira, causou a morte de cinco pessoas, o desaparecimento de outras duas, o desabamento da ponte provisória da rua Olímpio Macuéria e mais de mil residências e ruas inundadas.

Cazenga, um dos nove municípios que constituem a província de Luanda, tem 41,2 quilómetros quadrados e 862 351 de habitantes (Censo 2014). Limita a oeste com o município de Luanda, a norte com o de Cacuaco, a este com o de Viana e a sul com o Kilamba-Kiayi.

Conta com seis distritos urbanos, Tala-Hadi, Hoji-ya-Henda, Cazenga, 11 de Novembro, Kima-Kieza e Kalawenda.

10.11 Chuva em Luanda faz um morto e um desaparecido

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2019
Texto: Manuel Barros e César Esteves

Um morto, registado no município do Kilamba Kiayi, um desaparecido e 87 casas inundadas é o balanço provisório da chuva que caiu na madrugada de quarta - feira, em Luanda, deu a conhecer ontem o comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Tito Manuel.

Moradores dos bairros da Boa Esperança 1,2 e 3, Augusto Ngangula e Cerâmica 2, do Distrito Urbano do Kícolo, no município de Cacuaco, viram as suas casas inundadas fruto das fortes quedas pluviométricas que assolam, nos últimos dias a cidade capital de Luanda, um cenário que se agravou na madrugada de ontem.

O Jornal de Angola constatou que mais de 100 residências estão inundadas, ruas intransitáveis e muitos moradores tiveram que abandonar as suas residências, sendo acolhidos por vizinhos numa atitude solidária face à situação lastimável que se vive na zona.

Luísa António, moradora do Bairro Boa Esperança 2, viu os seus pertences a estragar na água da chuva e disse que não teve tempo de remover os móveis, pois a primeira coisa que fez foi "socorrer os meus cinco filhos que estavam a dormir".

"Não é a primeira vez que o bairro sofre com inundações, sendo do conhecimento da administração local", disse Igor Menayame, abordado

quando retirava a água do seu quintal, uma situação que se repete sempre que chove.

"Muitas crianças não conseguem frequentar a escola neste período, porque não há por onde passar, a situação é lastimável. Por isso, o paludismo faz morada. Pedimos à administração que nos socorre, porque estamos a passar muito mal com esta situação recorrente", lamenta.

Segundo uma fonte da Administração do Distrito Urbano do Kicolo, que falou no anonimato, disse que o órgão do poder local tem apenas uma electrobomba para sucção das águas das chuvas, trabalho que é insignificante a julgar pelas fortes cargas pluviométricas que caem na região.

Segundo a mesma fonte, a Administração do Kikolo já fez um levantamento da situação e encaminhou à Administração Municipal de Cacuaco para a intervenção devida.

Por outro lado, afirmou que o Bairro Boa Esperança central, sectores 6 e 7, Bairro Novo, e a área do "buraco" por trás do Supermercado Africana, precisam de uma intervenção urgente sob pena de, nos próximos dias, a condição das famílias que ali vivem possa piorar.

Ainda em Cacuaco, a nossa reportagem visitou os bairros da Matemba, Manuel e Pescadores e Vila Sede, onde a situação é semelhante. Casas totalmente inundadas e famílias desalojadas.

Segundo Anita Tavares, moradora do bairro Matemba, as inundações começaram em 2000, porque alguns moradores construíram em zonas de passagem de água residuais para o mar.

"No passado era um bom lugar para viver. Recebíamos toda a água que vinha dos bairros da Vidrul de Cima e havia passagem para o mar, mas as valas deram lugar às casas e os problemas começaram a aparecer", afirmou.

Constrangimentos na Boavista

A cedência de uma parte do tapete asfáltico da via que passa debaixo da ponte, que está entre a Comarca Central de Luanda e a Unidade de Bombeiros, na Boavista, em Luanda, deveu-se a chuva que caiu na última quinta-feira está a provocar grandes constrangimentos, sobretudo para os automobilistas que por aí circulam.

A cedência do tapete asfáltico provocou o desnivelamento dessa parte da estrada, que se não for visualizada atempadamente pelos automobilistas poderá provocar acidente.

Uma fonte no local contou ao Jornal de Angola que o estado em que se encontra a estrada, desde quinta-feira, já provocou dois acidentes, envolvendo motociclistas. "Um deles ficou com um ferimento grave na testa", reportou uma senhora que vive a escassos metros do local.

Um dos técnicos que se encontrava no local a fazer levantamento da situação, informou ao Jornal de Angola que o desnivelamento da estrada não se deveu à falta de qualidade dela, mas pelo facto de ter passado naquele lugar uma tubagem antiga que está com vazamento. "É este vazamento que fez o pavimento ceder", explicou.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 A Geopolítica e Geofinanças da China em África: depois de 218, segue-se 2019 (II)

Novo Jornal

8 De Fevereiro de 2019

Texto: Eugénio de Almeida

E outra das razões por que devemos ter a noção real, ou quase real - pelo menos, o mais aproximado - da nossa dívida aos chineses prende-se que a atitude que o imperador Xi Jinping e o seu departamento diplomático e político-económico começam a ter sobre os países africanos - por enquanto são ó estes - seus devedores.

Como se sabe, há cerca de 2 ou 3 meses, a Zâmbia viu-se ser invadida por autoridades chinesas que impõem condições políticas, económicas e mesmo de autoridade, sobre Lusaka devido à elevadíssima dívida zambiana à China. De tal ordem essa injunção política é tão forte e prioritária que países doadores internacionais já deixaram de proceder a envio de financiamentos porque os mesmos eram logo canalizados para Beijing para pagamento da dívida zambiana.

Mais recentemente, o Quênia recebeu a ameaça da China de "tornar" a gestão do porto de Mombaça caso Nairobi não comesse a pagar a sua enorme dívida.

Ou seja, a China começa a deixar de parte a ancestral solidariedade político-económica com os países africanos - de facto e na minha opinião, Angola nunca gozou dessa real solidariedade, porque teve sempre o petróleo como fiador dos empréstimos que obtinha de Beijing e que, na prática, revertiam à China através das obras que eram elaboradas e feitas por empresas chinesas - e olhar como potência global que já é, como empréstimos que deverão ser pagos e bem pagos.

Ora, vai ser isso que vai continuar em 2019 nas relações entre a China e o Mundo, em geral, e com África em particular. E porquê? Porque são os africanos quem mais deve à China, quem menos capacidade de gestão continua a expor, quem mostra continuar com velhos tiques de despesismo desregrado, sem sentido, e os chineses não querem continuar a dar dinheiro sem garantias reais de retorno.

O pragmatismo político-económico já chegou a Beijing. Solidariedade tem limites que a retracção económica na China começa a produzir.

Por outro lado, a China começa a ter uma visão ecológica de defesa do ambiente que o petróleo não ajuda a manter. E se esse pragmatismo - e interesse político - se reforçar, provavelmente não terá problemas em alimentar as divergências político-económicas entre os EUA (aqui por culpa da administração Trump) e o resto do Mundo, por certo que o petróleo deixará de ser a sua maior força motriz energética.

E se isso acontecer, Angola terá de divergir as suas linhas de financiamento para outros parceiros como o FMI - que já está a acontecer - e para sindicatos bancários internacionais. Só que, aí, teremos de apresentar contas ainda mais claras que as límpidas águas da Caotinha para obter empréstimos viáveis e a juros menos elevados.

Teremos de começar a pensar no mais importante e que João Lourenço tem reafirmado desde a sua tomada de posse como Presidente: alargar o nosso campo económico da bicéfalia produtiva - petróleo e diamantes - e desenvolver a indústria - a pesada (por exemplo, naval, ferroviária e produção auto),

Ligeira e extractiva -, agrícola e turismo, são áreas económicas que podemos e devemos desenvolver.

Até podermos ser auto-suficientes e não dependentes, vamos continuar a ver a China a financiar-nos, sem que saibamos onde vai a sua influência financeira real, e a ver o seu poder geopolítico e geofinanceiro se afirmar no sistema internacional.

Passo a passo e com a proverbial paciência que sempre demonstraram, os chineses, 40 anos depois que começaram o processo da Reforma e Abertura, em 1978, sob a orientação de Deng Xiaoping, passaram de um país pobre do 3.º Mundo, que só exportava ideais políticos para a segunda maior potência económica e política e, em breve, a par dos EUA a uma das duas maiores potências globais.

"Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e investigação para Pós-Doutorado pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

** Todos os textos por mim escritos só me responsabilizam a mim e não às entidades a que estou agregado.

13.2 China anuncia um novo ciclo de investimento em Angola

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2019

Texto: João Dias

O embaixador cessante da China, Cui Aimin, anunciou ontem, em Luanda, o interesse do seu país promover um novo ciclo de investimentos para apoiar o desenvolvimento económico e social de Angola.

Falando aos jornalistas no final de uma audiência que lhe foi concedida, no Palácio da Cidade Alta, pelo Presidente da República, João Lourenço, o embaixador chinês, em fim de missão diplomática em Angola, disse que é também objectivo do "gigante asiático" impulsionar o investimento, principalmente nas áreas da agricultura e da indústria.

A disponibilização do financiamento de cerca de dois mil milhões de dólares da China para programas de desenvolvimento em Angola, já anunciados, está condicionado à concepção e qualidade dos projectos, ou seja, segundo Cui Aimin, o financiamento vai ser disponibilizado em função da viabilidade económica dos projectos elaborados no país.

O diplomata, que apresentou cumprimentos de despedida ao Presidente da República, João Lourenço, disse augurar um futuro muito brilhante nas relações entre os dois países e que a China tem toda a confiança no desenvolvimento de Angola, embora se assista a uma fase de dificuldades económicas.

"Com a determinação do povo, o país está a recuperar a sua economia e a tornar-se cada vez melhor", disse Cui Aimin, que cumpre missão em Angola desde Setembro de 2015.

O embaixador disse "acreditar firmemente na melhoria das condições sócio-económicas do país", sublinhando que sai de Angola com o sentimento de missão cumprida, apesar de deixar muita coisa por fazer, esperando que o seu sucessor conclua tudo quanto esteja por ser concluído e que a cooperação entre os dois países continue sustentável.

Em relação ao financiamento de cerca de dois mil milhões de dólares, o diplomata reiterou que a disponibilização dos montantes está condicionada à apresentação de novos projectos, mas garante que a China tem toda a confiança no futuro e no processo de desenvolvimento de Angola. "Acreditamos que o nosso esforço conjunto pode resolver os problemas e

realizar os financiamentos que forem necessários à prossecução dos projectos", disse.

Recentemente, o diplomata chinês considerou que as relações com Angola conheceram um novo impulso, no ano passado, com a participação do Presidente João Lourenço, em Pequim, no Fórum de Cooperação China - África

(Focac, na sigla inglesa) e com a primeira visita de Estado ao gigante asiático. Cui Aimin admitiu que, durante o ano passado, os investimentos chineses em Angola conheceram uma ligeira diminuição.

Sem enumerar, o embaixador informou que muitas empresas chinesas estão a ser incentivadas a investir em Angola nas áreas da agricultura e da indústria. Mas Cui Aimin foi cauteloso relativamente aos resultados dos investimentos feitos recentemente ou os que venham a ser feitos. "Precisamos de algum tempo para que estes resultados se manifestem, porque os investimentos têm um ciclo de, pelo menos, cinco anos para darem resultados", disse Cui Aimin.

Angola é um exemplo

O Presidente da República recebeu ainda ontem, em audiência, o embaixador da Guiné-Conacry em Angola, Djigi Camara, também em fim de missão, com quem abordou aspectos ligados às relações de cooperação entre os dois países.

Djigi Camara considerou "excelentes" as relações entre os dois países, mas lembrou haver margem para as guindar do nível político para o económico.

O diplomata desdobrou-se em elogios sobre o que viu durante os quatro anos de mandato. "Angola é um modelo e vive urna paz e estabilidade raras em África. É um país que sabe resolver os seus problemas. Não são vistas greves permanentemente, nem tensões sociais no seio das populações, nem tensões políticas", salientou.

Para o embaixador, esta propensão para a paz e estabilidade e o potencial que tem em outras áreas devem ser vistos como um exemplo a ter em conta no continente.

Para o diplomata da terra do histórico Presidente Sekou Touré, Angola está no bom caminho, não só pelo modo brilhante como conduz o seu processo político, mas também pela forma como conduz as questões de cariz económico. "Tenho a certeza que este é um processo que, quando estiver concretizado, vai ser partilhado com o continente", disse a concluir.

13.3 Dois mil milhões de dólares aguardam novos projectos

Jornal Economia e Finanças
15 De Fevereiro de 2019

A China quer promover, em Angola, um novo ciclo de investimentos, para apoiar o desenvolvimento económico e social do parceiro africano.

A garantia foi dada esta semana durante uma audiência que o Presidente da República concedeu ao embaixador cessante da China em Angola.

Cui Aimin apontou como prioridades na cooperação com Angola o incremento do investimento nas áreas da agricultura e da indústria.

De acordo com o diplomata que esteve em Angola desde Setembro de 2015, a disponibilização do financiamento, de cerca de dois mil milhões de dólares, anunciado aquando da visita de Estado do Presidente João Lourenço à China, em Outubro do ano passado, está condicionado à concepção de novos projectos de desenvolvimento.

Lembrou que os entendimentos alcançados estabelecem, para além do financiamento, projectos de assistência técnica.

Cui Aimin, citado pela Angop, disse que, durante o seu mandato, testemunhou fases difíceis da economia angolana, mas que, actualmente, regista "uma recuperação (...) cada vez melhor".

Com isso diz acreditar que haja ainda muito por se fazer e que a cooperação entre os dois países seja sustentável. Os números da cooperação revelam que Angola tem sido um dos principais beneficiários dos investimentos da China, nos últimos anos.

Sobre a dívida angolana, esta é paga por via do petróleo, devido ao interesse chinês em diversificar o acesso a matérias-primas como o crude.

Em 2017, 43 por cento das exportações de Angola foram para a China, que se tornou no terceiro maior destino das exportações angolanas, a seguir da Rússia e da Arábia Saudita",

Projectos em perspectivas

Entre esses projectos constam a segunda fase do Centro Integrado de Segurança Pública, do novo Centro de Convenções e Hotel, Sistema de Abastecimento de Águas de Luanda, Aproveitamento Hidroeléctrico do Zenzo, Ligação de média e alta tensão do Huambo, Huíla e Namibe.

Estão também nas prioridades a requalificação do troço ferroviário do Zenza-Cacuso, a ligação ferroviária Luacano-Limbe, para ligar o Caminho-de-Ferro de Benguela à Zâmbia, programa de reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e a nova Base Naval da Marinha de Guerra.

Entretanto, além do acordo de facilitação dos usd 2 mil milhões, as delegações de Angola e da República Popular da China rubricaram um Memorando de Entendimento entre o Ministério do Comércio da China e o Ministério das Relações Exteriores de Angola.

O instrumento é relativo ao estabelecimento de compromissos ao Acordo sobre a Protecção e Promoção Recíprocas de Investimentos. Assinou-se um Memorando de Entendimento sobre Implementação Conjunta de Medidas Económicas e Comerciais das Oito Acções da Cimeira de Pequim, do Fórum de Cooperação China-África.

As negociações culminaram ainda com a assinatura de um Acordo entre a China e Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matérias de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal.

13.4 Embaixador chinês anuncia novos investimentos para Angola

Jornal Visão
15 De Fevereiro de 2019

O embaixador-cessante da China em Angola, Cui Aimin, anunciou nesta terça-feira, 12, o interesse do seu país em promover um novo ciclo de investimentos, para apoiar o desenvolvimento económico e social do parceiro africano

Cui Aimin falava à imprensa, depois de ter apresentado os cumprimentos de despedida ao Presidente da República, João Lourenço, no fim da missão diplomática iniciada em Setembro de 2015.

Apontou como prioridades na cooperação com Angola o incremento do investimento nas áreas da agricultura e da indústria.

Informou que a disponibilização do financiamento, de cerca de dois milhões de dólares, anunciado aquando da visita de Estado do Presidente João Lourenço à China, em Outubro do ano passado, está condicionada à concepção de novos projectos de desenvolvimento.

Lembrou que os entendimentos alcançados estabelecem, para além do financiamento, projectos de assistência técnica.

Cui Aimin disse que, durante o seu mandato, testemunhou fases difíceis da economia angolana, mas que, actualmente, regista "uma recuperação (...) cada vez melhor"

Acredita que haja ainda muito por se fazer e que a cooperação entre os dois países seja sustentável.

Os números revelam que Angola tem sido um dos principais beneficiários dos investimentos da China, nos últimos anos.

A dívida do país é paga por via do petróleo, devido ao interesse chinês em diversificar o acesso a matérias-primas como o crude.

Em 2017, quarenta e três por cento das exportações de Angola foram para a China, que se tornou no terceiro maior destino das exportações angolanas, a seguir à Rússia e à Arábia Saudita".